



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA.
CAMPUS JAGUARI
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL – PROFEPT**

MÁRCIO JOSOÉ DA SILVA

**Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal Farroupilha:
percepções dos estudantes do Proeja *campus* Santa Rosa**

Jaguari
2022

MÁRCIO JOSOÉ DA SILVA

**Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal Farroupilha:
percepções dos estudantes do Proeja *campus* Santa Rosa**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - ProfEPT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha *campus* Jaguari/ RS, como requisitos parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica

Orientador: (Marcele Homrich Ravasio)

Jaguari

2022

S586p Silva, Márcio Josué da

Política de assistência estudantil no Instituto Federal Farroupilha: percepções dos estudantes do Proeja campus Santa Rosa / Márcio Josué da Silva – Jaguari: Iffar, 2022.

146 f. ; il. color. ; 30 cm.

Orientador: Profa. Dra. Marcele Homrich Ravasio

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional ProfEPT, 2022.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Permanência escolar. 3. Política de Assistência Estudantil. I. Título.

CDU: 374.7

Catálogo na fonte elaborada pela bibliotecária

Criselen Jarabiza – CRB 10/1789



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008



**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

MÁRCIO JOSOÉ DA SILVA

**Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal Farroupilha:
percepções dos estudantes do Proeja *campus* Santa Rosa**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - ProfEPT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha *campus* Jaguari/ RS, como requisitos parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica

Aprovado em 21 de setembro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Marcelle Homrich Ravasio

Instituto Federal Farroupilha *campus* Santo Ângelo/ RS

Orientador

Prof. Dr. Adão Caron Cambraia

Instituto Federal Farroupilha *campus* Santo Augusto/ RS

Profa. Dra Mariglei Severo Maraschin

CTISM/UFMS



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008



**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

MÁRCIO JOSOÉ DA SILVA

**Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal Farroupilha:
percepções dos estudantes do Proeja *campus* Santa Rosa**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - ProfEPT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha *campus* Jaguari/ RS, como requisitos parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica

Aprovado em 21 de setembro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcele Homrich Ravasio

Instituto Federal Farroupilha *campus* Santo Ângelo/ RS

Orientador

Prof. Dr. Adão Caron Cambraia

Instituto Federal Farroupilha *campus* Santo Augusto/ RS

Profa. Dra Mariglei Severo Maraschin

CTISM/UFMS

Dedico este trabalho a minha mãe, Lúcia Kamchen,
pela doação de vida, dedicação e amor incondicional.
Pelos ensinamentos, por ter me dado educação e sempre
tê-la colocado como elemento primordial na minha vida. A
ti que, muitas vezes, renunciou aos seus sonhos para que
eu pudesse realizar os meus.

A minha esposa Josieli e minha filha Keila, que estiveram
ao meu lado nessa caminhada com amor e apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por sempre se fazer presente ao meu lado, dando-me luz e força para superar as dificuldades.

Agradeço a minha mãe Lúcia, por sempre com muito esforço e dedicação para que eu me tornasse um ser humano rico de bons sentimentos, de conhecimento, de alegria e de amor à vida e ao próximo. Tudo que eu sou devo a você.

As minhas amadas Josieli e Keila, pela compreensão em meus momentos de insegurança, angústias e alegrias no percurso desta pesquisa e em minha vida pessoal. Grato por todo amor e carinho. Agradeço diariamente por tê-las ao meu lado.

Agradeço imensamente às minhas queridas orientadoras, Dra Marcele Homrich Ravasio e Dra Sandra Elisabet Bazana Nonenmacher que se mostram seres humanos de qualidades incomensuráveis. Obrigado pelo respeito, carinho, paciência, compreensão e conselhos.

Aos profs. Dra Mariglei Severo Maraschin e Dr. Adão Caron Cambraia, agradeço a aceitação do convite para compor a banca examinadora e pelas importantes contribuições desde a fase de qualificação deste trabalho.

Agradeço aos meus colegas de trabalho da Coordenação de Assistência Estudantil do IFFar *campus* Santa Rosa, Cleonice S. Hübner, Mateus G. Jardim, Elizangela Weber, Tânia Pinheiro, Kátia de Moura, Juliana Bessel, Alexandre Magalhães, Natália B. T. de Vasconcelos, Richelli Pinheiro pelo companheirismo e colaboração na coleta de informações sobre o objeto pesquisado e principalmente pelas palavras de apoio. É muito bom estar rodeado por pessoas como vocês. Também agradeço a Diretora Geral Analice Marchezan e a Coordenadora de Ensino Raquel Canova, pela compreensão que me foi dada em todos os momentos, em especial para desenvolver as atividades práticas.

Aos professores e professoras do ProfEPT, agradeço pelos debates e discussões que enriqueceram e ampliaram a minha formação acadêmica e humana.

Também agradeço ao Eder Borba (secretaria do ProfEPT), pelo empenho e dedicação que sempre demonstrou ao ajudar na solução de todas as minhas demandas acadêmicas.

Por fim, agradeço aos estudantes que fizeram parte desta pesquisa. Sem eles, nada disso seria possível. Muito obrigada pela colaboração, empenho e tempo dedicado.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo investigar a contribuição da Política de Assistência Estudantil (PAE) para a permanência escolar dos estudantes do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), *campus* Santa Rosa. Para este alcance buscou-se traçar o perfil socioeconômico e estudantil desses alunos. Além disso, buscou-se identificar os programas e ações da Política de Assistência Estudantil (PAE) e se essa contribui ou não para permanência e êxito dos estudantes. A pesquisa teve uma abordagem metodológica qualitativa, utilizando-se do estudo de caso e como instrumento para levantamento de dados a observação, pesquisa documental e entrevista semiestruturada. Para a análise dos dados utilizou-se da análise de conteúdo de Bardin (2016). Os resultados apontaram que os estudantes do curso Técnico em Alimentos apresentam diferentes percepções sobre a PAE. No entanto, consideram os programas e ações da PAE importantes para a permanência. Contudo apontam dificuldades de acesso como, falta de compreensão dos editais e burocracias que envolvem o processo de inscrição. Para além da PAE, identificou-se que a permanência e êxito estão vinculados a fatores extras e intraescolares. Nesse sentido, o apoio familiar, identificação com o curso, atuação docente, a busca pelo crescimento pessoal e/ou profissional e a expectativa de melhoria nas condições de vida, são fatores que contribuem para a permanência e êxito escolar. Além da pesquisa empírica, as pesquisas bibliográficas e documentais também viabilizaram esta pesquisa. Como contributo à produção de conhecimento e ao exercício da atividade profissional de sujeitos inseridos no campo da EJA/EPT, o produto educacional resultante deste estudo trata-se de um roteiro de rodas de conversa sobre a PAE. Objetivou-se com o produto fornecer uma estratégia metodológica que leve em consideração a proposta formativa e a realidade político-social dos estudantes da EJA/EPT, e que promova um espaço de diálogo e reflexão. Por fim, busca-se contribuir com estratégias que possam colaborar com a permanência e êxito dos estudantes por meio do acesso aos programas e ações da PAE.

Palavras-chave: Política de Assistência Estudantil; PROEJA; Permanência escolar.

ABSTRACT

The present research aimed to investigate the contribution of the Student Assistance Policy (PAE) to the school permanence of students of the National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Youth and Adult Education Modality (PROEJA) of the Instituto Federal Farroupilha (IFfar), Santa Rosa campus. For this scope, we sought to trace the socioeconomic and student profile of these students. In addition, we sought to identify the programs and actions of the Student Assistance Policy (PAE) and whether or not it contributes to the permanence and success of students. The research had a qualitative methodological approach, using the case study and observation, documental research and semi-structured interview as an instrument for data collection. For data analysis, Bardin's content analysis (2016) was used. The results showed that students of the Food Technician course have different perceptions about PAE. However, they consider PAE's programs and actions important for their permanence. However, they point out access difficulties such as lack of understanding of the notices and bureaucracies that involve the registration process. In addition to PAE, it was identified that permanence and success are linked to extra and intra-school factors. In this sense, family support, identification with the course, teaching activities, the search for personal and/or professional growth and the expectation of improvement in living conditions are factors that contribute to school retention and success. In addition to empirical research, bibliographic and documentary research also made this research possible. As a contribution to the production of knowledge and the exercise of the professional activity of subjects inserted in the field of EJA/EPT, the educational product resulting from this study is a script of conversation circles about the PAE. The objective of the product was to provide a methodological strategy that takes into account the training proposal and the political-social reality of EJA/EPT students, and that promotes a space for dialogue and reflection. Finally, it seeks to contribute with strategies that can collaborate with the permanence and success of students through access to PAE programs and actions.

Keywords: Student Assistance Policy; PROEJA; School Permanence.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Gênero dos Alunos	62
Gráfico 2 - Idade dos estudantes	63
Gráfico 3 - Quantidade de filhos.....	64
Gráfico 4 - Situação da Moradia.....	65
Gráfico 5 - Situação de moradia do aluno	66
Gráfico 6 - Escolaridade dos pais.....	67
Gráfico 7 – Situação laboral dos pais.....	68
Gráfico 8 - Renda per capita	69
Gráfico 9 - Participação na renda familiar	70
Gráfico 10 - Cadastro no Cadúnico	71
Gráfico 11 - Beneficiário bolsa família.....	72
Gráfico 12 - Acesso à internet.....	72
Gráfico 13 - Reprovação durante a vida acadêmica	73
Gráfico 14 - Incentivo para estudar	74
Gráfico 15 - Atendimento de saúde.....	75
Gráfico 16 - Consulta odontológica	75
Gráfico 17 - Uso de substâncias Psicoativas	76
Gráfico 18 – Conhecimento da PAE antes da RC.....	102
Gráfico 19 - Importância das RC para ampliar o conhecimento sobre a PAE.....	103
Gráfico 20 - Participação nos programas e ações da PAE	103
Gráfico 21- Avaliação da linguagem utilizada na RC	104
Gráfico 22- Avaliação dos temas abordados na RC.....	105
Gráfico 23 - Contribuição da RC para ampliar o conhecimento da PAE	107
Gráfico 24 - Avaliação da metodologia RC	109
Gráfico 25 - Avaliação se gostou de participar da metodologia RC	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Trabalhos X Objetivos e principais resultados.....	51
Quadro 2 - Panorama geral do perfil dos estudantes do Proeja.....	77
Quadro 3 - Categoria: 01 sentido da permanência.....	79
Quadro 4 – Plano de atividade tema editais.....	98
Quadro 5 – Plano de atividades SIGAA - bolsas.....	99
Quadro 6 – Política de Assistência Estudantil no IFFAR.....	100
Quadro 7 - Política de Atenção à Saúde dos Discentes no IFFar.	101
Quadro 8- Aspectos considerados importantes na RC.....	105
Quadro 9 – Aspectos positivos da RC.....	107
Quadro 10 - Aspectos negativos na RC.....	108
Quadro 11 - Outros temas para RC.....	108
Quadro 12 – Momentos da roda de conversa.....	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de ensino Superior

CAE - Coordenação de Assistência Estudantil

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CNE - Conselho Nacional de Educação (CNE)

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IBGE - O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFFar – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFs – Institutos Federais

LDB - Lei de Diretrizes e Base da educação

MEB - Movimento de Educação e Base

MEC - Ministério da Educação

PAE – Política de Assistência Estudantil

PAEVS - Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social

PNAA - Plano Nacional de Alfabetização de Adultos

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PNAD – Programa Nacional por Amostra de Domicílio

ProfEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Projoven - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	21
1.1 A dicotomia trabalho e educação na construção social contemporânea	21
1.2 Contexto histórico da educação de jovens e adultos	25
1.3 Educação profissional integrada ao ensino médio de jovens e adultos (proeja).....	30
1.4 Assistências estudantil no contexto da educação brasileira.....	36
1.4.1 Política de assistência estudantil no Instituto Federal Farroupilha.....	46
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	50
2.1 Dissertações referentes ao tema: últimos 5 anos	51
2.2 Locus e amostra da pesquisa	55
2.3 Coleta de dados	56
2.4 Análise dos dados.....	59
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	61
3.1 Perfil socioeconômico do estudante do PROEJA.	61
3.2 Política de Assistência Estudantil: os sentidos atribuídos pelos estudantes do curso AL-EJA/EPT do IFFar <i>Campus</i> Santa Rosa.....	78
4 PRODUTO EDUCACIONAL.....	94
4.1 Diretrizes adotadas na concepção do produto educacional.....	96
4.1.1 Validação: avaliação de percepção dos participantes.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS.....	115
APÊNDICE A -	123
APÊNDICE B -	140
APÊNDICE C -	142
APÊNDICE D -	143
APÊNDICE E -	144
APÊNDICE F -.....	146

APRESENTAÇÃO

Início esta apresentação a partir do espaço e tempo que me reconheço como sujeito incompleto, em constante busca de ressignificação dos desafios que surgem no decorrer da própria existência. E assim, ao refletir sobre a caminhada até este momento, dou-me conta que nesse processo histórico as pessoas e vivências contribuíram nas minhas escolhas e deram suporte na construção dessa trajetória.

Nasci em uma família relativamente pequena, sou filho de Lúcia Kamchen, tendo como avós maternos Bernardo Kamchen e Emília Cristina Kamchen, irmão de Marcos e Mara. Pai da Keila e esposo de Josieli. Esse é meu núcleo familiar. Nasci na cidade de Santa Rosa, no berço de uma família simples, como muitas de nosso país. Posso dizer que nasci numa família abençoada, mesmo com as dificuldades enfrentadas. Minha mãe como responsável pelo lar, exercendo o papel de pai e mãe, sempre se preocupou em nos mostrar a importância da educação para nossas vidas. Hoje vejo que a preocupação de minha mãe sempre esteve em proporcionar aos filhos o que ela não teve como criança, a possibilidade de estudar além do ensino primário, pois lhe-faltaram condições materiais e apoio para continuar os estudos. Nascida em uma família de pequenos agricultores do interior de Santo Cristo/RS, teve desde pequena, juntamente com as quatro irmãs e dois irmãos, trabalhar na agricultura a qual proporcionava a subsistência familiar. Logo ao completar a maioria decidiu mudar-se para Santa Rosa, onde começou a trabalhar como empregada doméstica, logo casou e teve três filhos.

Ao lembrar meu percurso como estudante/trabalhador, vejo o quão importante e decisivo foi estar rodeado por pessoas amorosas. Desde criança tive o incentivo e a preocupação de meus familiares com minha educação. Ao lado da família, posso afirmar que a escola também teve papel fundamental nessa caminhada.

No ano de 1990 tive meu primeiro contato com a escola, ingressei na primeira série do ensino fundamental na escola Municipal Nossa da Glória, local onde tive ótimas experiências. Cultivei amizades com professores, funcionários e colegas. Nesse ambiente especial tive o cuidado de profissionais

maravilhosos que me proporcionaram momentos de aconchego, carinho e muitos ensinamentos. No ano de 1999 completei a 8º série do ensino fundamental, e assim tive que mudar de escola, mas o sentimento de gratidão fica até hoje.

Ainda durante o ensino fundamental, meu irmão Marcos teve a ideia de me inscrever em um projeto social da prefeitura de Santa Rosa. Este projeto disponibilizava aulas de reforço escolar, atividades de qualificação profissional e visitas em indústrias do município. Neste período, com 15 anos, em uma visita técnica na empresa MASSEY FERGUSON, atualmente AGCO do Brasil, me encantei no processo produtivo de implementos agrícolas. Assim despertou o interesse em como um dia eu poderia trabalhar naquele tipo de atividade. Então, em conversa com meus instrutores, fui informado dos cursos do SENAI e no final de 1999 me inscrevi para realizar o processo seletivo para o Curso de Mecânica e Usinagem, logrando êxito no processo seletivo.

No ano de 2000, iniciei o curso, esse período foi muito difícil, mas recompensador. Nessa época com 16 anos, e assim, como boa parte dos filhos da classe trabalhadora do nosso país, tive que buscar trabalho para subsidiar minhas despesas e ajudar em casa. Novamente com ajuda de meu irmão, comecei a trabalhar. Nessa época trabalhava no período da manhã realizando entrega de sacolões do SESI, no período da tarde realizava o curso no SENAI e no período noturno frequentava o ensino médio na Escola Estadual Santo Dumont, onde concluí o ensino médio em 2002.

No ano de 2001, já no segundo ano de curso no SENAI, tive a felicidade de ser indicado pelo professor Denílson Zucatto para a vaga de jovem aprendiz para uma empresa do segmento metal mecânico de Santa Rosa, foi a realização de um sonho. Durante os quase nove anos trabalhados na Metalúrgica JAMA, criei laços de amizade e companheirismo que trago comigo até hoje. Neste ambiente tive muito apoio para a qualificação profissional e continuação dos meus estudos. Sempre buscando crescimento profissional e melhores condições de vida.

E no ano de 2003 iniciei o ensino superior em uma instituição privada, na Faculdade Educacional Machado de Assis (FEMA), cursando o Bacharelado em Administração e como a instituição é privada, a remuneração que recebia trabalhando utilizava quase toda para custear as mensalidades. Cabe destacar

que nessa época eram incipientes as políticas e investimentos voltados para a educação superior. Então no ano de 2008 concluí a graduação apresentando meu trabalho de conclusão (TCC) intitulado: O papel do líder na disseminação da cultura organizacional, orientado pela profa. Andrea Maria Cacenote. Todo o levantamento de dados (questionários e entrevistas) ocorreu na a empresa em que trabalhava, facilitando o desenvolvimento da pesquisa, pois demandava tempo para coleta e análise dos dados. Após muito esforço e dedicação, apresentei meu TCC com êxito.

Depois de alguns meses, após cinco anos de dedicação, chegou o esperado dia da formatura, lembro-me da felicidade e orgulho de minha mãe vendo seu filho formado. Talvez por ser um dos poucos a possuir ensino superior em toda família. Nada conseguiria sem o apoio incondicional de minha mãe.

Ainda no último semestre da faculdade, e já trabalhando no setor de planejamento e controle de produção, ainda na mesma empresa, iniciei o curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, o qual finalizei no ano de 2011 devido à guinada que ocorreu na minha vida.

No ano de 2009 com novas perspectivas profissionais e a busca por maior segurança financeira e de trabalho, realizei dois concursos, um para área de segurança pública e outro para o Instituto Federal Farroupilha (IFFar), sendo aprovado nos dois. Assim, em novembro do mesmo ano, após as etapas do processo seletivo, fui chamado para realizar o curso de formação policial militar, o qual ocorreu na cidade de Vacaria, município localizado na serra gaúcha. Após a conclusão do curso de formação básica, atuei dois anos como policial militar nas atividades de policiamento ostensivo e na guarda de presídios.

Após três anos da realização do concurso do IFFar, fui nomeado para o cargo de Assistente alunos no *campus* Santa Rosa no ano de 2011, e o retorno ocorreu em meio a muitas dúvidas, pois nesse período de dois anos conheci minha esposa e filha do coração. Estávamos bem estabelecidos e o recomeço nos trouxe muitas incertezas. Então por fim decidimos arriscar, pois sabíamos que minha família nos apoiaria em Santa Rosa. Em abril entrei em exercício no IFFar *campus* Santa Rosa, lotado na Coordenação de Assistência Estudantil.

Quando cheguei ao IFFar, a equipe da CAE era composta apenas pela Assistente social, Psicóloga, técnico em enfermagem e o Assistente de alunos. Era um ambiente totalmente novo para mim, nunca imaginei que estaria trabalhando em uma instituição de ensino.

No desempenho da função sempre estive próximo dos estudantes, inicialmente no desempenhando de uma espécie de função de monitoramento para evitar indisciplinas, repreendendo alunos que tinham comportamentos considerados “inadequados”. Felizmente, com o passar dos anos conseguimos mudar esse pensamento dentro do *campus* e hoje estamos mais próximos dos estudantes, auxiliando-os em suas demandas educacionais e muitas vezes tornando-se confidentes de suas angústias.

No IFFar tive a oportunidade de participar de várias atividades formativas, tanto da área de ensino como na de Assistência Estudantil, o que possibilitou contribuir com as atividades do setor, em especial a execução dos programas destinados aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Atualmente atuo como Coordenador substituto da CAE do *Campus* Santa Rosa, convite que ocorreu no mês de março desse ano (2022), o que está me proporcionando novas aprendizagens e desafios profissionais.

No ano de 2019 na busca por qualificação profissional, enxerguei a possibilidade de realizar o mestrado profissional em rede dentro do IFFar, pois até então estava distante da vida acadêmica, o que dificultaria o ingresso em outros programas, e o ProfEPT tornou-se uma oportunidade única. Assim com o ingresso no ProfEPT foi possível retornar aos estudos o que me proporcionou a qualificação profissional e a realização de um sonho. No curso pude desfrutar de momentos de amizade, trocas de conhecimentos e principalmente de muitas aprendizagens as quais transformaram a forma como vejo a educação a partir da concepção do ensino integrado. Considero que meu crescimento pessoal está diretamente relacionado à qualidade do curso, o qual conta com um excelente grupo de professores qualificados.

A realização do mestrado nos apresentou elementos para compreender os múltiplos fatores tanto individuais como institucionais ligados ao processo de

permanência e êxito dos estudantes na EJA/EPT¹, bem como uma maior compreensão da educação profissional e tecnológica voltada para estudantes EJA e como ocorre a relação entre trabalho, educação e suas contradições.

Levando em consideração minhas experiências de vida como trabalhador desde adolescente, estudante do ensino médio noturno e a trajetória como profissional técnico administrativo no IFFar, algumas indagações surgem em relação à atuação profissional na CAE, considerando o importante papel da assistência estudantil para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Indagações como: Qual é a compreensão dos estudantes em relação às ações da assistência estudantil? Como melhorar a efetividade das atividades junto aos estudantes? Como ampliar a compreensão da PAE e ao mesmo tempo conectá-la ao contexto de vida do estudante? Essas inquietações inspiram a realização do presente estudo, o qual tem como tema a inter-relação entre Política de Assistência Estudantil (PAE) e a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA/EPT) do IFFar *campus* Santa Rosa.

Com a finalidade de compreender como esses programas e políticas contribuem para a permanência e êxito escolar dos estudantes da EJA/EPT, o presente estudo pretende abordar a aplicação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal Farroupilha (IFFar) *campus* Santa Rosa junto aos estudantes do ensino de jovens e adultos do Curso Técnico em Alimentos (AL-EJA/EPT). Para tanto, o presente estudo buscou responder a **seguinte questão**: Qual a percepção do estudante da EJA/EPT do IFFar - *Campus* Santa Rosa quanto à contribuição da Política de Assistência Estudantil para a sua permanência escolar?

A partir da questão norteadora, esta pesquisa teve por **objetivo geral**: compreender as percepções dos estudantes do Ensino Médio de Jovens e

¹ Adota-se neste estudo a nova nomenclatura dada ao PROEJA durante o 1º Encontro Nacional da Educação de Jovens e Adultos da Rede Federal, que se realizou de 21 a 23 de maio de 2018, no Instituto Federal de Goiás. No evento, convencionou-se que o PROEJA passa a ser chamado de EJA EPT, para reforçar a necessidade da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica, se constitui como política e não apenas como um programa. Um dos pontos aprovados foi de “[...] reafirmar a nomenclatura EJA/EPT, considerando que a identificação da modalidade pela sigla Proeja ainda é também aceita, em função de sua presença em muitos dos documentos vigentes”. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/servidor/130-ifg/campus/cidade-de-goias/noticias-campus-cidade-de-goias/8449-encontro-nacional-da-eja-aprova-proposicoes-para-efetivar-acesso-permanencia-e-exito-dos-estudantes>. Acesso em: 20 jan. 2022.

Adultos (EJA/ETP) do Instituto Federal Farroupilha *campus* Santa Rosa, quanto à contribuição da Política de Assistência Estudantil para a sua permanência escolar. Como objetivos específicos foram definidos: 1) levantar o perfil dos estudantes do Proeja do *campus* Santa Rosa; 2) Identificar as ações desenvolvidas pela Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) de acordo com a Política de Assistência Estudantil (PAE), a partir da compreensão dos estudantes do curso AL-EJA/EPT; 3) investigar as dificuldades e ou facilidades para acessar os programas, projetos e ações da PAE; 4) Elaborar um ebook abordando a metodologia roda de conversa como estratégia para reflexão e diálogo sobre a PAE.

Para alcançar os objetivos, a pesquisa está estruturada em quatro capítulos. Neste primeiro momento fiz a apresentação contendo a trajetória de vida, buscando justificar a relação do pesquisador com a temática EJA/EPT, mundo do trabalho, a rede de educação profissional, o problema e os objetivos.

No segundo capítulo discorro sobre a relação entre as transformações no mundo do trabalho e a formação humana; abordo o movimento histórico das políticas educacionais voltadas para EJA no Brasil e a propostas de educação profissional para este público, também apresento a trajetória histórica da assistência estudantil no contexto da educação brasileira, bem como no âmbito do IFFar.

No terceiro capítulo são apresentados os caminhos metodológicos percorridos que orientam a pesquisa, e a revisão com as dissertações relacionadas ao tema nos últimos cinco anos.

No quarto capítulo apresento os resultados e discussões, com destaque, para a análise do perfil socioeconômico dos estudantes do curso AL-EJA/EPT e os sentidos atribuídos em relação à PAE do IFFar e a contribuição para permanência e êxito. Posteriormente descrevo o produto educacional contendo as diretrizes adotadas para o desenvolvimento das RC e o resultado da avaliação realizada pelos participantes quanto à metodologia e a participação nas RC. E em um último momento apresentamos as considerações finais e retomando os achados da presente pesquisa e colocando o nosso ponto de vista.

1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

O presente capítulo aborda a educação enquanto expressão e resposta às transformações sociais e sua relação com as transformações no mundo do trabalho e a formação humana, também é apresentada a trajetória histórica da EJA na educação brasileira, assim como a proposta do PROEJA para a formação integral dos trabalhadores. Ainda aborda a assistência estudantil na educação brasileira, apresentando seu contexto histórico, social e político, e por fim a política de assistência estudantil no IFFar.

1.1 A DICOTOMIA TRABALHO E EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEA

A educação é determinada por muitos fatores. No contexto dessa pesquisa, buscamos estabelecer algumas relações dela com o mundo do trabalho.

Para Manfredi (2017) o modo como é visto e representado o trabalho e sua relação com a escolarização é muito diversificado, apresentando visões que de um lado subestimam a importância da escola e outras que supervalorizam a experiência dos conhecimentos adquiridos no mundo do trabalho e que essa imersão em atividades do trabalho constitua a verdadeira escola. Ainda têm as visões idealizadas que superestimam a importância da escola como veículo de formação profissional e de ingresso no mercado de trabalho, mesmo que exista uma separação do que se ensina na instituição escolar e os desafios no mundo do trabalho.

Ainda para a mesma autora, o sistema de educação escolar de uma sociedade, como ocorre com as demais instituições sociais – a Igreja, a família, o estado, as empresas, os sindicatos - é historicamente datado e situado. Portanto, sendo resultado de um complexo movimento de construção e reconstrução, determinado por fatores de ordem econômica-social e político-cultural que definem o contexto em que atuam os diferentes protagonistas sociais, com interesses diferenciados.

Vivemos numa sociedade estruturada pelo sistema capitalista de produção, no qual predomina a divisão social do trabalho, e a desigual distribuição das riquezas produzidas e como reflexo emergente na sociedade, a desigualdade social.

Para Saviani (2007), ao analisar o trabalho-educação, a partir dos pressupostos da ontologia do ser social em Marx e Lukács, apresenta a compreensão do trabalho numa perspectiva histórico-ontológico², na qual não se pode crer na indissociabilidade dessa relação. Pois o trabalho é o ato de agir do homem sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas, diferente do pensamento que se perdura no senso comum, marcado por um carácter especulativo e metafísico contraposto à existência histórica dos homens.

Ainda segundo o mesmo autor:

O ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelo próprio homem. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico (SAVIANI, 2007.p.154).

Assim, podemos compreender a partir da perspectiva histórica-ontológica que a existência do homem ocorre do seu atuar na vida real, e que não é algo posto como uma dádiva, como se apresenta no senso comum, mas pelo contrário, a produção do homem se dá pelo próprio homem, resultado do trabalho.

Desse modo, o trabalho vem se constituindo como uma mediação fundamental, pois é a partir dele que produzimos aquilo que é necessário para a reprodução da vida humana. A educação, por sua vez, enquanto um “processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, comportamentos, valores, etc. que permitam ao indivíduo tornar-se apto a participar conscientemente (mesmo que essa consciência seja limitada) da vida social” (TONET, 2011, p. 139),

²SAVIANI (2007, P.155). A análise do trabalho por meio da perspectiva histórica-ontológico, os fundamentos históricos porque referidos a um processo produzido e desenvolvido ao longo do tempo pela ação dos próprios homens. Fundamentos ontológicos porque o produto dessa ação, o resultado desse processo, é o próprio ser dos homens.

Para Saviani (2007) o homem não nasce como homem pronto, todavia, precisa formar-se como tal, precisa aprender a ser homem e aprender a produzir sua própria existência. Nesse produzir do homem, ocorre ao mesmo tempo, a formação que é um processo educativo, sendo, pois, a origem da educação conectada com a origem do homem. “Mas esse aprendizado se modifica juntamente com as mudanças pelas quais passam as formas de trabalho, de produção da existência, de sorte que a relação entre o trabalho e a educação é tanto ontológica quanto histórica” (Ramos, 2010, p.98).

A compreensão a partir da perspectiva histórico-ontológica possibilita tecer a construção de como se construiu na sociedade a atual dicotomia entre educação e trabalho, não por acaso, uma construção necessária para prevalecer os interesses de poucos, numa sociedade de classes.

Para Saviani (2007) a separação da relação educação-trabalho, ocorre com a divisão do trabalho conduzida pelo desenvolvimento da produção, e a evolução para apropriação privada da terra, rompendo a forma vigente nas comunidades primitivas. Essa transformação no meio de produção, no uso da terra, gerou a divisão dos homens em classes; a classe dos proprietários e a dos não proprietários. Essas mudanças causaram efeitos na própria compreensão ontológica do homem, pois se o trabalho que define a essência humana, quer dizer que não é possível ao homem viver sem trabalhar, assim ao proprietário da terra foi possível viver do trabalho do não-proprietário que passaram a manterem-se a si e ao dono da terra.

De acordo com Saviani:

Essa divisão dos homens em classe irá provocar uma divisão também na educação, introduz-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificadas como a educação dos homens livres, e outro a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho (2007, p.155).

Pela forma como se apresentou a evolução da educação, com uma finalidade propriamente dita, ocorre nesse momento a institucionalização da educação, correlato ao surgimento da sociedade de classes, que, por sua vez,

cria o processo de divisão do trabalho e com consequências na educação, resulta dividida no início da sua concepção. Para Ramos (2010) a divisão de classes, desde o escravismo antigo, até o capitalismo, aqueles que não possuem os meios de produção se convertem de sujeito a objeto de produção. A educação desses homens, assim, também se reduz ao processo de adequação deles à produção.

Para Frigotto (1999) a classe dominante defendendo seus interesses, historicamente, subordina a educação dos grupos sociais de trabalhadores com a intenção de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital.

As mudanças causadas pela primeira revolução industrial modificaram ainda mais a função da escola de uma perspectiva de socialização para uma função econômica propriamente dita. Usando da ciência como forma produtiva fez surgir o trabalho abstrato por meio da sua divisão social e técnica, e por meio da redução do processo de produção a um conjunto de tarefas simples.

De acordo com Nunes (2017) com a divisão técnica do trabalho ocorrem reflexos na escola. As qualificações dos trabalhadores exigidas pelas empresas relacionam-se com o exercício das funções de controle (hierarquia de funções), e por outro lado, tirando dos trabalhadores a capacidade de controle dos meios de produção. Isso repercutiu numa suposta neutralidade da escola (separação entre função técnica e função política), pois a classe dominante defende uma escola cuja função seja instrumento de hegemonia burguesa.

Na produção capitalista, os conhecimentos passam a ser exigidos apenas pela produção combinada em seu conjunto, separando-se do trabalhador individual, assim como dele se separa o próprio produto e seu valor de uso. Ocorre, então, a divisão entre as esferas do conhecimento e da produção. Da ciência e da técnica; da teoria e da prática (RAMOS, 2010, p.103).

Com a afirmação do sistema capitalista de produção, a educação foi alterada para atender a uma nova conjuntura que demandava os trabalhadores para as atividades mais simples e alguns trabalhadores com uma maior qualificação para as atividades de manutenção, reparo, ajustes. Desenvolvimento e adaptação a novas circunstâncias, para além da simples

operação de máquinas, e assim se estrutura um novo sistema educacional para qualificações específicas. Essa qualificação foi desenvolvida no âmbito das empresas ou do sistema de ensino. Tendo como referência o sistema escolar. Assim bifurcou-se a escola de ensino geral e a escola de profissionais.

A separação teve um dupla manifestação: a proposta dualista de escolas profissionais para os trabalhadores e escolas de ciências e humanidades para os futuros dirigente; e a proposta de escola única diferenciada, que efetuava internamente a distribuição dos estudantes segundo as funções sociais para as quais se os destinavam em consonância com as características que geralmente decorriam de sua origem social (SAVIANI, 2007. p.159).

Assim, a construção das formas educativas que ocorreram no decorrer dos séculos, nas quais predominou diferentes tipos de ensino, de acordo com a finalidade que se pretendia e a classe social a qual se destinava, possibilita a compreensão da forma como a educação é moldada pela construção social, que passa por adaptações e configurações conforme as disputas de poderes presentes na sociedade e que na maioria das vezes prevalece os interesses do capital.

1.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Para contextualizar a educação de jovens e adultos (EJA) é necessário descrever o processo de educação direcionado a esse público na educação brasileira e a relação com as políticas públicas oficiais de educação. Somente a partir do século XX é possível contextualizar a EJA, com o advento do regime republicano, anterior a esse período, somente a elite dispunha da oportunidade de escolarização.

O processo de ensino para jovens e adultos no Brasil teve seu início a partir dos anos 1930, com o início da era Vargas e a ascensão da burguesia industrial.

O acelerado processo e urbanização provocado pelas mudanças estruturais no estado fez surgir demandas no processo de modernização tecnológica. Assim, o processo educacional escolar e a educação profissional ganham configuração nova. (MANFREDI, 2017, p.48).

A nova constituição republicana aprovada em 16 de julho de 1934 trouxe pela primeira vez um capítulo direcionado à questão educacional como dever do Estado, no “art. 150 compete à união: [...] Parágrafo único – O plano nacional de educação constante de lei federal [...] obedecerá às seguintes normas: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensiva aos adultos [...]” (BRASIL, 1934, s/p).

Sob a égide da constituição do estado novo surgiram as “leis orgânicas do ensino”, optando-se, assim, por organizar a educação nacional por partes, e não como um sistema integrado por uma lei unificada. Dando cumprimento à norma constitucional que estabelecia como dever prioritário do Estado o ensino Profissional, as leis orgânicas regularam, além do ensino secundário e primário o ensino industrial, comercial e normal, complementados pela criação do Sistema Nacional de Aprendizagem industrial (SENAI) e do Sistema Nacional de Aprendizagem comercial (Senac). (SAVIANI, 2013, p.751).

Segundo Borges (2017, p.61) “a partir dessa reforma, o que se viu foi um sistema educacional dual – com um ensino voltado para a formação de intelectuais [...]; e com um ensino profissional [...] voltada para formação de trabalhadores”.

Neste contexto, até a metade do século XX, as políticas educacionais estavam direcionadas para a diminuição dos altos índices de analfabetismo, e atender as demandas do processo de industrialização.

As primeiras políticas públicas nacionais destinadas à instrução dos jovens e adultos foram implementadas a partir de 1947, quando se estruturou o Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação e teve o início a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), assistiram-se no período a duas outras campanhas que obtiveram poucos resultados efetivos: Campanha Nacional de Educação Rural, em 1952 e Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958 (DI PIERRO, VÓVIO, ANDRADE, 2008, p.25).

Todas essas campanhas foram criticadas por apresentarem resultados superficiais e métodos de ensino que não consideravam as especificidades do adulto e a diversidade regional.

Nos anos 60, grande parte da população de jovens e adultos eram analfabetos e não podiam exercer sua cidadania plena, surge a educação popular, como um instrumento de luta política e de valorização da própria

cultura do povo, também aparecem outros movimentos dirigidos para alfabetização de adultos na tentativa de transformação da realidade social, destacando-se a filosofia e o método de alfabetização proposto por Paulo Freire.

Assim, nos anos que se seguem, várias instituições e pessoas começam a desenvolver experiências direcionadas à educação de jovens e adultos. Segundo Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001 p.60) “os programas do Movimento de Educação e Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular Recife, ambos iniciados em 1961, dos Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes”. Ainda para Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p.60) esses grupos:

Professavam a necessidade de realizar uma educação crítica, voltada à transformação social e não apenas a educação da população a processos de modernização conduzidos por força exógena. O paradigma pedagógico que então se gestava preconizava com centralidade o diálogo como princípio educativo e assunção por parte dos educandos adultos, de seu papel de sujeitos de aprendizagem, de produção de cultura e de transformação.

O golpe militar de 64 acabou com qualquer possibilidade de implantação na EJA do método de alfabetização de Paulo Freire que tinha sido proposto no Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA), no governo de João Goulart.

A partir de 69, o governo federal organizou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), caracterizado como um amplo programa voltado a oferecer alfabetização a uma enorme parcela de adultos analfabetos nas mais diferentes localidades do país.

Para Ventura (2006, p. 14) em referência ao Mobral:

No final da década de 70, suas ações foram modificadas e seu campo de atuação ampliado, atingindo da semiprofissionalização de adolescentes e adultos até a educação de crianças. A intenção era reduzir os altos índices de analfabetismo no país.

Em 1971, o governo militar instituiu a Reforma do Ensino de 1º e 2º Grau, depois de tramitação sumária no Congresso. A Lei 5.692 mudou a organização do ensino no Brasil.

Conforme Manfredi, (2017 p.68):

Em princípio, poderíamos dizer que essa profissionalização no ensino secundário iria acabar com o dualismo do ensino [...], porém, houve resistência de alunos e escolas que tradicionalmente preparavam candidatos ao ensino superior. Em 1982, a Lei n. 7.044 acabou com a profissionalização obrigatória no 2º Grau, o que levou a volta do dualismo no sistema de ensino.

Durante o período do regime militar várias instituições atuaram na educação fora do controle governamental, segundo Di Pierro, Joia, Ribeiro (2001) entidades eclesiais, associações de moradores, organizações de trabalhadores urbanos e rurais e outros agrupamentos orientados por valores de justiça e equidade, e engajados na reconstrução da democracia, desenvolveram ações educativas que incluíam a alfabetização de jovens e adultos.

As atuações dessas instituições contribuíram para a reformulação do ensino de jovens e adultos que ocorreu a partir da redemocratização do país após 1985. Nesse período, segundo Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001) com a extinção do Mobral e a criação da Fundação Educar, novas diretrizes foram elaboradas por uma comissão composta por pensadores de renome, inclusive Paulo Freire. As diretrizes propunham que a EJA passasse a ser realizada por estados, municípios, instituições de ensino superior, empresas e organizações da sociedade civil, e ao governo federal caberia o fomento das ações.

A Fundação Educar atuou no financiamento e apoio técnico em iniciativas governamentais, até os anos 90, quando no governo de Fernando Collor de Mello as ações da fundação foram interrompidas, e alguns estados e municípios assumiram a educação de jovens e adultos.

No final dos anos 80 após grande mobilização em torno da constituição 1988, de acordo com Graciano e Lugli (2017) a constituição restabeleceu o estado de direito e fundou a base de um sistema de seguridade social e reconhecimento de direitos trabalhistas e sociais, dentre os quais o ensino público e gratuito, diurno e noturno, inclusive para os jovens e adultos, com as devidas adequações.

Para Graciano e Lugli (2017) a educação de jovens e adultos nos anos 90 passa por avanços e recuos, até a criação da lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, que reafirmou o direito à educação escolar regular para jovens e adultos, em seus art. 37 e 38 asseguram a “oportunidade de

educação apropriada considerada as características dos estudantes, seus interesses, condições de vida e trabalho”.

A LDB (9394/1996) apresentou o acesso à educação profissional como direito. Porém, a desvinculação dos ensinos médio e técnico instaurada pelo decreto nº 2.208/97, acabou eximindo qualquer sistema de ensino da responsabilidade de ofertá-lo e financiá-lo (RAMOS, 2010, p.43).

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p.16) “o Decreto 2.208 definiu as modalidades normal e técnica como áreas de educação profissional que poderiam ser ofertadas pelas instituições de ensino médio em todo o país”. Assim a educação profissional passou a ter uma organização própria e independente do ensino médio, podendo oferecer cursos na forma subsequente ou concomitante ao ensino médio.

Portanto, nos anos 90 a LDB 9394/1996 sofre ajustes mantendo o sistema dual de ensino que marca historicamente a educação brasileira em especial o ensino médio.

Em 2004, por meio do Decreto 5154/2004, segundo Moura (2012, p.75):

[...] teve o grande mérito de trazer de volta a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio numa perspectiva que não se confunde totalmente com a educação tecnológica ou politécnica, mas que aponta em sua direção porque contém os princípios de sua contradição.

Com o Decreto 5154/04 foi possível no plano legal a integração entre Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio, possibilitando a implantação de políticas públicas com vista à formação integral dos estudantes, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos.

Também no mesmo sentido, a Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) no parecer 11/2000 estabeleceu as Diretrizes Curriculares para a EJA. O documento apresenta o contexto histórico da EJA, as bases legais e sociais. Segundo o documento.

A educação, como uma chave indispensável para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea, vai se impondo cada vez mais nestes tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos. Ela possibilita ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar

competências adquiridas na educação extraescolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado (Brasil, 2000, p.10).

No ano de 2005 iniciativas de educação profissional foram desenvolvidas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), entre os programas está o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos (PROJA), criado pelo decreto 5.478/05, contudo por apresentar fragilidades foi substituído pelo Decreto 5.840 de 13 de junho de 2006, visando promover a integração entre educação profissional e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O Proeja surge como um marco importante no cenário da EPT para a modalidade de EJA. As principais características e aspectos serão apresentados no próximo tópico.

1.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO DE JOVENS E ADULTOS (PROEJA)

A educação profissional no Brasil teve suas primeiras iniciativas por meio do Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, onde organizou-se um sistema escolar de aprendizes e artífices, com estrutura, currículo e metodologias próprias. A finalidade educacional era a formação de operários e contra mestre, por meio do ensino prático e de conhecimento técnicos transmitidos aos menores em trabalho manual e mecânico.

Para CASTRO et al. (2010) a definição das áreas de formação estava vinculada às necessidades dos estados e das especificidades das indústrias locais. Destacando que a formação era mais próxima da qualificação artesanal do que da industrial.

A história da educação escolar no Brasil nos mostra como se institucionalizou o dualismo no ensino, quase sempre a serviço dos ideais do capital, onde o ensino para a classe trabalhadora se resume ao desempenho das atividades produtivas. Nesse sentido no capítulo anterior foram abordados os desdobramentos do Decreto 5.692 de 11 de agosto de 1971, o qual instituiu

a educação profissional compulsória para todo o segundo grau e do Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997, onde a formação foi vista como uma qualificação direta para o exercício profissional, o ensino médio como momento de preparação para a vida, e a educação profissional, preparação para o trabalho.

Segundo Manfredi (2017) o debate em torno de uma educação que visasse à formação dos trabalhadores, numa perspectiva de ampliação e de conquistas da cidadania e democracia, começou com maior intensidade a partir dos anos 80, com a participação de várias instituições da Sociedade Civil (ONGs), Sindicatos, entre outros Movimentos Sociais. Assim, a entrada desses novos atores no debate e construção das políticas públicas de educação e qualificação, recompôs o campo de disputa em torno das políticas de Educação Básica e de Educacional Profissional, principalmente no governo Lula.

Ainda segundo a mesma autora, nos oito anos do governo Lula, se intensificam os debates/ disputas e ações em torno da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tentando resgatar o papel do estado como incentivador e promotor de políticas socioeconômicas, das quais, a educação profissional passou a ter papel importante. Assim, foi possível promover ações no sentido de reorientar as políticas anteriores, com outras intencionalidades, através de uma série de decisões e ações em âmbitos: jurídico-normativo; da reconstrução da rede física das escolas públicas; da criação de instâncias e mecanismos participação; de controle social e da adoção de um novo quadro de referencial político-pedagógico.

No campo das disputas por uma educação voltada para a classe trabalhadora, a partir de 2003, movimentos atrelados às políticas de Educação Profissional, proporcionaram a expansão da oferta pública de Educação Profissional e Tecnológica, trazendo consigo uma nova proposta de formação integral, apresentando um papel importante nas políticas de inclusão social.

Com as reformas promovidas por meio da legislação, em especial pelo Decreto 5.154/2004, o qual possibilitou a integração entre ensino médio e educação profissional, trouxe novas concepções para a educação profissional, além da possibilidade de articulação entre as diferentes modalidades de ensino; como concomitante e subsequente.

Nesse novo contexto político, para Manfredi (2017) as antigas e recorrentes reivindicações dos movimentos populares e sindical são

resgatadas, através da construção de novo projetos educativos, orientado para a emancipação social e política, apostando em uma concepção de formação humana que envolve as dimensões intelectual, profissional, social, ético-político, afetiva e emocional.

Nesse sentido como formas de ofertar uma educação de qualidade com acesso e permanência e, sobretudo, ampliar as formas de ensino médio integrado, o Governo Federal ampliou a Rede Básica, Técnica e Tecnológica, com a implantação dos Institutos Federais, relacionando-os ao conjunto de políticas para a Educação Profissional e Tecnológica, através da Lei nº 11.892/2008, caracterizando-as como instituições de natureza jurídica de autarquia, conferindo autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2008).

O objetivo dessas Instituições é dar oportunidades à sociedade, no sentido de que os processos de formação para o trabalhador estejam relacionados à elevação da escolaridade, contrapondo-se em relação às concepções e aos princípios neoliberais, fortalecendo a educação profissional e tecnológica, não sendo conivente com a educação à lógica do capital, compreendendo que a educação não ocorre somente em espaços educacionais formais, mas nas experiências e vivências das relações sociais, criando novas formas de inserção ou produção no mercado de trabalho.

Os Institutos Federais são elos entre o Estado e a sociedade, os quais estão distribuídos por todos os Estados Federados e no Distrito Federal. Os mesmos tentam construir um país mais justo com mais igualdades sociais, através de suas ações no ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2013).

A partir do Decreto nº 5.840/2006, é instituído o PROEJA o qual caracteriza-se como política pública, com princípios na inclusão social e na universalização do ensino, tendo como pressupostos do programa a universalidade da educação básica aliada à formação profissional e para o mundo do trabalho (BRASIL, 2006).

Segundo os documentos oficiais (BRASIL, 2006), o PROEJA surge, com uma dupla finalidade. A primeira é enfrentar as discontinuidades e o voluntarismo que marcam a modalidade EJA no Brasil, e a segunda, integrar à educação básica uma formação profissional que contribua para a integração socioeconômica de qualidade do coletivo de jovens e adultos.

Trata-se de uma política pública educacional para EJA, ou seja, para os sujeitos trabalhadores, adolescentes, jovens e idosos, como uma política inclusiva compensatória e específica, que tem como objetivos corrigir falhas deixadas pelas demais políticas públicas implementadas anteriormente que estavam preocupadas em atender as necessidades do sistema econômico vigente.

Assim, o PROEJA deve possibilitar a inserção dos sujeitos sociais, jovens e adultos, não somente para o mercado de trabalho, mas também para a elevação da escolaridade, da autoestima, da diversificação de visões de mundo e da melhoria da qualidade de vida dos mesmos, dando aos alunos-trabalhadores o que lhe era de direito: uma habilitação/certificação profissional para que os mesmos possam sobreviver da sua força de produção.

A constituição da proposta do Proeja situa-se entre a possibilidade da modalidade da educação profissional de retomar os currículos integrados e a necessidade da modalidade de educação de jovens e adultos de estabelecer um diálogo concreto com o mundo do trabalho, quer seja no ensino fundamental, quer seja no ensino médio. (CASTRO, 2010, p.28)

Compreende-se que, para formação plena dos sujeitos, esta deverá ter como base currículo integrado, o qual expressa que não haverá ensino médio integrado sem a articulação entre a educação geral e a educação profissional, seja ela por meio de projetos, disciplinas ou práticas interdisciplinares.

O currículo integrado do PROEJA propõe como um de seus princípios uma formação que busque combater a fragmentação histórica que constitui a EJA.

O currículo integrado é uma possibilidade de inovar pedagogicamente na concepção de ensino médio, em resposta aos diferentes sujeitos sociais para os quais se destina, por meio de uma concepção que considera o mundo do trabalho e que leva em conta os mais diversos saberes produzidos em diferentes espaços sociais (BRASIL, 2007. P.43).

Nesse sentido o PROEJA representa uma proposta para a formação integral do estudante, pois foi pensada para contribuir com a formação que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, bem como a possibilidade de continuidade dos estudos.

Segundo Ciavatta ao citar Gramsci:

O que é integrar? É tornar íntegro, tornar inteiro, o que? No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação o geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfatizar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (GRAMSCI, apud Ciavatta et al, 2005).

A concepção de ensino integrado para a EJA está explícita no Documento Base do Ministério da Educação (MEC), o qual apresenta a concepção de ensino integrado como:

Um ensino médio integrado, de natureza filosófica, expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência compreendida com conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o avanço das forças produtivas; e a cultura que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de sociedades (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005 apud BRASIL, 2007, p.40).

Segundo Ciavatta (2005) o sentido da educação integrada é a concepção de educação geral, na qual se busca uma formação ampla, por meio da indissociabilidade da educação básica e profissional, nos mais diferentes campos da preparação para o trabalho. Portanto trata-se de superar a simples preparação para os aspectos operacionais, simplificados, separados dos conhecimentos que estão na gênese científico-tecnológico e em sua apropriação histórica-social. Com a formação humana se busca garantir aos estudantes jovens e adultos e aos trabalhadores o direito de uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadãos pertencentes a um país. Uma formação que tenha como pressupostos: o trabalho e a pesquisa como princípios educativos.

O trabalho pode ser considerado como princípio educativo em três sentidos diversos, mas articulados entre si. Num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina, pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto. Nesse sentido, aos modos de produção

correspondem modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação. Em um segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher, em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. Finalmente, o trabalho é princípio educativo num terceiro sentido, à medida que determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico (SAVIANI, 1989, apud FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2012, p. 3-4).

A compreensão do trabalho como princípio educativo, pressupõe assumir um compromisso ético e político com a educação, possibilitando dessa forma que ela proporcione aos jovens e adultos o desenvolvimento intelectual, cultural e científico, necessários para participação ativa em sociedade, possibilitando a reflexão crítica quanto ao seu papel como sujeitos sociais, buscando superar a visão do trabalho como uma dimensão econômica e, da educação como solução das mazelas enfrentadas no mercado de trabalho.

Segundo Kuenzer, (1989, p.23-24) ao tratar das mudanças na contemporaneidade e a urgência de um novo princípio para a educação, destaca que:

A sociedade contemporânea, a ciência se faz técnica e esta se complexifica, ou, as atividades se fazem complexas e a teoria se faz operativa, trabalho e ciência, antes dissociados, voltam a formar uma nova unidade através da mediação do processo produtivo, exigindo uma nova concepção da história e da sociedade que unifique ciência, técnica e cultura. Em decorrência, exige-se um novo princípio educativo para a escola em todos os níveis que tome o trabalho como ponto de partida, concebido como atividade teórica/prática, síntese entre ciência, técnica e humanismo histórico.

Ainda segundo a mesma autora, há necessidade de mudanças nas propostas pedagógicas que separam o ensino das formas intelectuais e técnicas, porque as exigências da atualidade exigem uma formação que permita compreender e atuar na dinamicidade do real, não sendo mais aceito os tradicionais esquemas de formação profissional estreita, fragmentada e despida de apropriação dos princípios teóricos-metodológicos, nem a escola clássica, humanista tradicional, fundamentada na transmissão de um conteúdo dito geral, mas academicista e livresco.

A educação integrada na sua concepção assume uma dimensão ampla na formação, inclusive de caráter ético-político, quando busca superar as relações contraditórias e desiguais do mundo do trabalho, assumindo a

importância da educação para superar o sentido economicista do mundo do trabalho.

O PROEJA como proposta para a educação dos jovens e adultos apresenta uma nova concepção de educação, no entanto, o programa enfrenta inúmeras dificuldades, como não reconhecimento como política de estado, o que proporcionaria maior investimento conseqüentemente possibilitaria o maior alcance da EPT ao público da EJA. Atualmente o investimento vem diminuindo em qualificação de professores para atuação na área, assim como no campo de pesquisa da EJA.

Para Moura e Henrique (2012), vários aspectos contribuem para um quadro preocupante, dentre eles: a falta de processos sistemáticos de formação continuada dos docentes; a ausência de discussões mais qualificadas no interior das instituições acerca da concepção do EMI; os elevados índices de evasão.

É nesse contexto de desafios da EJA/EPT que está a questão de permanência e êxito escolar, e nesse sentido o próximo capítulo apresenta o movimento histórico das políticas de assistência estudantil no âmbito da educação brasileira, bem como essas políticas buscam minimizar as desigualdades de condições de acesso e permanência dos estudantes.

1.4 ASSISTÊNCIAS ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A assistência a estudantes (AE) teve seu início nos anos 20, quando foi criado a Casa do Estudante Brasileiro, na França, com a finalidade de auxiliar os estudantes que cursavam o ensino superior naquele país e que não tinham condições de manterem suas despesas (COSTA, 2010).

Para Kowalski (2012) inicialmente a educação se concentrava nas mãos da elite do país, pessoas que tinham condição financeira de manter seus filhos no ensino superior e encaminhavam seus filhos para estudar fora do país, em instituições que não mantinham apenas alto padrão de ensino-aprendizagem como também dispunham de qualidade de infraestrutura no atendimento ao aluno no aspecto da assistência estudantil. Assim, nesse período da história, a

assistência estudantil estava voltada para o atendimento das necessidades dos filhos da elite brasileira.

No governo de Getúlio D. Vargas, que teve como característica a inclusão de políticas sociais, com a reforma proposta por Francisco Campos, foi possível instituir medidas que beneficiavam os universitários, como as bolsas de estudos, material escolar, assistência alimentar e dentária.

No ano de 1931 os benéficos que estavam previstos na reforma promovida por Francisco Campos por meio do decreto 19.851/31, foram incluídos na constituição de 34, no seu art. 157 que estabelecia o repasse de verbas para auxiliar os alunos mais necessitados (COSTA, 2010).

O decreto 19.851/31 instituiu o estatuto da organização das universidades brasileiras

Durante esse o período do governo de Getúlio Vargas, buscando o apoio político dos estudantes, foi criado em 1937 a União Nacional dos Estudantes, onde teria sua sede na Casa do Estudante do Brasil e seria responsável pela organização da biblioteca, o serviço de saúde e residência estudantil; promovendo assistência jurídica, a concessão de bolsas e a distribuição de cargos empregatícios (COSTA, 2010, p.54).

Nesse mesmo sentido Kowalski (2012) destaca que a criação da UNE estava voltada para organização de uma entidade nacional de representação estudantil despolitizada.

A constituição de 1946 estendeu o direito a assistência aos estudantes de todos os níveis de ensino, o art. 172 estabeleceu que cada sistema de ensino teria, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem ao aluno necessitados, condições de eficiência escolar.

Neste período foi promulgado o Decreto 20.302/1946, que estabeleceu que na Seção de Prédios, Instalações e Estudos dos Estabelecimentos de Ensino Superior deveriam pensar alternativas para os problemas relacionados à assistência médico-social e elaboração de planos para concessão de bolsas de estudos a alunos, bem como aquisição de uniformes e material escolar para os mesmos.

Já nos anos 60 com a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 4024/61) no título XI, o qual aborda a Assistência Social Escolar, sob responsabilidade do sistema de ensino e objetivando

“prover, bem como orientar, fiscalizar, e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos” e na Constituição de 1967 aparece no artigo 168 “ a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurando a igualdade de oportunidade[...]”. Assim, pela primeira vez a AE passa a ser compreendida como um direito para os estudantes, diferente da compreensão de ajuda aos necessitados.

Para Dutra e Santos (2017), no período da década de 60, a AE como temática tem maior amadurecimento no âmbito da sociedade civil à medida que ganhava forças o movimento em prol da reforma universitária, pois foi desenvolvido pelos estudantes, intelectuais e comunidade acadêmica. Esses grupos são responsáveis por encabeçar reivindicações em torno da democratização da universidade e da sociedade de maneira geral. Nesse contexto, a UNE desempenhou um importante papel defendendo com intensidade a reforma universitária no interior da qual a pauta da AE surge como uma das principais bandeiras de luta dos estudantes, dando maior visibilidade ao tema.

Na década de 1970, houve algumas tentativas de estruturação da AE em âmbito nacional, como por exemplo, a instituição do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) vinculado ao Ministério da Educação (MEC), que tinha como objetivo manter uma política de assistência ao estudante universitário em nível nacional, enfatizando programas de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica. Entretanto, nos governos posteriores o DAE foi extinto. (KOWALSKI, 2012, DUTRA e SANTOS, 2017).

Nesse período que abrange até os anos 70 as ações de AE eram voltadas para a elite do país, tinham o privilégio do acesso à Educação Superior na época, cumprindo naquele momento a função de subsidiar os custos adicionais destes estudantes. A AE que vinha sendo desenvolvida, de modo geral, não conseguiu ter resultado expressivos de forma a repercutir eficazmente na permanência de um número significativo de estudantes universitários, pois não havia nesse momento um projeto de âmbito nacional voltado exclusivamente para a AE. (KOWALSKI, 2012, DUTRA e SANTOS, 2017).

Nos anos seguintes com a aprovação da LDB 5692/71, esta traz características marcantes desse período, pois havia um campo de disputa

entre setores populares que defendiam a extensão da rede escolar gratuita, e equivalência entre o ensino médio propedêutico e profissionalizante, e o setor hegemônico (classe média, antigas oligarquias, capital estrangeiro) o qual defendia que a educação fosse ministrada predominantemente em escola privada com subvenção do Estado.

O resultado dessa disputa foi a possibilidade de atuação da iniciativa privada no sistema educacional e por outro dava a plena equivalência para ingresso no ensino superior, tanto para quem cursou o colegial como os do ensino profissionalizante (MOURA, 2010).

A expansão do ensino superior ocorrido nos anos de 1960 a 1980, com a criação de universidades federais, estaduais e privadas, em parte foi reflexo do crescimento urbano e a necessidade de formação de mão de obra, forçando o aumento do número de vagas, porém essa expansão foi sem o adequado planejamento e fiscalização por parte do poder público, resultando numa imagem de ensino de baixa qualidade e mercantilista (VASCONCELOS, 2010, p.603).

Para Kowalski (2012) mesmo num período democrático, as marcas do periódico da ditadura militar estavam presentes na vida do povo, pois os problemas sociais como o desemprego, as deficiências nos serviços de saúde, as desigualdades de acesso e permanência persistiam. Esses movimentos de disputas se convergem e provocam mudanças na agenda política, que contribuem para criação de novas políticas públicas.

Nesse processo de luta pelos direitos estudantil surgem duas grandes frentes de discussão sobre a questão relacionada à assistência estudantil no ano de 1987, que foram o FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e a ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, essas instituições defenderam maior integração entre as Instituições de Ensino Superior (IFES) na busca por garantir igualdade de oportunidade de permanência, conclusão do curso e a prevenção da retenção e evasão escolar por motivos socioeconômicos.

Com o objetivo de buscar a redemocratização do ensino superior, os representantes do FONAPRACE defendiam a ideia de incorporar estudantes de baixa renda em suas instituições. Portanto, não bastava garantir o acesso; era também necessário fomentar condições concretas para permanência desses alunos nas universidades. (KOWALSKI, 2012, p.94).

A redemocratização do país, a partir da promulgação da CF88, representou um marco histórico que possibilitou o aprofundamento das discussões em torno do acesso e permanência nas universidades, pois trouxe significativo avanço em termos de garantia de direitos sociais. De acordo com Ghirardelli (2015) a educação não estava apenas num capítulo da carta magna, mas espalhada em diferentes tópicos, como no título de garantias e direitos fundamentais, a educação apareceu como um direito social. Também no capítulo da família, o adolescente e o idoso a educação foi incluída.

A Constituição de 1988 reafirmou a educação como sendo direito de todos e dever do Estado, em conformidade com o artigo 205 de seu texto legal. A Carta Magna de 1988 proporcionou uma real efetividade ao direito social à educação como consta em seu artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção e à maternidade e à infância, assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988). Pode-se destacar ainda o artigo 208, que estabelece ser dever do Estado garantir “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1988). Percebe-se que a CF de 1988 obteve significativos avanços se comparada às anteriores, apresentando um notável progresso em matéria de proteção ao direito social à educação.

No entanto, cabe destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 não aborda a assistência estudantil de forma específica, mas em seu artigo 3º determina que: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola...” (BRASIL, 1996).

No ano de 1994 o FONAPRACE realizou um levantamento amostral do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, com o objetivo de apresentar dados para construir uma política de assistência, em que fosse assegurado o acesso e a permanência dos estudantes nas universidades.

No ano de 1997 esse Fórum apresentou o resultado da 1ª pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES

Brasileiras e por meio deste, apresentou o seu posicionamento sobre a necessidade de uma política pública para a AE universitária, uma vez que não era suficiente o acesso, e, para tanto seria necessário garantir a permanência até a conclusão dos cursos por estes alunos. Também foi a partir dos resultados desse estudo que foi elaborado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (FONAPRECE, 2004).

A II pesquisa realizada pelo FONAPRACE em 2004 apontou “que 42,8% dos estudantes encontram-se nas classes C, D, E, cuja renda média familiar mensal atingia, no máximo, R\$ 927,00 e apresentavam uma situação de vulnerabilidade social” (FONAPRACE, 2012, P.29).

O relatório também apresentou que as dificuldades socioeconômicas de uma parcela do segmento estudantil são causas da evasão e da retenção. Destacando que Moradia, alimentação, manutenção, meios de transporte e saúde são demandas primordiais para garantir a permanência desses estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES (PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, 2001). Desse modo, em 2001, a Assistência Estudantil foi incluída no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado neste ano, no item Financiamento da Educação Superior onde aponta como importante o “estímulo da adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico”. (FONAPRACE, 2012, p. 51).

Segundo o FONAPRACE (2012) a permanência do alunado de condições socioeconômicas desfavoráveis depende fortemente da existência de políticas públicas e institucionais voltadas para a implementação e o desenvolvimento de programas adequados de assistência a esse estudante.

Em maio de 2002, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Ações Afirmativas que, dentre outros programas, contempla a promoção da sensibilização para a necessidade de proteger os direitos humanos e eliminar as desigualdades de gênero, raça e as que estão ligadas às pessoas portadoras de deficiência. Posteriormente, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI – foi instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Seu principal objetivo foi o de criar condições de acesso e permanência na educação superior por

meio da expansão física, acadêmica e pedagógica das instituições, o aumento do número de vagas nos cursos de graduação e a ampliação dos cursos noturnos. E no item V do artigo 2º, afirma que “o Programa terá as seguintes diretrizes, entre outras: ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil”. No mesmo ano o governo federal instituiu Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Após anos de luta por parte de várias instituições é criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no ano de 2007 pela portaria 39 do MEC, para os estudantes de graduação presencial das IFES. “Tratada como marco histórico para a política de assistência por definir suas áreas de ação e ser a referência para os programas e projetos nas IFES do Brasil”. (IMPERATORI, 2017, p.294).

A partir da emissão da portaria 39/2007 a assistência estudantil fica vinculada ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e assim, ganha maior autonomia para desenvolver suas ações, pois passa a ter dotação orçamentária anual consignada ao Ministério da Educação. Também estabelece as várias iniciativas que deveriam ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche e apoio pedagógico.

De acordo Fonaprace (2012, p. 63), a assistência social “expressa-se na política educacional procurando equacionar um atendimento compatível com as peculiaridades das condições sociais dos estudantes, provendo-os de instrumentos mínimos para a fruição dos bens culturais e educacionais”. Além disso, a assistência estudantil se conecta a educação, pois incorpora o caráter assistencial da política de educação, pois toda política social possui uma dimensão que é assistencial.

No ano de 2010 a portaria 39/2007 foi regulamentada por meio do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, fazendo do PNAES uma garantia de estabilidade como programa. Várias alterações foram trazidas pelo decreto, como a inclusão dos Institutos Federais dando-lhes autonomia para desenvolverem as ações AE.

Vale ressaltar que o texto do PNAES apenas faz alusão aos cursos de nível superior e somente menciona que os Institutos Federais podem fazer uso

da política de assistência estudantil, sendo, apenas, equiparados às Universidades Federais.

Contudo, a assistência estudantil prestada pelos IF's não pode se limitar aos estudantes de graduação, pois segundo a Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais são ofertantes de: educação profissional técnica de nível médio, de formação inicial e continuada de trabalhadores, de processos educativos, atividades de extensão e pesquisa e de educação superior. Devendo oferecer a assistência estudantil as diversas modalidades, com públicos distintos. (BRASIL, 2008).

Ainda em relação ao Decreto 7.234/2010 a PNAES tem como objetivo, conforme seu artigo 2º:

- I- democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II- minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III- reduzir as taxas de retenção e evasão;
- IV- contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

De acordo com PNAES as ações de AE deverão ser desenvolvidas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010).

O PNAES busca atender estudantes em situação de baixas condições socioeconômicas, matriculados em instituições federais de ensino, oportunizando condições para a manutenção e a garantia de desempenho acadêmico, a fim de que estes possam concluir seus cursos.

Constitui-se, portanto, como instrumento de combate à repetência e evasão, tendo em vista que seus percursos estudantis na rede pública de ensino fundamental e médio não contribuem para uma formação humanística e intelectual, capaz de favorecer o aprendizado de conhecimentos específicos das áreas científicas, acadêmicas e tecnológicas, requerendo esforço para que estes estudantes ao entrar em contato com o conhecimento científico passem apreendê-lo de modo crítico.

Nesse sentido, a assistência estudantil tem a finalidade de proporcionar aos estudantes as mínimas condições para superar as dificuldades e garantir a permanência no processo educativo colaborando com a formação ampliada dos estudantes, no despertar da consciência crítica e cidadã, para além da sua formação técnica e profissional.

O próprio decreto 7.234/2010 traz em seu parágrafo único, que as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes de insuficiência de condições financeiras.

Para Imperatori (2017) a assistência estudantil ainda não está consolidada, mas se situa em um ambiente de disputas e que está em um processo de construção, sendo reconhecida como estratégia de combate às desigualdades sociais, ampliação e democratização de condições na educação.

Para Oliveira et al. (2015) a compreensão de que é responsabilidade do Estado a garantia de meios para que esse direito alcance a todos é um passo importante para a consolidação do acesso e da permanência nas instituições escolares, principalmente ao se considerarem as profundas marcas da desigualdade e da exclusão na sociedade brasileira.

Para Silva e Barbosa (2018) a política de assistência social enquanto direito inscreve-se na dinâmica progressista, que veio se instalando como forma diminuir os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais, dos estudantes oriundos das camadas populares. Suas ações tendem a reduzir os agravos relacionados à inserção social sob os impactos do capital financeiro, e as políticas neoliberais.

Nesse sentido Vasconcelos (2010) apresenta a AE como política social aplicada as políticas educacionais sendo aliada na tentativa de proporcionar igualdade entre os estudantes.

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrículas. (VASCONCELOS, 2010, p.609).

Ainda segundo Vasconcelos (2010) a trajetória da assistência estudantil no Brasil está ligada a política de assistência social, pois os dois movimentos despontam a partir da reivindicação das entidades sociais que lutavam pela redemocratização do país. Assim, pode-se dizer que o PNAES trouxe como princípios básicos, a integralidade de atenção ao estudante e a equidade social, introduzindo ainda o acompanhamento e a avaliação como instrumento básico na formulação e execução dessa política.

A educação passa a ser um direito público que deve ser dirigido a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário (VASCONCELOS, 2010, p.606).

Segundo Silveira (2012) a assistência estudantil que se concretiza por meio dos serviços sociais se evidencia como uma política de direito, portanto, não devendo ser entendida como assistencialismo, corporativismo ou caridade. Nesse sentido a assistência estudantil deve ser compreendida como um direito e seus recursos aplicados como investimento, pois suas consequências são a formação de jovens capacitados para desenvolverem-se e ocuparem papéis estratégicos na sociedade, efetivando a mobilidade social enquanto sujeitos emancipados.

Para Predo Demo no livro “A educação pelo avesso: assistência como direito e como problema” o autor apresenta dois tipos de assistência: aquela devida de modo permanente, para os segmentos que caracteristicamente não podem se autossustentar, e aquela devida de modo provisório, para as pessoas que sofrem de vulnerabilidade ocasional. A assistência estudantil se enquadra no segundo tipo, que tem como finalidade recuperar as condições de autonomia, tão logo seja possível, não de instituir situação definitiva de dependência. Essa assistência estudantil atua no sentido de promover um processo de emancipação do sujeito. Esta é a nossa visão sobre os serviços ofertados pela assistência estudantil pelas instituições escolares.

Ainda nesse sentido, Demo (2000) defende a assistência provisória em nome da emancipação, pois emancipando o sujeito, fazendo com que o estudante bolsista se faça sujeito de suas próprias soluções, as ações de

assistência estudantil não se caracterizam como assistencialismo. Para o autor a assistência deve ser bem-feita, levando em consideração os parâmetros da democracia e dos direitos humanos.

Por isso, as ações de assistência estudantil devem ter como finalidade a garantia da igualdade de oportunidades aos estudantes na perspectiva do direito social e a criação de condições para sua permanência com êxito na instituição.

O desafio da assistência estudantil em tempo de redução do estado inclui-se no contexto da diminuição dos investimentos nas instituições de ensino federais, assim manter as diferentes ações que visam não somente a permanência, mas necessariamente, o fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação torna-se quase que inviáveis. Avançar na concepção de uma universidade inclusiva é essencial, o que exige avançar e ampliar também nas ações da política de assistência estudantil.

Ainda em relação à assistência estudantil passaremos a abordá-la no âmbito do FFar, destacando os programas e ações estabelecidos na Política de Assistência Estudantil (PAE) da instituição.

1.4.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

A Resolução do Conselho Superior número 12/2012 com respaldo no Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010 – que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituiu a Política da Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), que se constitui em um conjunto de princípios e diretrizes norteadores para o desenvolvimento de programas e linhas de ações que favoreçam a democratização do acesso, permanência, e êxito do discente durante seu processo formativo, e sendo “compreendida numa perspectiva de universalização do direito à educação e formação integral dos sujeitos, abrange todos os estudantes regularmente matriculados” (IFFar, 2012).

Pode-se constatar no artigo 8º, da Resolução 12/2012 que serão atendidos prioritariamente os estudantes cujo grupo familiar encontra-se em situação de vulnerabilidade.

Os objetivos específicos da PAE do IFFar são destacados no seu artigo 3º, a saber:

- I - Promover o acesso e a permanência na perspectiva da inclusão social e democratização o ensino
- II – Assegurar aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades curriculares;
- III – buscar alternativas para a melhoria do desempenho dos estudantes, visando prevenir e minimizar a retenção e evasão escolar;
- IV – Contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais;
- V- Promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter cultural, artístico, científico e tecnológico;
- VI – Preservar e difundir os valores éticos de liberdade, igualdade e democracia,
- VII – Interagir com a família dos estudantes, no intuito de qualificar o processo e os resultados da aprendizagem, entalecendo relações de cooperação;
- VIII – Estimular a participação dos estudantes, através de suas representações no processo de gestão democrática.

Em relação à PAE é necessário fazer duas distinções importantes, a primeira é em relação ao acesso aos benefícios da PAE como garantia de direito de todos os alunos matriculados e a segunda trata dos auxílios financeiros destinados aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

As ações da assistência estudantil que contemplam todos os estudantes matriculados no IFFar segundo a PAE são: atenção à saúde, promoção ao esporte, cultura e lazer, apoio didático-pedagógico, moradia estudantil e alimentação.

De acordo com a Resolução 12 de 2012 do IFFar, a atenção à saúde envolve os serviços de psicologia, odontologia, enfermagem, médico, nutricional; desenvolve e articula com os demais setores institucionais ações que têm como objetivo a prevenção de doenças e a promoção da saúde; realiza orientações aos estudantes, visando promover hábitos saudáveis de saúde; presta atendimento inicial ambulatorial; fortalece o enfrentamento das vulnerabilidades, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos.

A promoção ao esporte, cultura e lazer é realizada por meio de ações que visam à formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a

criatividade, a reflexão crítica, artístico. Anualmente é realizada a Mostra Cultural Estudantil em cada *campus* e posteriormente a mostra institucional com exposição de trabalhos e manifestações artísticas dos estudantes. No esporte são realizados jogos nas diferentes modalidades, envolvendo todos os *campi* do IFFar.

O apoio didático-pedagógico tem como objetivo promover, entre os estudantes, uma reflexão crítica com relação a sua trajetória escolar, buscando identificar fragilidades e potencialidades; estabelecer e fortalecer estratégias de recuperação para os estudantes de menor rendimento; realizar acompanhamento e orientação dos estudantes no que tange ao processo de ensino-aprendizagem; em diferentes linhas de ação: Monitorias, Grupos de estudo, Oficinas temáticas, Palestras.

A moradia estudantil tem como objetivo ofertar um espaço de residência junto ao *campus*, com condições básicas para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, garantindo a permanência e prevenindo a evasão estudantil, sendo destinada prioritariamente aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e menores de idade.

A alimentação é ofertada prioritariamente aos estudantes do *campus*, sendo gratuita e universal aos estudantes da Educação Básica e aos estudantes dos Cursos de Graduação que comprovarem possuir renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

Nas modalidades de auxílio financeiro que necessitam de comprovação da vulnerabilidade social, além de outros critérios definidos em edital, têm as seguintes ações: Auxílio permanência, Auxílio transporte, Auxílio eventual, Auxílio à participação em eventos e Auxílio ao estudante atleta.

O auxílio permanência é destinado aos estudantes matriculados em cursos presenciais ou na modalidade da Educação a Distância (EAD), com efetiva frequência de no mínimo 75% e com renda per capita de até um salário mínimo e meio.

O auxílio transporte é destinado aos estudantes matriculados em cursos presenciais, com efetiva frequência, com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, que utilizem transporte público ou privado para realizar o percurso residência/*campus*/residência e que não seja beneficiário de outro

programa governamental com essa finalidade, sendo, nesse caso, comprovado com documentação exigida em edital específico.

O auxílio eventual tem a finalidade de atender a demanda ocasional em período fora do edital regular dos auxílios, nos casos em que o estudante passou a estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica por caso fortuito. É concedido a partir de estudo socioeconômico e de parecer técnico emitido por profissional do serviço social.

O auxílio à participação em eventos tem como objetivo subsidiar a participação dos estudantes em eventos de natureza desportiva, artístico-cultural e de organização estudantil, como forma de aprimorar sua formação profissional e pessoal, por meio de experiências e vivências acadêmicas.

Já o auxílio ao estudante atleta é destinado aos estudantes matriculados nos cursos presenciais ou na modalidade de EAD, com efetiva frequência, e que apresente potencial de destaque em alguma modalidade esportiva ofertada no *campus*.

Todos os programas, projetos e ações estabelecidos pela PAE ficam condicionados ao planejamento realizado a cada ano pelo responsável pela Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) e encaminhada ao Diretor Geral do campus. Também ocorre o repasse de recursos, uma parte vinda do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e outra parte do orçamento anual de cada *campus*, nunca inferior a 5% do orçamento.

Na execução das atividades cada unidade do Instituto Federal Farroupilha tem autonomia para direcionar as ações que terão prioridade durante o ano letivo, levando em consideração as peculiaridades de cada local e que proporcione maior efetividade na aplicação dos recursos.

Através da análise da Resolução CONSUP 12, de 30 de março de 2012, percebe-se que a Política de Assistência Estudantil do IFFar foi estruturada com vistas a dar a sua parcela de contribuição para a fruição do direito social à educação, referenciada em uma perspectiva de atendimento integral dos estudantes, contemplando aspectos sociais, acadêmicos, de saúde, culturais e de formação cidadã.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A metodologia de pesquisa, para Minayo (2013) é o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade. A pesquisa é, assim, a atividade básica da ciência na sua construção da realidade. Apresentamos neste capítulo o desenvolvimento da pesquisa que foi realizada, evidenciando a abordagem, o local, fontes de dados, amostra, instrumentos e procedimentos de coleta e a organização e procedimentos de análise dos dados.

Quanto ao método de abordagem, para o presente estudo utilizou-se os preceitos metodológicos da pesquisa qualitativa, nos quais segundo Lüdke e André (2012, p.18) “o estudo qualitativo é o que se desenvolve numa situação ao natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”. Ainda de acordo com sua finalidade é possível classificar a pesquisa como aplicada, pois é voltada a aquisição de conhecimentos direcionados a aplicação na situação específica em que o pesquisador esteja envolvido. Para Gil (2010, p.26), “abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem”.

A modalidade da pesquisa é o estudo de caso, com objetivos exploratórios e descritivos, pois se buscou apresentar a realidade de um grupo de estudantes do ensino médio profissional de jovens e adultos, que são estudantes de uma instituição de ensino federal. Segundo Gil (2010, p.37) “o estudo de caso ocorre de forma aprofundado e exaustivo de um ou poucos objetos, de forma que seja possível um amplo e detalhado conhecimento”. Ainda no mesmo sentido para Lüdke e André (2010), o pesquisador no estudo de caso tenta revelar as múltiplas dimensões que se apresentam na situação ou problema estabelecido, entendendo-o como uma totalidade, evidenciando as inter-relações dos seus componentes.

2.1 DISSERTAÇÕES REFERENTES AO TEMA: ÚLTIMOS 5 ANOS

O presente balanço da produção científica ocorreu no banco de dados da CAPES, com recorte temporal do período de 2016 a 2021. Buscaram-se pesquisas que estivessem relacionadas ao tema proposto no presente projeto, sendo utilizados os seguintes descritores: Política de Assistência Estudantil, PROEJA e Permanência Escolar.

Ao pesquisar na plataforma citada anteriormente, e utilizando apenas os descritores de forma individualizada, o campo de pesquisas ficou muito amplo, pois os descritores são utilizados em diferentes áreas do conhecimento, sendo necessário um refinamento dos dados.

Inicialmente buscou-se, por meio da leitura dos títulos das publicações, identificar alguma proximidade com o tema da pesquisa, para posterior leitura do resumo e identificação com o tema proposto. Dentre os trabalhos foram selecionadas 06 dissertações.

Quadro 1- Trabalhos X Objetivos e principais resultados (continua)

TRABALHOS	OBJETIVOS E PRINCIPAIS RESULTADOS
Os Sentidos da Política de Assistência Estudantil para estudantes do ensino médio integrado do Instituto Federal da Bahia (<i>campus</i> Jacobina, 2014-2017). (CORREIA, 2018). UFBA.	<p>Objetivo: Analisar a política de assistência estudantil no âmbito da Universidade Federal de Goiás a partir do PNAES.</p> <p>Principais resultados: Como resultado apresentou as diferentes realidades existentes entre as condições de ensino da escola onde os estudantes cursaram o ensino fundamental antes de ingressar no IFBA. Ao comparar com as condições que lhes são oferecidas na instituição, constata uma disparidade significativa em termos de apoio, condições materiais de aprendizagem, de estrutura e qualidade do processo de ensino, o que contribui para sua permanência e conclusão do curso. Destaca que mesmo mostrando a importância do programa o mesmo não garante a solução dos problemas sentidos pelos estudantes das classes menos favorecidas que frequentam o IFBA</p>

Quadro 1- Trabalhos X Objetivos e principais resultados

(continuação)

TRABALHOS	OBJETIVOS E PRINCIPAIS RESULTADOS
<p>Permanência e sucesso acadêmico no proeja no CEFET-MG. (ZAMBONI, 2017). CEFET-MG</p>	<p>Objetivo: objetivo compreender os fatores de permanência e do sucesso escolar dos estudantes do Curso Técnico em Edificações na modalidade Proeja ofertado pelo CEFET- MG.</p> <p>Principais resultados: Como resultado apresentou fatores que contribuem para permanência, entre eles: a persistência do estudante; a necessidade de obtenção do certificado de conclusão; identificação com a temática do curso; as relações de afetividade; e os programas de assistência estudantil. Em relação às dificuldades enfrentadas e os fatores que poderiam fazê-lo desistir, destacam-se a dificuldade em aprendizagem, o cansaço, a falta de tempo, a infraestrutura inadequada, a elevada carga horária, a relação com professores e os problemas pessoais. Ao identificar as ações institucionais que favorecem a permanência e o sucesso dos estudantes, destacou a alteração do projeto pedagógico, os programas de assistência estudantil, a criação de uma comissão com o objetivo de elaborar diretrizes para reestruturação do curso, encontros para troca de experiências e as discussões sobre a temática Proeja.</p>
<p>POR QUE FICAM OS QUE FICAM? Permanência e desistência de estudantes do PROEJA do Instituto Federal de Sergipe <i>Campus</i> Aracaju. (SANTOS, 2020). IFS.</p>	<p>Objetivo: investigar os sentidos da permanência e as possíveis causas da desistência de estudantes no curso integrado de Desenho de Construção Civil do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do Instituto Federal de Sergipe (IFS) <i>Campus</i> Aracaju.</p> <p>Principais resultados: Os resultados apontaram que os estudantes do curso de DCC do PROEJA do IFS deparam-se com dificuldades extra e intraescolares de permanência na escola, sejam elas de ordem material e/ou simbólica. Identificou-se que a sensação de pertencimento à instituição, o curso em si e a atuação docente são fatores que muito contribuem a essa permanência e ao processo de ensino-aprendizagem. Como também, a busca pelo crescimento pessoal e/ou profissional e a expectativa de melhoria nas condições de vida. Desse modo, são diversos os sentidos atribuídos à permanência entre os sujeitos pesquisados. Na sociedade, indo muito além das fronteiras institucionais.</p>

Quadro 1- Trabalhos X Objetivos e principais resultados (continuação)

TRABALHOS	OBJETIVOS E PRINCIPAIS RESULTADOS
<p>A assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina: em análise o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social. (SPRICIGO, 2016). UESC</p>	<p>Objetivo: Analisar a política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Santa Catarina, especificamente a partir da materialização do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS).</p> <p>Principais resultados: A pesquisa documental realizada sobre a PAEVS ocorreu especificamente sobre os documentos norteadores da Assistência Estudantil em nível nacional e institucional. As considerações finais do pesquisador são que a PAEVS tem um caráter focal, por ter atuação no tratamento compensatório dos efeitos da pobreza, acaba funcionando como instrumento que dissocia as desigualdades sociais de seus determinantes estruturais, acabando por maquiagem as contradições sociais em seu contexto de atuação, visto que as ações se limitam a aspectos pontuais que adentram a instituição, deixando de problematizar o caráter de desigualdade estrutural da sociedade, minimizando os problemas por meio da noção de “inclusão”, sendo que na verdade a igualdade e justiça social perpassam complexas determinações sociais envolvendo a relação Capital, Estado, Trabalho alienado presente na sociedade, indo muito além das fronteiras institucionais.</p>
<p>Uma questão é o acesso, outra é a permanência escolar: um estudo do proeja a partir do instituto Federal Fluminense <i>campus</i> Guarus. (PESSANHA).</p>	<p>Objetivo: Investigar as formas de acesso e determinantes da permanência escolar dos estudantes nos cursos do Proeja, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense <i>campus</i> Guarus.</p> <p>Principais resultados: Ao identificar os fatores que contribuem para permanecer no curso destaca a conquista pessoal, o crescimento profissional, a possibilidade de emprego e a melhoria de vida, aprendizado de novos saberes e a realização de um sonho. Quando as dificuldades que os estudantes encontram para permanecer no curso, constatou que o horário e o turno das aulas são fatores limitantes, pois não atendem as demandas em relação ao deslocamento casa – trabalho – instituição. Ao identificar os fatores que poderiam provocar as desistências, os estudantes apontaram dificuldades em aprender, desgaste físico e mental, uso de drogas e dificuldade em conciliar o horário de trabalho com os estudos.</p>

Quadro 1- Trabalhos X Objetivos e principais resultados

(Conclusão)

TRABALHOS	OBJETIVOS E PRINCIPAIS RESULTADOS
<p>Contribuições da política de assistência estudantil na permanência/não permanência dos educandos do proeja do IFMT campus várzea grande. (VISQUETTI, 2018). UFG.</p>	<p>Objetivo: investigar, compreender e analisar as causas do processo de permanência e de não permanência de sujeitos trabalhadores do Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja), no <i>Campus Várzea Grande</i> do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT.</p> <p>Principais resultados: Como resultado apresentou os vários aspectos que contribuem para a permanência dos estudantes, dentre eles: a necessidade do professor considerar as especificidades do estudante e os inúmeros fatores que perpassam sua realidade; metodologia de ensino corresponde aos anseios e expectativas dos estudantes; atividades extraclasse que envolvem a turma e estreitam os laços afetivos; a Política de Assistência com suas ações de acolhimento e acompanhamento da trajetória escolar dos estudantes e os auxílios financeiros. Ainda, destacou como desafio: a necessidade do compromisso institucional com a política do Proeja, necessidade de ampliação da participação democrática dos estudantes, observando as suas demandas ao criar os cursos, além do reforço da política de assistência estudantil para que favoreça as condições de permanência dos educandos.</p>

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações

Os estudos contribuíram para ampliar a compreensão dos múltiplos fatores extra e intraescolares que contribuem para permanência e êxito dos

estudantes da EJA na educação profissional, assim como identificar como as políticas voltadas para a assistência estudantil perpassam a questão da permanência e êxito escolar. Nesse sentido, acreditamos que a presente pesquisa será, pois será possível refletir sobre a assistência estudantil para os estudantes da EJA/EPT no âmbito do Instituto Federal Farroupilha, possibilitando subsídios para continuarmos defendendo o direito à educação para o público desta modalidade.

2.2 LOCUS E AMOSTRA DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha *campus* Santa Rosa, o qual foi criado na Fase II da Expansão da RFEPC e iniciou suas atividades em fevereiro de 2010.

Em seu primeiro ano de atividades ofertou cursos em cinco Eixos Tecnológicos, quais sejam: Infraestrutura, com o Curso Técnico em Edificações Integrado e Subsequente; Produção Industrial, com o Curso Técnico em Móveis Integrado e Subsequente; Recursos Naturais, com o Curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente; Produção Alimentícia, com o Curso Técnico em Agroindústria Subsequente e Gestão e Negócios, com o Curso Técnico em Vendas Subsequente e o Curso Técnico em vendas PROEJA.

Nos anos seguintes, foram implantados quatro cursos superiores: Licenciatura em Matemática (2011); Bacharelado em Administração (2012); Arquitetura e Urbanismo e Licenciatura em Ciências Biológicas (2015).

Atualmente o campus oferece os seguintes cursos integrados ao ensino médio: Técnico em Móveis; Técnico em Edificações, Técnico em Mecatrônica e o Técnico em Alimentos PROEJA. No ensino técnico subsequente somente o curso Técnico em Eletromecânica e Administração EAD. Já em relação ao ensino superior foi criado o curso de Tecnologia em Alimentos, além dos anteriores já citados. Hoje o campus oferece também duas pós-graduações: Gestão e Negócios e Ensino de Ciências da Natureza.

Em relação ao curso Técnico em Vendas Proeja, esse foi ofertado até o ano de 2017, formando nove turmas, quando foi definido que seria alterado para o Técnico em Alimentos Proeja.

A escolha dessa instituição para realização do estudo se deu por ser o

local em que o pesquisador possui vínculo enquanto servidor e por ser o PROEJA na Rede Federal de ensino o foco do estudo.

O universo da pesquisa é PROEJA devido à inserção dos estudantes em dois programas governamentais importantes, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) onde se encontra a base da Política de Assistência Estudantil do IFFar, os quais possuem como finalidade promover a inserção, permanência e êxito desses estudantes nessa modalidade de ensino. Assim, no IFFar, *campus* Santa Rosa, o Curso Técnico de Nível Médio em Alimentos Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (ALP), proporciona o ambiente e o curso para realizar o presente estudo.

Criado no ano de 2018 através da Resolução CONSUP Nº10/2018 e tendo o Projeto Pedagógico aprovado pela Resolução CONSUP Nº 45/2018, o curso Técnico em Alimentos Proeja prevê a oferta de 35 vagas anuais, com aulas noturnas e com uma carga horária de 2.400 horas, dividida entre os componentes curriculares de formação técnica e os componentes curriculares de formação básica.

No ano de 2021 o curso possuía 48 alunos matriculados nas três séries/ano (1º, 2º e 3º ano) do curso, de acordo com o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) do IFFar.

Para compor a amostragem estabelecem-se os seguintes critérios: estudantes matriculados e frequentando o 2º ano e o 3º ano do ensino médio (PROEJA), com idade mínima de 18 anos, sem limite máximo de idade. Levou-se em consideração na escolha dessas duas turmas, o entendimento de que esses estudantes conheceriam a rotina escolar e assim melhor representarem a realidade em estudo.

2.3 COLETA DE DADOS

A pesquisa teve seu início na busca e resgate de dados no sistema da Coordenação de Assistência Estudantil, bem como nos arquivos passivos e ativos do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* - Santa Rosa. Com o intuito de facilitar o entendimento, organizamos esse primeiro momento nas seguintes

etapas:

No **primeiro** momento a pesquisa bibliográfica e documental constituíram as fontes que são representadas, respectivamente pelo conhecimento disponível em livros e artigos científicos que forneceram as bases da fundamentação teórica, conforme apresentado no quadro 01 e dados documentais internos da instituição associados ao tema em abordagem, como os registros da Coordenação de Assistência Estudantil, Decreto 7.234/2010 que Institui o programa nacional de assistência estudantil, Documento base do proeja, além dos documentos internos como Projeto pedagógico do curso técnico em alimentos, a resolução 12/2012 que trata da PAE, resolução 03/2022 que aprova a política de atenção à saúde discente e resolução 178/2012 que trata do Programa de permanência e êxito.

A pesquisa bibliográfica e documental contribui para resgatar informação relacionada aos objetivos do estudo, além de corroborar na análise e cruzamento dos dados qualitativos e quantitativos.

Num **segundo** momento em conjunto com a coordenação de assistência estudantil buscou-se os dados disponíveis sobre o perfil socioeconômico dos estudantes do Proeja.

A busca dos dados ocorreu durante os meses de julho e agosto de 2020, após autorização concedida pela Direção de Ensino do *campus*. Em contato com a Coordenação de Assistência Estudantil, foram solicitados os dados dos questionários dos estudantes que ingressaram nos anos de 2018-2020. Contudo, devido à pandemia COVID-19, as informações referentes ao ano de 2020 não estavam à disposição, somente a Reitoria - Diretoria de Assistência Estudantil dispunha deles. Sendo assim, procedeu-se a solicitação junto a essa direção. Assim, em posse desses questionários, organizaram-se os dados de cada ano e posterior tabulação, para tanto, foram utilizadas as ferramentas do Microsoft Excel, para organizar as frequências e a geração dos gráficos. O resultado da análise dessas informações será apresentado no capítulo de resultados e discussões intitulado Perfil socioeconômico dos estudantes do PROEJA.

Em um **terceiro** momento buscou-se junto à coordenação do curso os contatos dos estudantes que estavam participando das aulas do ensino remoto,

desse modo logo após identificar os estudantes, ocorreu o contato de forma individualizada por meio da plataforma do whatsapp. Nesse momento foram informados dos objetivos do estudo e sobre os aspectos éticos da pesquisa. O contato com os estudantes ocorreu durante os meses de março e abril, sendo possível convidar 12 estudantes dos quais 05 aceitaram participar das entrevistas online.

Com a decretação do estado de emergência em função da pandemia do COVID 19 e a alteração do sistema de aulas para o ensino remoto, houve a necessidade de readequar a forma como realizaríamos as entrevistas e os sujeitos participantes. Como não havíamos definido quantos estudantes participariam das entrevistas, buscamos por acessibilidade o maior número possível.

Os motivos de não-participação apontados pelos alunos foram a falta de recursos tecnológicos para realização das gravações de forma on-line, uma vez que muitos estudantes não possuíam sequer acesso à internet de qualidade para o uso de videoconferências e a dificuldade em utilizar os meios informacionais como acessar o google meet.

A pretensão era abranger a todos os alunos do curso na primeira etapa da coleta de dados, contudo, é importante frisar que a participação não era obrigatória e, se por algum motivo algum deles se sentisse desconfortável e/ou constrangido em colaborar com a investigação, estaria à vontade para não participar, seja de nenhuma ou de alguma das duas etapas da pesquisa nas quais estariam envolvidos.

As entrevistas ocorreram durante o mês de abril, levando em consideração a disponibilidade de horário e tempo dos estudantes. As entrevistas foram gravadas em vídeos com auxílio da ferramenta google meet e conduzidas conforme o roteiro (APÊNDICE C). Após foram transcritas para análise dos dados.

Com as entrevistas buscou-se compreender as percepções dos estudantes do Proeja quanto à contribuição da política de assistência estudantil para o acesso e permanência no curso, além de identificar nas impressões dos estudantes lacunas sobre a PAE, as quais emergiram os temas levados para discussão nas Roda de Conversa.

Por fim, é imprescindível dizer que em todas as etapas do estudo

buscou-se atender aos requisitos éticos do Conselho Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde, de acordo com as recomendações das resoluções nº 466/2012 e 510/2016. Pontua-se que o projeto de pesquisa foi submetido à avaliação em 15 de março de 2020 e aprovado em 02 de maio 2020 pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos do IFFar (APÊNDICE B), conforme Parecer Consubstanciado nº 4.003.619.

Na **quarta** e última etapa desenvolveram-se as Rodas de Conversa, buscando problematizar com os estudantes do curso AL–EJA/ETP a PAE. Porém até chegar nesse momento ocorreram vários imprevistos em relação ao planejado inicialmente.

A ideia inicial era desenvolver as rodas de conversa com os estudantes ingressantes na instituição no primeiro ano de curso. Contudo com o agravamento da pandemia e a dificuldade dos estudantes em relação à utilização e acesso às plataformas digitais, impossibilitaram a realização dos encontros online.

A opção por aguardar o retorno do ensino presencial para o ano de 2022 se deu após a participação em conselhos de classes das turmas do PROEJA , e, a partir dos relatos dos professores, constatou-se o aumento da evasão nesse período e a baixa participação ativa dos estudantes durante as aulas.

Vale ressaltar que nesse período o método para avaliar a participação era regido pela IN 313 de 26 de março de 2020 do IFFar, a qual suspendeu as atividades letivas e assim passou a levar em consideração a entrega das atividades escolares no sistema integrado de gestão de atividades acadêmicas (SIGAA) como forma de presença para os estudantes do curso AL EJA/EPT.

2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise e interpretação dos dados foi utilizado o método de análise de conteúdo, que pode ser entendido como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2016, p.48).

A análise de conteúdo foi aplicada para analisar e interpretar dados qualitativos do estudo. Desse modo, foi empregada tanto para a narrativa dos estudantes e demais comunicações.

Nesta pesquisa, a aplicação da análise de conteúdo ocorreu conforme a classificação estruturada em três fases dos quais aponta Bardin (2016), a saber: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados e interpretações.

Na pré-análise foi efetuada uma “leitura flutuante” do material recolhido objetivando organizar e sistematizar as ideias iniciais para análise. Por leitura flutuante entende-se a fase em que são estabelecidos os primeiros contatos (conhecimento) com o material textual a ser analisado, “[...] deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 2016, p. 126).

Depois das primeiras impressões e orientações sobre como utilizar o material, foi viável transcrever e organizar as questões de cunho textual das entrevistas com os estudantes.

A fase de exploração do material compreendeu, para esta pesquisa, a aplicação sistemática do conteúdo organizado na fase de pré-análise. Dessa forma, foram feitos recortes e a codificação dos textos; elaboradas as unidades de registro e contexto; a categorização temática das narrativas.

Deste modo, foram construídos quadros e tabelas com as categorias e subcategorias de análise.

Na sequência, a última fase da análise de conteúdo utilizada neste estudo correspondeu à interpretação dos resultados obtidos em articulação com o referencial teórico adotado (tratamento, inferência e interpretação).

Neste sentido, construíram-se as categorias de análise advindas das transcrições das entrevistas.

Após a análise dos resultados da pesquisa foi possível propor o produto educacional voltado para o curso AL-EJA/EPT, com a finalidade de problematizar, discutir e refletir sobre a PAE e seus projetos, programas e ações.

A seguir, estão expostos os resultados e discussão do presente estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção foram discutidos os resultados da investigação, de modo que cada subseção levantada pretendeu atender a um objetivo específico do estudo. Neste primeiro momento trata do perfil socioeconômicos dos estudantes e em segundas os sentidos atribuídos a PAE.

3.1 Perfil socioeconômico dos estudantes da EJA/EPT.

Com a finalidade de atender um dos objetivos da pesquisa, no qual prevê o levantamento do perfil do estudante do Proeja, empreendemos os primeiros contatos e começamos o levantamento de dados junto a Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) do *Campus* Santa Rosa.

A busca dos dados ocorreu durante os meses de julho e agosto de 2020, após autorização concedida pela Direção de Ensino do *campus*. Em contato com a CAE, foram solicitados os dados dos questionários dos estudantes que ingressaram nos anos de 2018-2020. Contudo, devido à pandemia COVID-19, as informações referentes ao ano de 2020 não estavam à disposição, somente a Reitoria do IFFar - Diretoria de Assistência Estudantil dispunha deles. Sendo assim, procedeu-se a solicitação junto a essa direção, a qual prontamente nos atendeu.

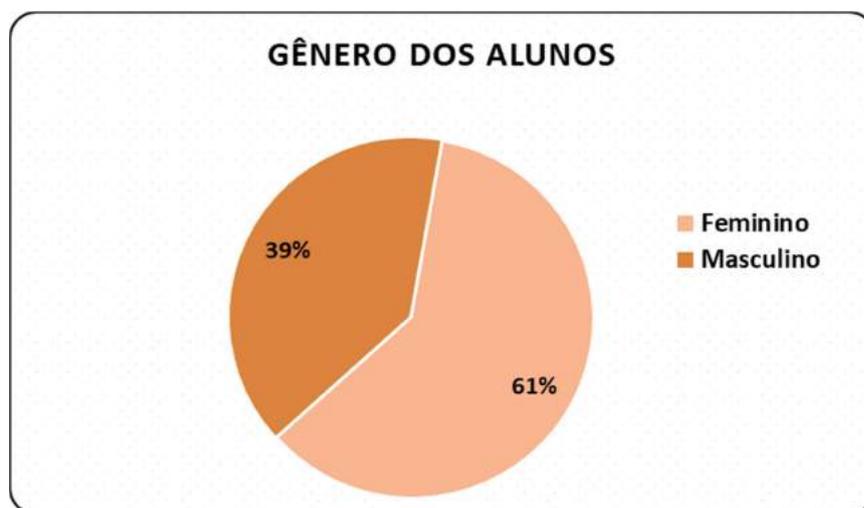
O processo de levantamento de dados, por parte da CAE, ocorre anualmente, no início do ano. Durante as primeiras semanas de aula os estudantes são direcionados ao laboratório e após os esclarecimentos sobre as questões éticas, são convidados a responderem o questionário do perfil do estudante. A aceitação por parte dos estudantes é significativa, tanto que, somente os estudantes ausentes deixam de responder no dia, entretanto, os estudantes faltantes no dia podem responder o questionário em outro momento, porque o levantamento de dados tem duração de aproximadamente uma semana.

Em posse desses questionários, organizaram-se os dados de cada ano e posterior tabulação, para tanto, foram utilizadas as ferramentas do Microsoft Excel, para organizar as frequências e geração dos gráficos.

O presente levantamento traz um esboço do perfil dos estudantes que ingressaram no período de 2018 a 2020, sendo assim, as informações socioeconômicas são dos cursos Técnico em Alimentos Proeja 1º Ano e 2º Ano e do curso Técnico em Vendas Proeja 3º Ano (Última turma do curso Técnico em Vendas). Os gráficos apresentam as características gerais do perfil dos estudantes do PROEJA com uma breve descrição e análise.

No gráfico 01 é possível observar a composição da turma, sendo que o gênero feminino se apresenta como predominante, com 43 alunas (61%) em relação ao gênero masculino com 28 alunos (39%).

Gráfico 1- Gênero dos Alunos



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa do perfil do estudante (2020)

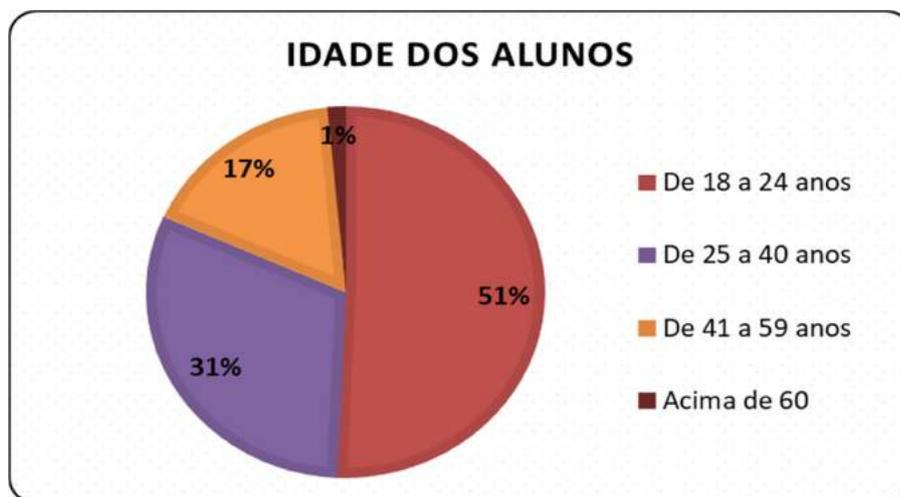
O gráfico 01 reforça tendências já apontadas em pesquisa do último censo escolar, realizada pelo INEP, na qual há predominância das mulheres na educação profissional e no ensino superior, correspondendo a (57%) em relação ao total de matrículas e (61%) dos estudantes que concluíram o curso. Ainda em relação ao predomínio do gênero feminino, os dados da Plataforma Nilo Peçanha, apontam as mulheres (54%) do público estudante do campus. Segundo dado do PNAD contínua 2019, as mulheres apresentam maior escolaridade em quase todas as faixas etárias, sendo que somente na faixa dos 65 anos ou mais não possuem maior instrução, revelando as restrições que as mulheres enfrentavam no acesso a educação em décadas passadas.

No entanto, o relatório aponta que embora as mulheres apresentem índices superiores aos dos homens, o acesso à educação se dá de forma desigual entre as mulheres. Em 2019, mulheres pretas ou pardas entre 18 e 24 anos apresentavam uma taxa ajustada de frequência líquida ao ensino superior de 22,3%, quase 50% menor do que a registrada entre brancas (40,9%) e quase 30% menor do que a taxa verificada entre homens brancos (30,5%). A menor taxa ajustada de frequência escolar líquida se verificou entre os homens pretos ou pardos (15,7%).

Além disso, ainda que estejam em ampla vantagem em relação ao acesso ao ensino superior de forma geral, as mulheres enfrentam barreiras em determinadas áreas do conhecimento, notadamente as mais ligadas às ciências exatas e à esfera da produção e grande disparidade em relação à remuneração comparada aos homens.

Em relação à idade dos estudantes o gráfico 2 apresenta os seguintes resultados.

Gráfico 2 - Idade dos estudantes



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa do perfil do estudante (2020)

Ao analisar o gráfico 02, pode-se constatar que os estudantes com idade entre 18 a 24 anos, totalizaram 36 alunos (50,70%), e com idade entre 25 a 40, totalizam 22 alunos (31%), enquanto 12 alunos (16,9%) com idade de 41 a 59 anos e apenas um aluno acima de 60 anos. Pode-se inferir que a turma apresenta uma diversidade etária significativa, variando de 18 a 60 anos, porém os jovens representam a metade da turma (50,70%). Ainda, em relação

ao intervalo de idade, o Relatório da PNP, apresenta que 32,6% dos estudantes do *campus* estão na faixa etária dos 20 a 24 anos. Os dados retratam o abandono escolar pelos jovens, muitas vezes motivados pela necessidade de ingressar no mercado de trabalho e acabam desenvolvendo atividades informais. Para Lopes (2017) Essa inserção precoce está associada à vulnerabilidade desses indivíduos, pois estando em situações precárias, se referindo à falta de alimentação e moradia, os jovens tendem a evadir os bancos escolares na procura de empregos que possam ajudar financeiramente a família. Com baixa escolaridade são inseridos em postos de trabalhos precarizados, recebendo baixo salário, inseridos nessa realidade, os jovens evadidos buscam a EJA como forma de recuperar o “tempo perdido”, na esperança de conquistar maiores níveis escolares e conseqüentemente, empregos melhores.

No ano de 2020 com a pandemia do COVID 19 a evasão escolar atingiu 5 milhões de alunos, sendo que no ensino fundamental representou 5% e no ensino médio 10%, o que evidenciou a desigualdade de condições sociais e econômicas no Brasil. Ainda não se sabe certo o impacto causado na educação, mas pode-se deduzir que terá reflexo na EJA se não for adotado

medidas para recuperar a defasagem na aprendizagem e a busca ativa dos estudantes evadidos.

Em relação à quantidade de filhos que os estudantes têm o gráfico 3 apresenta os seguintes resultados:

Gráfico 3 - Quantidade de filhos

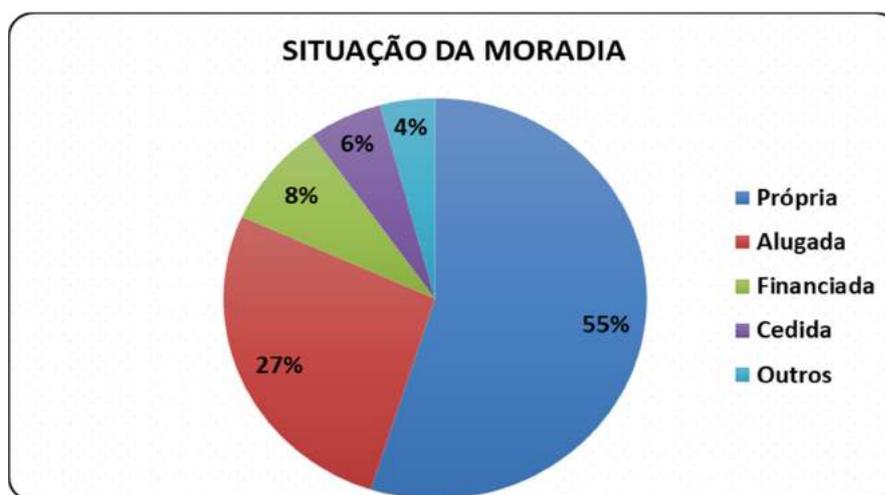


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa do perfil do estudante (2020)

É possível constatar que os alunos (as), que não possuem filhos, representam (53,52%) e os alunos (as) que possuem um filho (16,90%), e os que têm dois filhos (15,49%), já os que possuem três filhos são (12,68%) e apenas (1,41%) apresentou ter quatro filhos ou mais. Dados recente do IBGE (2021) apontam a redução da taxa de fecundidade das mulheres no país, nos diferentes níveis sociais. Alguns dos motivos da redução da fecundidade estão relacionados a um melhor planejamento familiar, maior acesso ao mercado de trabalho, aos métodos contraceptivos, programas de saúde, bem como a educação e qualificação profissional.

O gráfico 4 apresenta a situação da moradia dos estudantes.

Gráfico 4 - Situação da Moradia



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa do perfil do estudante (2020)

Com relação à situação da moradia, apresenta-se como maior predominância a porcentagem de (55%) dos alunos residirem em casa própria, e os que responderam que moram em imóvel alugado, (27%), e com moradia financiada (8%) e os alunos que estão residindo em imóvel cedido (6%), e apenas (4%) em outras modalidades de moradia, como exemplo, o próprio trabalho. Ao comparar os dados da situação de moradia com os dados da situação de moradia (gráfico 5), pode-se concluir que a o elevado número de alunos que possuem casa própria está ligada a circunstância de morarem com familiares, no caso com os pais ou com esposo (a).

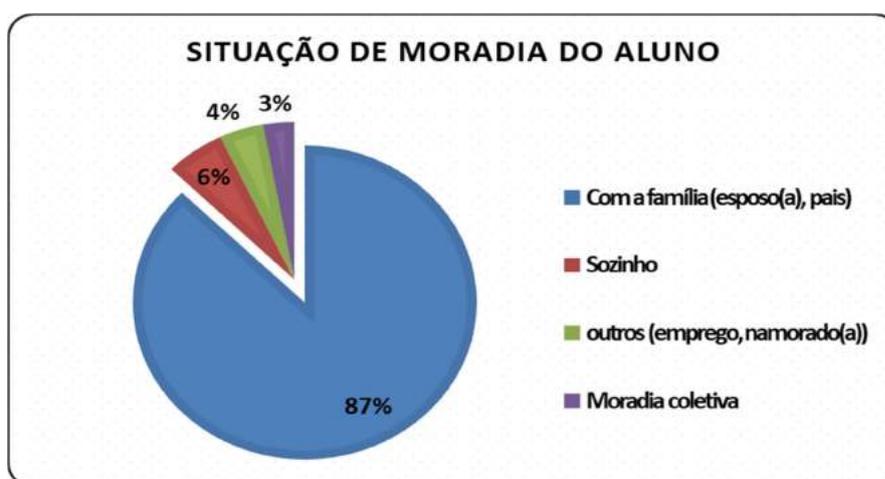
Para Bernardini et al (2019) a moradia tem função social que reflete na vida dos indivíduos, pois a habitação faz parte do contexto urbano e está

interligada a outras atividades básicas diárias, como: trabalho, saúde e educação. Essa ligação possibilita que o indivíduo participe ativamente da sociedade.

Ainda para o mesmo autor o direito à moradia associa o direito a um padrão de vida adequado. Não bastando apenas um teto e quatro paredes, mas ao direito de toda pessoa ter acesso a um lar e a uma comunidade seguros para viver em paz, com dignidade e saúde física e mental.

Já em relação à situação de moradia do aluno, o gráfico 5 apresenta os seguintes resultados.

Gráfico 5 - Situação de moradia do aluno



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa do perfil do estudante (2020)

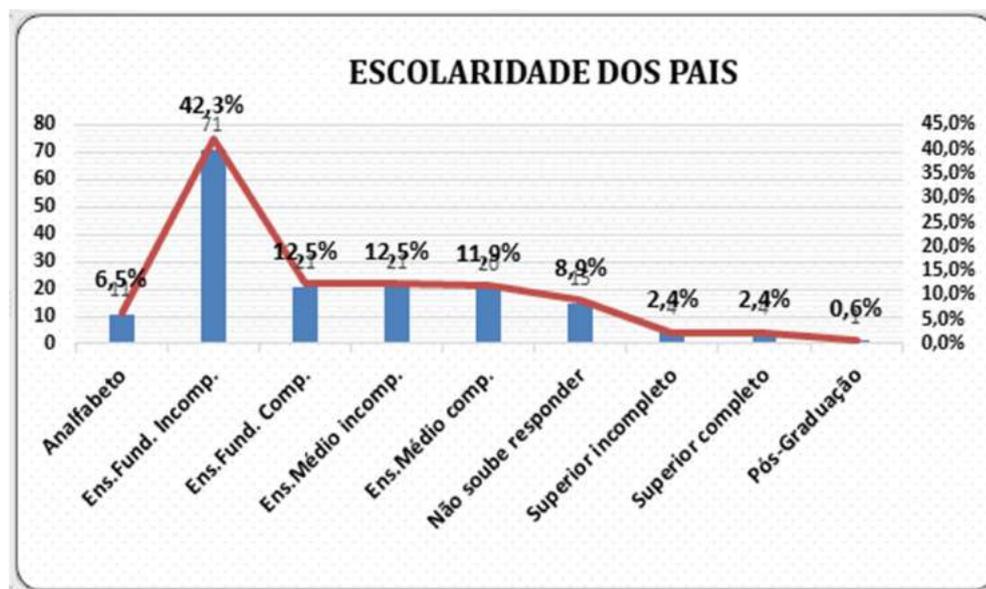
Em relação à situação de moradia dos estudantes, cabe esclarecer que o questionário traz em suas possíveis respostas a situação de “moradia com familiares”, entretanto não sendo possível distinguir o estado civil do aluno, porque as informações estão descritas na mesma categoria, “Com a família (espos(a) pais)”.

Os resultados apresentam que grande parte dos alunos mora com familiares totalizando (87%) dos alunos, e os que moram sozinhos (6%) e somente (4%) em moradia coletiva, e (3%) em outros (trabalho).

A partir das respostas é possível apontar que a maioria dos estudantes faz parte de um núcleo familiar, pois moram com os pais ou esposa (o), sendo uma característica que pode contribuir com a permanência e êxito dos estudantes se tiverem o apoio dos familiares para realizar os estudos.

Em relação à escolaridade dos pais o gráfico 6 apresenta os seguintes resultados:

Gráfico 6 - Escolaridade dos pais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa do perfil do estudante (2020)

Constata-se que entre pais e mães (42,3%) não finalizaram o Ensino Fundamental e (6,5%) são analfabetos, e os que possuem Ensino Fundamental completo e Ensino Médio Incompleto (12,2%), já os que possuem Ensino Médio Completo (11,9%), e com percentual de (2,4%) com Ensino Superior Incompleto e completo, e apenas um pai (0,6%) com Pós-Graduação, já os que não souberam responder (8,9%) dos alunos.

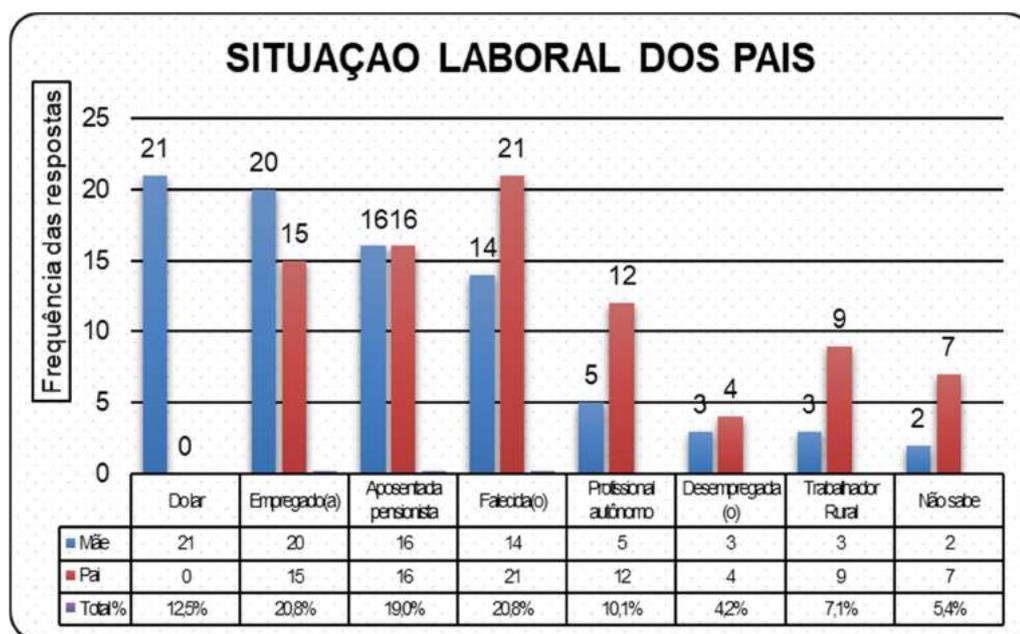
Ao realizar a soma dos percentuais relativos à escolaridade dos pais com Ensino Fundamental Incompleto e Fundamental Completo, o percentual de (54,8%) dos pais possuem no máximo o ensino fundamental.

Para Bayma Freire et al (2015) a instabilidade das estruturas familiares e o baixo nível de escolaridade dos pais de classes desfavorecidas são motivos de alta representatividade apontados como fatores de desmotivação para os estudos dos filhos, já que comungam do mesmo nível de escolaridade, ou seja, o valor de ascendência profissional através de estudos é uma expectativa muito baixa. Destaca também que o baixo valor social do ensino, a situação familiar e socioeconômico baixo, a expectativa de ascendência social baixa e a desestruturação do próprio ensino, têm a ver com a desvalorização dos

estudos. Em seu estudo os autores apontam que o nível de escolaridade dos pais (pai e mãe) de qualquer tipo de família desfavorecida, tem alta representatividade entre os alunos abandonantes dos estudos, e que é um fator que contribui diretamente para o abandono escolar de adolescentes do ensino médio público brasileiro. Ficando evidente que os familiares tiveram poucas condições/ possibilidades de acesso à escola.

Quanto à situação laboral dos pais o gráfico 7 apresenta resultados bem distribuídos em relação às várias atividades laborais.

Gráfico 7 – Situação laboral dos pais



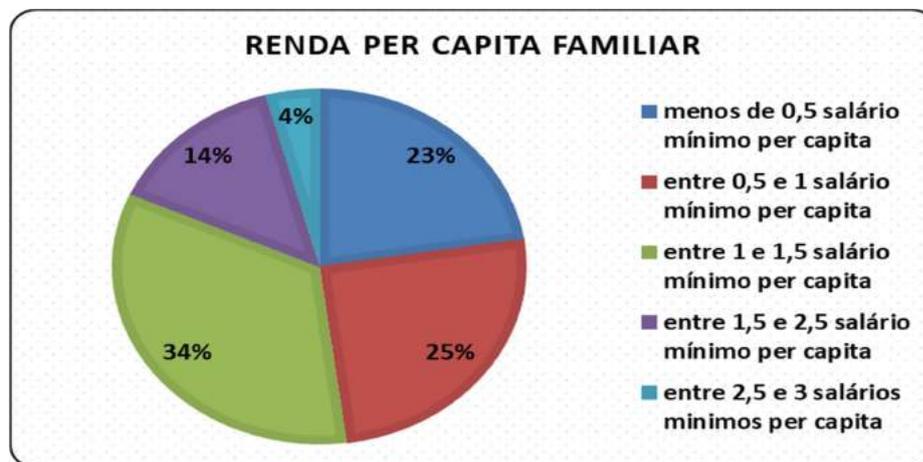
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa do perfil do estudante (2020)

Analisando o gráfico 7, é possível constatar que (4,2%) dos pais estão desempregados, e outros (5,4%) dos alunos não souberam responder. Já os pais que desenvolvem alguma atividade geradora de renda para a família, (20,8%) estão empregados formalmente, (19%) são aposentados ou pensionistas, (10,1%) profissionais autônomos e (7,1%) trabalhador rural. Ainda é possível observar que (20,8%) dos pais são falecidos.

Quando levado em conta os dados da escolaridade dos pais, pode-se concluir que o reflexo está diretamente ligado a situação laboral dos pais, como trabalhadoras do lar, autônomos, desempregado.

Um dos reflexos da baixa escolaridade também reflete na renda familiar como será apresentado a seguir. No gráfico 8 consta a renda per capita das famílias dos estudantes.

Gráfico 8 - Renda per capita



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa do perfil do estudante (2020)

Pode-se constatar ao observar o gráfico 8, que (23%) dos alunos apresentam renda familiar menor que meio salário mínimo per capita, e os que possuem renda entre meio a um salário mínimo (25%), e os que têm renda entre um a um e meio salário mínimo, (34%). Os alunos que apresentam renda familiar per capita entre um salário e meio até dois salários e meio, totalizam 10 alunos (14,08%) e apenas 3 alunos possuem renda familiar per capita entre dois salários e meio até três.

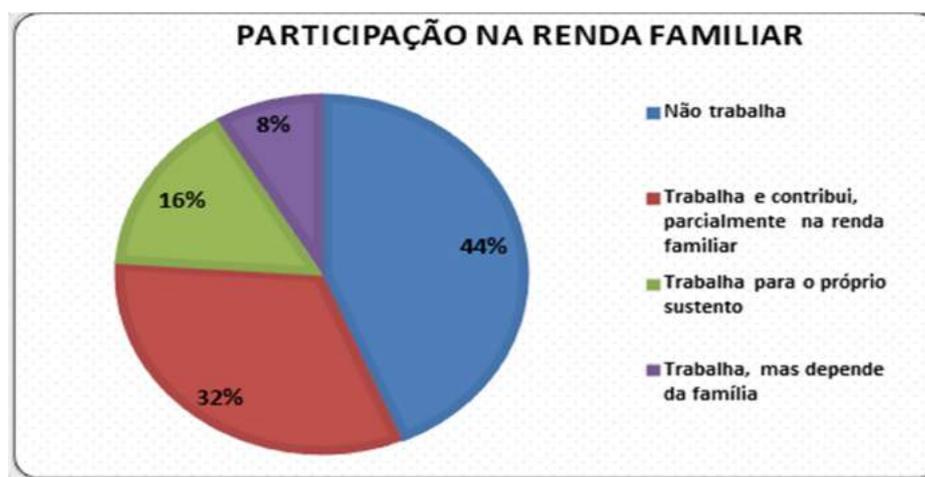
É possível identificar que a renda familiar da grande maioria dos estudantes está na faixa de até um salário mínimo e meio per capita, se somados totalizam (82%) dos alunos.

A renda familiar dos estudantes pode ser fator determinante para a permanência nos estudos, pois ao demandarem recursos para realizarem seus estudos estarão comprometendo a renda familiar.

Esses resultados indicam que a maioria dos estudantes é proveniente de famílias que não dispõem de poder econômico e que parte deles tem como motivação para cursar o Proeja na perspectiva de sua inserção no mundo do trabalho.

Os dados do gráfico 09 apresentam a participação dos estudantes na renda familiar.

Gráfico 9 - Participação na renda familiar



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa do perfil do estudante (2020)

O percentual de alunos que não estão trabalhando é (44%) do total e os que trabalham, mas dependem da família (8%), e o que trabalham e contribui parcialmente com a renda da família (32%), sendo que, apenas (16%), trabalham para o próprio sustento.

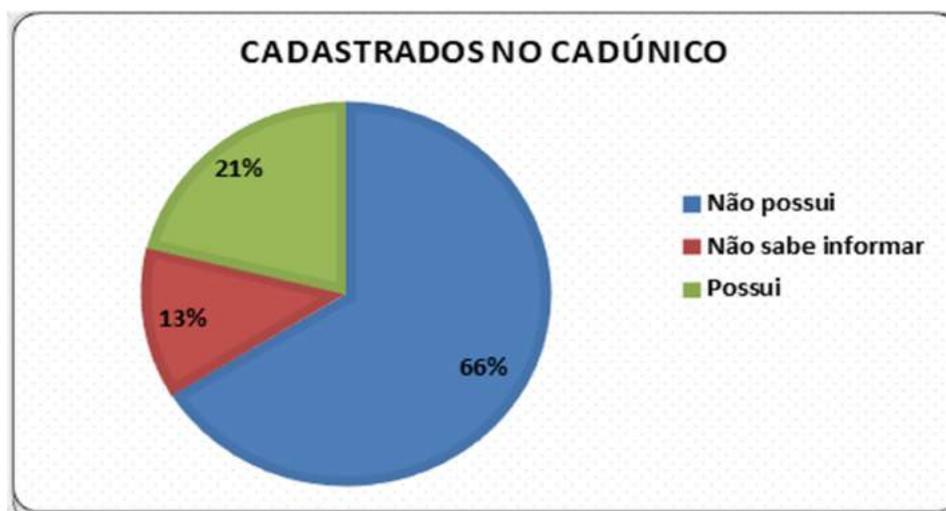
Assim é possível concluir que a maioria dos alunos depende financeiramente de algum familiar (esposa, marido, mãe ou pai) para seu sustento. Diante do impacto da pandemia COVID-19 causado na economia no ano de 2020, os dados em relação à renda dos alunos podem ter sofrido alterações significativas.

Dados do IBGE referente ao Pnad contínuo do ano de 2021 apontaram que o número de desempregados ultrapassou 14,7 milhões de pessoas no primeiro trimestre do ano, sem contar os 5,97 milhões de desalentados³. O relatório também aponta que nesse período ocorreu o aumento da informalidade e de trabalhadores sem carteira assinada. Conseqüentemente o aumento da informalidade impacta nos rendimentos menores, com postos de trabalho que exigem menor qualificação e com remuneração menor.

Em relação aos alunos que possuem a família cadastrada no Cadúnico, o gráfico 10 apresenta os seguintes resultados.

³ **Desalentados**, segundo o Instituto Brasileiro de Pesquisas Econômicas (IBGE) são as pessoas em idade de trabalhar a partir dos 14 anos que não procuram emprego por acreditarem que não conseguiriam uma oportunidade.

Gráfico 10 - Cadastro no Cadúnico



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa do perfil do estudante (2020)

Pode-se concluir que o percentual de alunos que responderam que a família não possui cadastro no Cadúnico, representa (66%) e os que não souberam informar (12,68%), sendo que apenas (21,13%), confirmaram que a família possui Cadúnico.

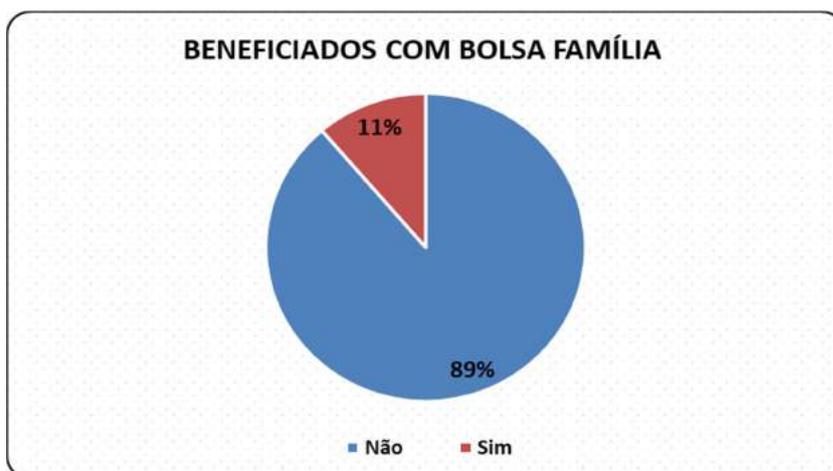
O Cadúnico, a partir do ano de 2003, tornou-se o principal instrumento para seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas federais. Ele é obrigatório para adesão de benefícios como o Programa Bolsa Família (PBF), Programa Minha Casa Minha Vida, Tarifa Social de Energia Elétrica, Isenção de taxas de concurso público, Grupos de Convivência, Carteira do idoso, ID Jovem, Benefício de Prestação Continuada (BPC), e também pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais.

Diante dos dados é possível constatar que a maioria das famílias dos estudantes deixa de acessar aos programas sociais destinados a famílias de baixa renda, o que pode ter ocorrido durante a pandemia, pois o auxílio emergência tinha como exigência o cadastro atualizado no Cadúnico.

Os dados do perfil dos estudantes foram levantados no início do ano de 2020, e naquele período os resultados apontaram que as famílias dos estudantes não recebiam bolsa família, ou outros benefícios.

O gráfico 11 apresenta o resultado em relação às famílias dos alunos que recebem bolsa família.

Gráfico 11 - Beneficiário bolsa família

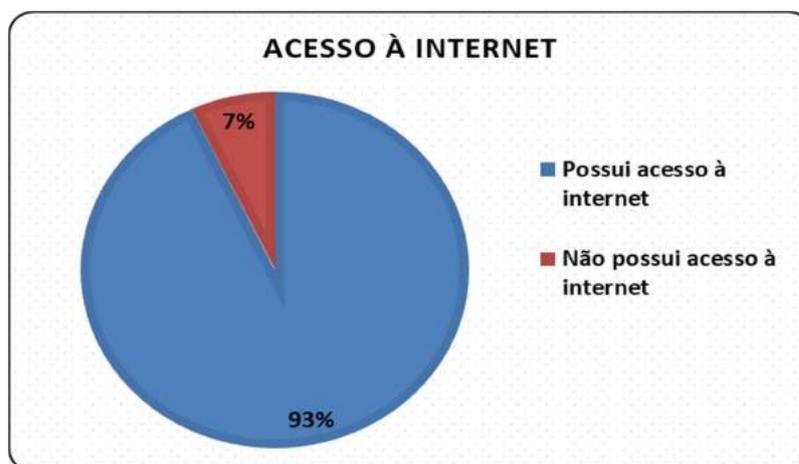


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa do perfil do estudante (2020)

O percentual de alunos que declararam que a família não recebe Bolsa Família corresponde a (89%), e apenas (11,27%), responderam que a família recebe o auxílio. Ao comparar o percentual dos alunos cadastrados no Cadúnico (21%) e os que responderam que possuem Bolsa Família, (11%), é possível concluir que as famílias de baixa renda, com renda até um salário e meio per capita, mesmo estando cadastradas no Cadúnico, não garante o auxílio bolsa família. Porém, diante da situação atual, o cadastramento seria importante para acessar os programas emergenciais do Governo Federal, além de contribuir com o mapeamento das famílias em vulnerabilidade socioeconômica.

No gráfico 12 são apresentados os percentuais relacionados aos alunos que possuem acesso ou não a internet em casa.

Gráfico 12 - Acesso à internet

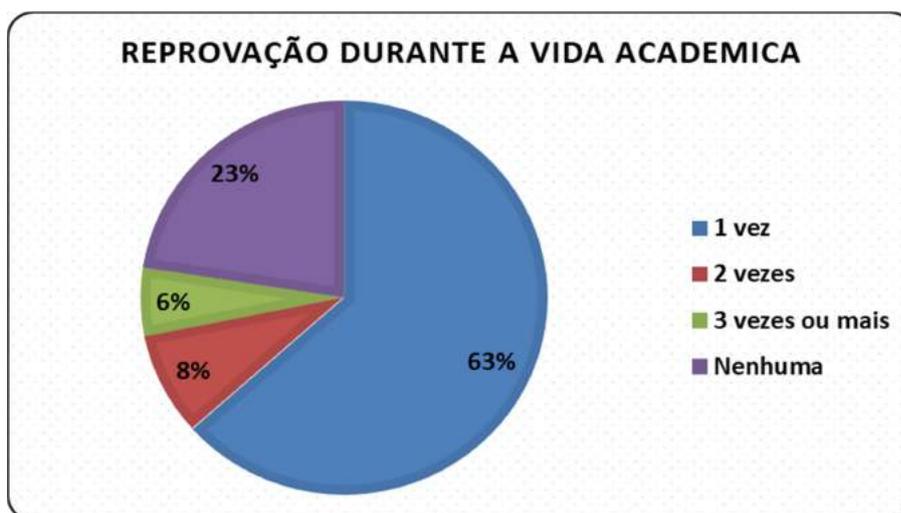


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa do perfil do estudante (2020)

De acordo com o resultado apresentado no gráfico, a maioria dos alunos possui acesso à internet em casa, (93%) do total e os que responderam não possuir acesso à internet, apenas (7%). Esse percentual elevado de acesso à internet se apresenta como ponto positivo, diante do atual momento onde as atividades educacionais estão sendo desenvolvidas de forma remota. Contudo, deve-se observar que os resultados se restringem a identificar se o aluno possui ou não internet, não sendo possível avaliar as condições em que ocorrem, pois a realidade do aluno pode apresentar diferentes dificuldades, como de equipamentos, velocidade de conexão, falta de conhecimento no manuseio e utilização dos programas.

Em relação à reprovação dos alunos antes de ingressarem no curso do Proeja, pode-se constatar analisando o gráfico 13 que a maioria dos alunos teve retenção de um ano, (63%) e os que reprovaram duas vezes (8%), e os que reprovaram três vezes ou mais, (6%) e os alunos que nunca reprovaram (23%) do total.

Gráfico 13 - Reprovação durante a vida acadêmica



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa do perfil do estudante (2020)

Dentre os fatores que causam a evasão escolar, a retenção é um deles. Fica evidente o percentual de alunos que ao menos uma vez durante o percurso escolar foram retidos e ao somar todos percentuais (77%) dos alunos tiveram retenção em algum momento do percurso escolar. Rumberger (2008) argumenta que o fator institucional no caso da família coopera expressivamente para alterar a relação entre a idade do aluno e a série

cursada, apontando que reprovação e repetência robustecem uma identificação do aluno com imagens de “fracasso” e de “ausência de inteligência”, o que contribui para um abandono permanente da escola.

Quanto ao apoio para continuar os estudos, o gráfico 14 apresenta os seguintes resultados.

Gráfico 14 - Incentivo para estudar



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa do perfil do estudante (2020)

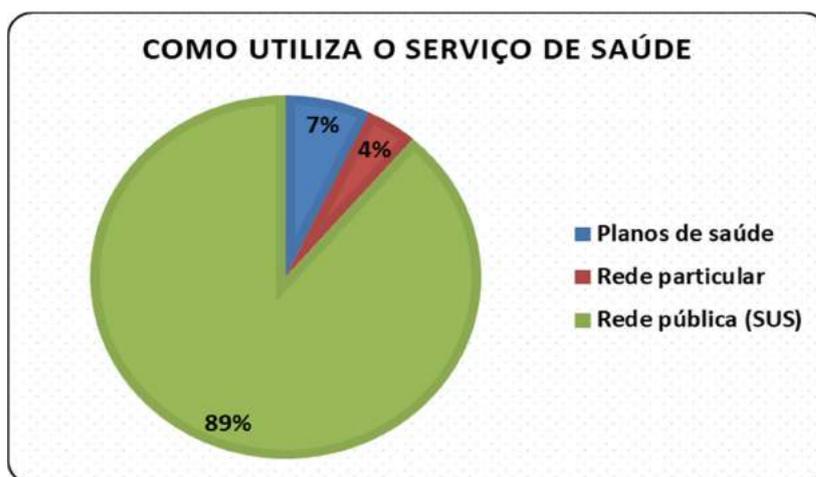
A grande maioria dos alunos apresenta incentivo dos familiares: pais, cônjuge ou outros familiares. Perfazendo um percentual de 93% se considerado o total de alunos que recebem algum apoio dos familiares, apenas 5 alunos (7,58%) apontaram que não recebem apoio. Deste modo, cabe frisar que a falta de incentivo por parte dos familiares ou pessoas próximas é mais um dos fatores que causam a evasão escolar, sendo importantes as ações institucionais que integrem os alunos ao ambiente escolar, buscando incentivar a permanência dos estudantes.

Souza et al. (2014) buscou identificar o impacto do apoio familiar na permanência das estudantes da EJA, constatou que a família apesar de ainda ser uma das principais reprodutoras desta realidade social de exclusão dos estudos, também está mais presente como estimuladora do retorno à escolarização principalmente das mulheres. Destaca que se no passado, as mulheres, principalmente por conta de seus cuidados com a família (ou trabalhando fora para ajudar no sustento da mesma), se ausenta das salas de

aula e deixa para trás alguns sonhos, por outro, a família se coloca no presente como importante pilar de sustentação e incentivo a elas, para que não desistam. O apoio manifestado por familiares, principalmente filhos e maridos, as fazem seguir em frente e caminhar rumo aos seus objetivos.

Em relação aos meios utilizados pelos alunos ao procurar atendimento de saúde, o resultado está no gráfico 15.

Gráfico 15 - Atendimento de saúde



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa do perfil do estudante (2020)

É possível observar que a maioria dos alunos busca atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo que (89%) dos alunos buscam atendimento na rede pública e (7%) possui plano de saúde e apenas (4%) busca atendimento particular.

Em relação à consulta odontológica por parte dos estudantes, o gráfico 16 apresenta a frequência com que os alunos consultam o dentista.

Gráfico 16 - Consulta odontológica



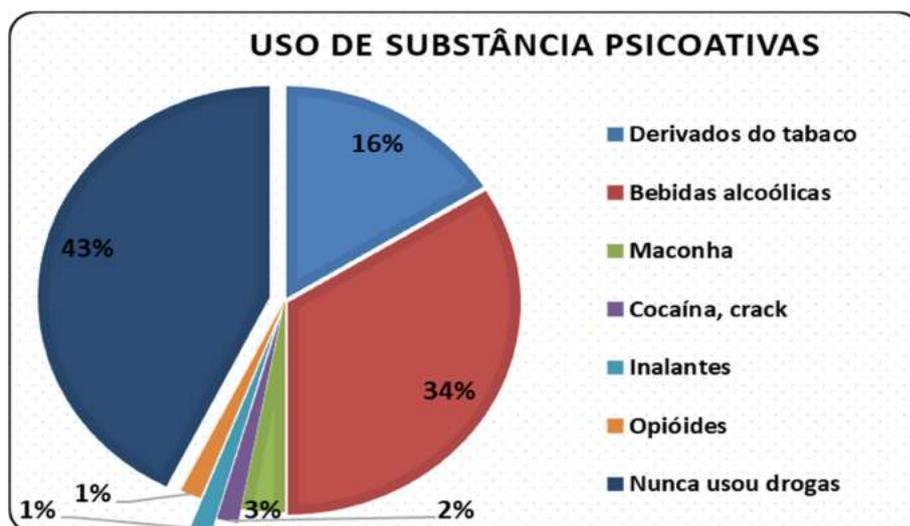
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa do perfil do estudante (2020)

No geral o percentual está abaixo do recomendado, que é a cada seis meses. A porcentagem de alunos que procuram atendimento somente quando estão com algum problema ou dor chega a (41%) dos estudantes e (8%) os que nunca vão ou não lembram quando foram.

Os estudantes que procuram atendimento odontológico com certa regularidade representam (10%) entre os que consultam a cada seis meses, e os que realizam tratamentos especializados, e aqueles que consultam a cada ano (16%), e os outros (15%) responderam ir esporadicamente ao dentista.

Ainda em relação à saúde dos alunos, o questionário busca identificar os alunos que em algum momento da vida consumiram algum tipo de substância psicoativa, conforme gráfico 17.

Gráfico 17 - Uso de substâncias Psicoativas



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa do perfil do estudante (2020)

Como destaque entre os percentuais, (43%) respondeu que nunca usou drogas psicoativas, e os que fizeram uso de bebidas alcoólicas (34%), e os que já utilizaram derivados de tabaco (16%), e aqueles que já utilizaram maconha (3%), cocaína, crack (2%) e (1%) fez uso de opioides ou inalantes. Como ponto positivo os resultados apontam que a maioria não faz uso de drogas psicoativas consideradas pesadas (maconha, cocaína, crack). Contudo, pode-se observar que existe a necessidade de realização de orientação e prevenção ao uso de psicoativos, devido aos percentuais relativos aos alunos que já utilizaram ou que utilizam.

Para apresentar um panorama geral do perfil dos estudantes, o quadro 02 traz o resumo das características que apresentaram maior predominância nos resultados.

Quadro 2 - Panorama geral do perfil dos estudantes do Proeja

PERFIL	DOMINÂNCIA	%
Gênero	Feminino	61%
Idade	18-24	51%
Quantidade de filhos	Sem filhos	54%
Situação da moradia	Casa própria	55%
Situação de moradia	Com família	87%
Escolaridade dos pais	Ens. Fund. Incompleto	42,3%
Renda per capita familiar	De 1 a 1,5 salário	34%
Participação na renda familiar	Não trabalha	44%
Cadastro único	Não Possui	66%
Beneficiados com Bolsa família	Não	89%
Acesso à internet	Sim	93%
Reprovação durante a vida acadêmica	1 vez	63%
Incentivo para estudar	Sim. Marido / esposa	46%
Conta com serviço de saúde	SUS	89%
Consulta odontológica	Somente quando com dor ou problema	41%
Uso de substância psicoativa	Nunca usou	43%

Fonte: O autor (2020).

É possível constatar que os alunos do Proeja apresentam idade entre 18 a 24 anos (51%), e os que não possuem filhos (54%), sendo na maioria do gênero feminino (61%). A situação da moradia é em casa própria (55%),

residindo com familiares (87%). Em relação à renda familiar (34%), apresenta renda per capita de um salário mínimo a um e meio, ficando elevado o percentual dos alunos que não trabalham (44%), conseqüentemente dependentes de familiares. Já em relação ao cadastro no cadúnico⁴, (66%) declaram que a família não possui cadastro, refletindo no percentual dos alunos que não recebem bolsa família (89%), pois o cadastro no cadúnico é obrigatório por ser o método de avaliação dos demandantes do auxílio.

Outras informações levantadas se referem ao apoio para estudar, acesso à internet e reprovações no percurso acadêmico. Pode-se destacar que (46%) dos alunos responderam possuir incentivo do marido/esposa, e (93%) possui acesso à internet. Contudo, o levantamento apontou um elevado percentual de retenção dos alunos, (63%) deles tiveram no mínimo um ano retidos durante o percurso escolar.

Em relação às informações de saúde os resultados apontam que os alunos quando necessitam de atendimento médico (odontológica, psicológica), (89%) procura o SUS e (41%) busca atendimento odontológico quando apresenta algum problema ou sentindo dor. No entanto, quanto ao uso de substâncias psicoativas, (43%) apontou nunca ter usado.

A seguir, serão apresentados os sentidos atribuídos pelos estudantes em relação à PAE.

3.2 Políticas de Assistência Estudantil: os sentidos atribuídos pelos estudantes do curso AL-EJA/EPT do IFFar *Campus* Santa Rosa

A apresentação deste tópico aborda a compreensão dos alunos do curso técnico de alimentos (EJA/EPT) em relação à Política de Assistência Estudantil

⁴ O CADÚNICO é um instrumento de identificação e caracterização das famílias de baixa renda (famílias com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo por pessoa ou renda familiar mensal de até 3 salários mínimos). As informações obtidas com o cadastro são utilizadas pelos governos Federal, Estadual e Municipal para o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando a análise das suas principais necessidades e, assim, facilitar a formulação e implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria de vida dessas famílias.

(PAE), assim como, apresenta as dificuldades e as sugestões apontadas para maior alcance das ações da PAE no *campus* Santa Rosa do IFFar.

Ao buscar os sentidos atribuídos à PAE, objetivou-se captar a compreensão dos estudantes em relação a essa política institucional e sua contribuição para a permanência e êxito. Assim, a partir das falas e relatos advindos das entrevistas, as informações foram analisadas a partir dos preceitos metodológicos da análise de conteúdo.

Na sequência encontra-se a categoria desta subseção, sintetizada no Quadro 3, ao qual exhibe os motivos que, na visão dos estudantes, contribuem para a permanência escolar.

Quadro 3 - Categoria: 01 sentido da permanência

UNIDADE DE REGISTRO	DE	UNIDADE DE CONTEXTO	SUBCATEGORIAS	CATEGORIA TEMÁTICA
1. Incentivo; 2. Auxílio estudantil; 3. Colegas de classe; 4. Realização de um sonho; 5. Emprego melhor 6. Perspectiva de crescimento; 7. Sucesso profissional; 8. Cursar o nível superior; 9. Estar gostando do curso; 10. Estrutura da escola; 11. Melhorar financeiramente 12. Os professores		1. Os serviços ofertados pela PAE contribuem na permanência, ainda que não atenda todas as necessidades. 2. A realização de um sonho, o futuro profissional e o incentivo dos que estão mais próximos (família, colegas de classe, professores, amigos). 3. A permanência no curso se dá por ver nela uma perspectiva de melhoria nas condições de vida, na formação pessoal e profissional;	1. O apoio/incentivo dos professores, familiares e colegas impactam positivamente na permanência; 2. Melhoria nas condições de vida sejam elas de ordem objetiva e/ou subjetiva; 3. Pertencimento a um grupo; coexistência.	Categoria: 01 Sentidos da permanência

Fonte: autoria própria (2021)

A PAE compreendida como um direito nos possibilita tecer uma análise de como ocorrem às ações que buscam promover a permanência e êxito dos estudantes, permitindo a reflexão sobre os sentidos apresentados pelos estudantes em relação a esse direito.

Para tanto, é preciso destacar os fundamentos que nortearam essa compreensão, os quais já foram abordados anteriormente no capítulo “assistência estudantil no contexto da educação brasileira”. Item no qual, brevemente, apresentamos a trajetória de lutas por este direito, destacando as políticas públicas criadas com essa finalidade, em especial o Decreto 7.234 de julho de 2010, e a resolução CONSUP 12 de 2012, as quais orientam as ações de Assistência Estudantil no IFFar.

Na fala dos estudantes a compreensão em relação à PAE apresenta diferentes dimensões, em especial a assistência estudantil como uma ajuda nas dificuldades do dia a dia no ambiente escolar, como pode se constatar na fala do estudante E.

Eu acredito que assistência estudantil é sempre um auxílio que tu tem na escola “né”. Eles te orientam desde o material que precisa, desde a questão de, de como vou te explicar, assim, se tu tem condições de estudar, se está passando por momento difícil, tudo. Ali tem psicóloga, tem tudo “né”. É tipo uma assessoria, quase de pai pra filho “né”. Chega lá e procura a assistência estudantil e eles procuram te ajudar no que estiver ao alcance deles “né”. Pra mim, até hoje, sempre foi assim “né”, desde material didático. Eles auxiliam em bastante coisa.

Para o estudante (J) significa:

A palavra assistência já diz; assistência está ali de suporte. Quando uma pessoa machuca uma perna, um braço, vai ter uma “muleta” pra dar suporte. Ali são vocês, nossa escora, nosso apoio. Ah, vou desistir. Ah, vou parar.

As falas dos alunos apresentam a assistência estudantil como lugar em que os alunos têm um apoio para enfrentar suas dificuldades, que vão desde materiais básicos ao apoio emocional, tanto que um dos alunos chega a comparar como uma ajuda “de pai para filho” e que podem buscar essa ajuda no Setor de Assistência Estudantil. A fala do estudante (N) reforça o sentido de apoio dispensado aos alunos.

Assim, o auxílio estudantil não é só a parte financeira “né”. Mas eu vejo assim, a gente tem um auxílio que é muito importante. Primeiramente eu achei muito bom e nunca vou esquecer que foi sempre o apoio que a gente teve, que isso aí eu falo de coração. Eu até hoje não posso dizer que um profissional me tratou mal, que um profissional faltou com o auxílio para nós na forma de nos apoiar. Eu sempre passo para as pessoas que encontro que essa oportunidade quem tem essa oportunidade não pode perder de maneira nenhuma, desde lá do início sempre fomos apoiados.

Como se percebe a assistência estudantil vai além dos auxílios financeiros, pois a fala do estudante (N) destaca que nunca teve em outras instituições de ensino o atendimento como o realizado pela assistência estudantil do *campus*, chegando a dizer que estudar no IFFar é uma oportunidade. Sendo compreensivo esse entendimento pelas diferentes políticas de EJA, onde estado e municípios desenvolvem programas nos quais predominam um ensino aligeirado e destinado para a certificação, onde é quase inexistentes ações específicas de atendimento às necessidades dos estudantes. Ainda, o mesmo estudante destaca a importância dos auxílios financeiros que são disponibilizados para os alunos em situação de vulnerabilidade.

Assim, desde o início, sempre foi dado para nós auxílio estudantil, a parte para gente se locomover, o auxílio vale transporte, ou auxílio de algum troco para comprar o material. Você tem esse auxílio que faz toda a diferença, e se antes a gente já tinha dificuldade, imagina agora com essa situação que nós estamos presenciando agora “né” Márcio. Onde a gente está abalado financeiramente e abalado emocionalmente. Agora a gente precisa trabalhar muito Márcio, e na nossa cabeça tem um auxílio grande, um apoio maior ainda na parte emocional dos Estudantes (Estudante N).

A fala do estudante reforça a importância da assistência estudantil, pois no contexto da pandemia do COVID19 as dificuldades econômicas dos brasileiros se agravaram, em especial para as famílias mais humildes que já sofrem com a precarização do trabalho e o aumento do desemprego, o que acaba afetando a vida dos estudantes, pois precisam demandar esforços maiores para manterem suas necessidades básicas, acrescentado a dificuldade de permanência escolar, a qual demanda dedicação e despesas para acesso às aulas tanto presenciais como remotas.

No relato do estudante J é possível constatar que sua compreensão de assistência estudantil vai além das ações ou programas, destacando que a

assistência estudantil está na forma de atuar dos profissionais ao atenderem os estudantes em situações individuais.

Assim, eu acho muito interessante “né”. Porque a assistência estudantil nunca desistiu dum aluno “né”. Sempre correndo atrás, sempre persistindo. Ahaa.. está precisando disso, precisa daquilo “né”. Eu vejo porque geralmente meus colegas eram pessoas de mais idade “né”. Pessoas que necessitavam de apoio e a assistência estudantil sempre estava ajudando “né”. Ah, não consegue desse jeito, vamos tentar de outro (Estudante J).

O relato do estudante mostra o trabalho desempenhado pela equipe da CAE, o qual vai além da execução da PAE, pois muitas vezes o atendimento aos estudantes acaba perpassando aspectos da vida pessoal deles, e que de alguma forma impacta no desempenho escolar e que contribuem para a permanência e êxito.

Em relação à compreensão sobre as **ações de Assistência Estudantil** no *campus* Santa Rosa, os estudantes relataram que as ações de acolhimento realizadas no início do ano letivo são importantes para a ambientação, pois ao conhecerem os profissionais da CAE acabam sentindo-se mais tranquilos e acolhidos. Conforme relato do estudante (E):

Eu acho assim, da primeira impressão que eu tive da assistência estudantil “né”. Que foi no primeiro ano, eles deixam a gente mais confortável “né”. Depois que eles vão lá conversar na turma. O aluno vê que tem um auxílio, um apoio. Eu acho que o aluno se sente bem mais à vontade no Campus “né”, fica bem mais tranquilo. Assim, eu acho que foi bem legal. Eu acho que deixa bem mais relaxado quando chega à escola e sabe que se precisar tem um apoio “né”.

O acolhimento realizado pelos professores foi relatado pelo estudante (D) como muito importante, porque em momentos de dificuldades os estudantes pensam em desistir, e os professores buscam motivar os alunos para que continuem seus estudos, mesmo que as dificuldades se apresentavam como barreiras difíceis de superar. Conforme o relato:

Comentamos a alguns dias que têm muitas pessoas que não estavam (participando das aulas), e a professora fez uns vídeos de motivação e a gente foi passando nos grupos. Aí, tem alguns colegas que dizem, ah não ajuda, mas ajuda. Eu digo desde o começo, desde a primeira conversa, Desde o primeiro ano, lá quando nos tivemos a conversa com os professores a gente se sentiu bem acolhido. A assistência estudantil também. Então, eu levo aquela frase que a

professora disse aquele dia, no primeiro dia de aula. Podem tirar tudo de ti menos teu conhecimento.

Já para o estudante (N) o sentimento de pertencimento e o acolhimento permitiu que ela continuasse seus estudos mesmo pela diferença de idade em relação aos seus colegas, porque desde o início teve o apoio de todos do *campus*. Em seu relato traz um sentimento de agradecimento, porque ao falar relembra as relações com colegas e professores e os momentos de aprendizagem que tocaram sua vida e contribuíram para uma nova perspectiva familiar e profissional.

O IFFar sempre fez a diferença e não só na minha vida como na de muitos. Naquela época tinha muitas pessoas, mais idosas, mais velhas. O IFFar muda a vida da gente, quantas pessoas que começaram a estudar, que voltaram a estudar, que tiveram esse auxílio, tiveram esse apoio, essa força e conseguiram melhorar de vida. Como no meu caso, consegui um trabalho, consegui melhorar em vários aspectos na família.

Ao buscar a compreensão dos alunos sobre a PAE nos deparamos com certo desconhecimento em relação à totalidade das ações que a mesma abrange. No entanto, no decorrer das entrevistas observou-se que mesmo com o desconhecimento do Decreto 7.432/2010 Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e da Resolução 12/2012 – PAE, os estudantes expressaram as ações mais evidentes a partir do vivenciado no decorrer da sua vida acadêmica no *campus* Santa Rosa do IFFar. Nas falas é possível identificar que a compreensão está relacionada às demandas dos estudantes junto à CAE, ou em relação aos auxílios financeiros.

Agora com o auxílio emergencial como a minha internet era muito fraca, está me auxiliando. Eu coloquei uma internet melhor para participar das aulas online “né”. Isso aí me auxiliou bastante nessa parte. Eu tinha uma via rádio e não conseguia participar porque quando entrava no meet travava. Então instalei uma de fibra. Daí já está me auxiliando também a pagar a internet e assim consigo participar das aulas “né” (Estudante E).

Para mim ajudou, ajudou bastante porque como agora, exemplo: nessa pandemia “né”. Se não fosse esse auxílio para me ajudar, eu não iria conseguir participar das aulas. Exemplo: Porque, eu não tenho, nós não temos condições de pagar a internet que seria o caso. Aí com o auxílio já foi uma ajuda pra poder pagar (Estudante D).

É possível constatar nas falas que o auxílio financeiro foi importante para a permanência dos estudantes, pois não teriam condições de participar das aulas no ensino remoto, o que evidencia a dificuldade dos estudantes em dispensar recursos financeiros para manterem seus estudos, em especial nesse momento da pandemia do COVID19.

Os auxílios financeiros no contexto da pandêmica do COVID19 foram significativos para os alunos, que nesse período tiveram suas atividades letivas alteradas para o ensino remoto, pois as aulas passaram a ser realizadas por meio de plataformas online, onde se utilizaram das diferentes tecnologias de informação, e no caso do IFFar, foram utilizados o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e as ferramentas do Google, em especial o Meet.

Com as alterações causadas pela COVID19 no modo do ensino, do presencial para o remoto, muitos dos alunos não teriam condições de participar das aulas, como exposto na fala dos estudantes, e já com a ajuda do auxílio digital e emergencial, puderam ter acesso à internet de melhor qualidade.

A assistência estudantil do *campus* Santa Rosa foi apresentada pelo estudante (N) com uma compreensão que vai além da disponibilidade de recurso financeiro, destacando a atenção dos profissionais de saúde nos atendimentos prestados.

Eu comecei a ver o quanto as pessoas têm amor e carinho e todo mundo precisa disso Márcio. Independente da tua idade, é criança, é adolescente, é jovem, é idoso. Não importa todo mundo gosta de carinho, gosta de atenção, gosta de ter um auxílio na parte como de saúde, e o que me chama atenção no IF, é este auxílio que nós temos de médicos. Eu precisei e fui auxiliada, fui e já saí daí com o papelzinho para eu chegar ao hospital. Já tive outra atenção. Na parte de dentista, também tem esse acesso, se gente precisar de uma psicóloga, também sabemos que tem, além do carinho das pessoas (Estudante N).

Eu estava no segundo ano, começou a me dar uns problemas de saúde, daí eu fui pedir ajuda ao médico. Então ele me ajudou muito e isso eu não posso me queixar, porque o (médico) do posto, não estava me ajudando sabe. Daí eu fui pedir ajuda para ele (médico iffar) e daí ele me ajudou “né”. Deu todos os papéis que eu precisava para encaminhar, me atendeu muito bem, sem contar as outras moças do setor que também me ajudaram bastante (Estudante P).

Como é possível constatar, os estudantes buscam o atendimento básico de saúde junto aos profissionais da CAE, mesmo após já terem passado por

atendimento em unidades de saúde do município, e sem conseguir um encaminhamento adequado para suas demandas, acabam buscando na CAE atendimento, e tiveram o devido atendimento e encaminhamento. De acordo com a PAE, mais especificamente a política de atenção à saúde, os estudantes que procuram atendimento devem ser acolhidos, independente da especialidade dos profissionais que atuam na CAE, buscando realizar uma escuta atenta, após os alunos são direcionados para os profissionais das áreas específicas. A partir do relato é possível evidenciar que os alunos tiveram suas demandas atendidas inclusive elogiando o atendimento dos profissionais.

Já em relação às **dificuldades para acessar os benefícios da PAE**, os estudantes apontaram fatores que estão ligados aos sistemas digitais, o que é compreensível se analisarmos a diversidade dos estudantes da EJA/EPT, os quais na maioria apresentam dificuldades na utilização dessas plataformas. O relato do estudante (J) apresenta a situação onde os alunos para usufruírem do lanche precisam acessar o sistema de gestão de refeições do IFFar denominado Orbital, este sistema foi desenvolvido para planejar e gerenciar as refeições diárias, além de permitir o acesso dos estudantes ao refeitório do *campus*.

O pessoal tem bastante dificuldade de mexer em telefone, de mexer lá (orbital),.... Muitas vezes me esquecia de que não tinha marcado merenda dum dia para o outro "né". Acabava esquecendo porque antes não precisava. Era só chegar lá e marcava que iria estar no outro dia de aula e pronto. E agora tem aquele... (orbital), por um lado é bom porque é um controle "né". Mas para pessoas mais experientes, de mais idade já acaba sendo um empecilho, não conseguem mexer na tecnologia "né". É uma coisa a mais, muito avançada "né" (Estudante J).

Ao destacar a dificuldade dos estudantes em acessarem as refeições disponibilizadas aos estudantes, percebe-se que soluções para o gerenciamento de rotinas escolares devem considerar o público que será afetado pelas mudanças, além da devida orientação quanto à utilização das tecnologias. Se o estudante está com dificuldade de acessar a alimentação que é seu direito como estudante, se deduzir que ao não compreender o devido funcionamento do sistema o aluno está sendo prejudicado no acesso a um dos benefícios da PAE.

Já na fala do estudante (D), traz uma perspectiva dos estudantes jovens, os quais tem mais facilidade com as tecnologias, consequentemente

consideram fácil a utilização dos sistemas do IFFAR, tanto o SIGAA como o Orbital.

Olha, pra dizer que com o aluno da minha idade acredito que seja mais fácil, porque já tem uma facilidade com a tecnologia. Pessoas com mais idade, não irão saber mexer, não é qualquer pessoa que consegue mexer no computador ou no telefone. Dependendo tem que entrar em outra pasta, às vezes várias pastas para entra no edital que tu quer "né". Dai isso já dificulta, pelo menos eu acho "né. Que nem umas quantas colegas minhas precisavam se inscrever no edital de alimentação e outros que precisavam fazer o e-mail, que tinha que fazer para poder participar das aulas. Tudo eu tive que ajudar, porque a maioria das minhas colegas de mais idade não sabiam fazer (Estudante D).

No relato percebe-se que as dificuldades com os meios tecnológicos foram além das atividades que envolvem a assistência estudantil, como a inscrição nos editais de alimentação. Mas também na participação das aulas remotas, pois o estudante (D) teve que ajudar os colegas a acessarem o e-mail institucional para que conseguissem acessar o ambiente virtual das aulas no ensino remoto. Já em relação ao acesso aos benefícios da PAE o estudante apresentou a situação em que ajudou os colegas a inscreverem-se no Edital de Kits alimentação.

O estudante (N) reforça a dificuldade que os alunos têm na utilização dos meios de informação para acessar os benefícios da PAE

Eu acho assim que tem uma burocracia grande para quem tem mais dificuldade, porque agora é tudo através do... (sistema informatizado). Tu não podes fazer um papel e escreve e entrega lá, tem que fazer tudo pelo computador e sistema. Pra mim, se eu não tenho a ajuda do Paulo, já não consigo fazer o acesso, entrar ali e fazer a inscrição para seleção. (Estudante N).

O relato apresenta as dificuldades que os estudantes da EJA/EPT enfrentaram durante o ensino remoto causado pela pandemia do COVID19, pois as ações da PAE foram realizadas utilizando-se das tecnologias da informação e ao desenvolver os programas e ações da PAE, obrigatoriamente o meio legal é a utilização dos editais. No relato da estudante é possível verificar a dificuldade que os estudantes têm em interpretar os editais, tanto que a estudante expressa o excesso de burocracia. Essa percepção se agravou com a pandemia, porque no atendimento presencial os alunos

buscavam informações junto a CAE para organizar os documentos exigidos no Edital.

Na fala do estudante (J) está presente a compreensão da disparidade em termos de idade e as diferentes realidades de vida dos colegas, destacando a necessidade de uma atenção maior com estudantes das turmas do ensino da EJA/EPT.

O nosso problema é que tem pessoas de idade “né”. Que precisam de uma atenção redobrada “né”. Eles estão ali porque querem aprender. Eu tiro o chapéu para muitos colegas do técnico em alimentos que são pessoas de idade e que estavam a mais de quarenta anos fora da escola e estão persistindo independente do que aconteceu, pandemia parou tudo. Tudo online. Que nem tinha uma senhora que tira leite de manhã cedo, trabalha na horta e mesmo assim ela está nas aulas todos os dias “né”. Isso é impressionante. É uma coisa espetacular. (Estudante J).

Ao analisar a fala do estudante pode-se visualizar a realidade e o contexto em que se insere o estudante da EJA/EPT. Normalmente estudante trabalhador, responsável pelo sustento da família e que mesmo após o dia de trabalho, busca no espaço escolar o conhecimento na esperança de melhorar de vida.

O estudante da EJA/EPT quando retorna ao espaço escolar chega cheio de esperança e expectativas para sua vida e no relato do estudante (N), essas expectativas tornaram-se realidade e motivo de felicidade e agradecimento ao falar da sua experiência escolar.

Para mim foi um sonho realizado Márcio. Foi um sonho que fez na minha vida toda diferença, e está fazendo. Voltei a estudar, eu consegui um trabalho. Onde eu já tinha tudo. Todos os filhos grandes e não imaginava voltar a trabalhar, e através dessa oportunidade, me abriu uma porta para trabalhar na escola do bairro Sulina (Estudante N).

Já na fala da estudante (D) constata-se a mudança de pensamento em relação à conclusão do ensino médio, inicialmente sua compreensão era apenas de finalizar a educação básica, mas no decorrer do curso suas expectativas foram mudando.

Assim, quando eu entrei no IF. Eu queria só entrar para terminar o ensino médio. Era o que passava na minha cabeça “né”. Porque eu não tinha terminado o ensino médio. Só que ali a gente vai aprendendo outras coisas “né”...A gente vai estudando e aí vai

começando a evoluir mais coisas na nossa cabeça “né”, ..(inaudível, barulhos)...Aí a gente vai se interessando mais “né”. Por isso, eu gostava até mais de ir ao colégio “né”, no IF, sem contar as amizades que a gente fez “né”. Porque não era só (estudantes) da nossa cidade e isso foi até um aprendizado pra gente “né”. Pessoas de mais idade, sabe. Fazer amizades, conhecer outras pessoas diferentes, isso foi bom, porque quando estudava, sempre tive colegas da mesma idade, sempre do mesmo padrão. No IF eu achei diferente, porque estudei com pessoas de mais idade, mais vivida nas coisas “né” (Estudante D).

Ainda na fala do estudante observa-se a diversidade dos estudantes no mesmo espaço e tempo escolar, inclusive contribuindo com novas perspectivas do estudante, pois ao se relacionar com pessoas maduras, de diferentes lugares, fez despertar o sentimento de pertencimento e novas expectativas para seu futuro em relação aos estudos o que contribuiu para sua permanência no curso.

Quanto a **sugestões para melhorar o acesso do estudante** as ações e programas da PAE, os estudantes sugeriram formas de atendimento diferenciado para os estudantes da EJA/EPT, em especial para os alunos que ingressam no primeiro ano do curso, os quais não estão acostumados ou desconhecem a sistemática para participar dos editais dos auxílios da PAE.

O estudante (P) em seu relato apontou as dificuldades que teve ao buscar os auxílios, logo quando ingressou no curso:

Então a gente não tinha esse conhecimento (editais e sistema de bolsas), então eu acho assim ó, por exemplo, principalmente não digo nas outras turmas que têm alunos com mais entendimento. Eu digo nessa parte do Proeja, do pessoal de idade, do pessoal mais velho, que está entrando ali, que não sabe nada, que fez o EJA de repente. Tu sabes que precisam, porque depois de ficarem anos e anos sem estudar. Como eu que fazia quantos e quantos anos que não frequentava a aula.

O estudante (N) ao expressar sua sugestão traz a experiência que teve ao ingressar no primeiro ano de curso, quando não conseguiu inscrever-se no edital para seleção dos estudantes para o auxílio permanência.

Eu não sei como faltou, onde, o que faltou. Claro, Ah, mas todo mundo sabia. Os jovens, sim, os que já estavam na escola, sim, os que são mais entendidos, sim, mas quem tá entrando e mal a pena sabe ler e escrever. Eu não entendia nada desse negócio de está no edital. A primeira vez que eu estou ouvindo falar de edital, aonde é o edital? Tem um papel lá na parede pra vocês, não viram?

Ainda para o estudante (N):

Eu acho assim Márcio, que tem bastante profissional, então não é colocar no edital, mas divulga ali na chegada, explicar de outra forma simplificando a informação, explica melhor de repente, vai na sala, anuncia melhor esse auxílio, como também as oportunidades, os cursos.

Na fala do estudante pode-se identificar a dificuldade dos estudantes que ingressam no curso, pois não conhecem as formalidades legais e o sistema de inscrição, a qual deve ocorrer por meio de editais. Os editais como procedimento formal podem parecer simples para os alunos que em algum momento tiveram contato com essa forma de linguagem. No entanto, para alunos da EJA que ingressam na instituição a dificuldade de compreensão do processo é maior, pois provavelmente nunca tiveram contato com as formalidades semelhantes como as adotadas na Instituição.

As turmas de EJA/EPT são compostas por uma diversidade de sujeitos, com diferentes níveis de conhecimento, idade, alguns com mais facilidade no uso de tecnologias, entre outros. Sendo assim essas turmas demandam diferentes abordagens ao trabalhar questões complexas que envolvam tecnologias e as formalidades institucionais. Contudo, pode-se observar no relato do Estudante (E) uma facilidade em buscar os benefícios da PAE.

De minha parte foi bem legal. Assim, tudo foi bem respondido. Tudo foi bem esclarecido nos editais, foi bem tranquilo para mim.

O relato do estudante (E) demonstra que existe uma disparidade muito grande em relação à dificuldade ou facilidade para se inscrever nos auxílios da PAE, pois para o estudante os meios adotados são de fácil compreensão, tanto que destaca que foi bem esclarecido nos editais.

Assim, a partir dos relatos, observa-se a necessidade de um trabalho diferenciado o qual busque facilitar a linguagem dos editais e os procedimentos adotados para que os estudantes da EJA/EPT consigam acessar os auxílios da PAE, em especial com as turmas que ingressam no primeiro ano dos cursos.

A assistência estudantil mostrou-se fundamental para a permanência e êxito dos estudantes entrevistados, contudo outros fatores também foram destacados como estímulo para que os estudantes finalizarem seus estudos.

Estudos como de Zamboni (2017), Pessanha (2016) e Correia (2018) apontam que para além dos auxílios financeiros, existem outros fatores que contribuem para a permanência dos estudantes, como a persistência e a vontade pessoal, a necessidade de obtenção do certificado do ensino médio e a identificação com o curso e a possibilidade de ascensão social.

Nas palavras do estudante (E) fica evidente a persistência e vontade pessoal de finalizar o curso, além da identificação com a área de alimentos.

Eu estabeleci uma meta para mim,...Mudar de área de trabalho e trabalhar num lugar que fosse prazeroso para mim, e não chegar ali, como é que eu vou dizer, chegar numa certa idade e ter que trabalhar num trabalho em que eu não goste de trabalhar. Então nessa parte estou realizado. Estou fazendo o que eu gosto, graças ao curso proeja “né”.

Como se observa o estudante busca com a finalização do ensino médio/técnico uma forma de realização pessoal ao destacar que graças ao curso está realizado, porque está trabalhando na área que sempre almejou. Ainda o mesmo estudante destaca a importância da busca do conhecimento e da certificação para o alcance de suas expectativas em relação a crescimento profissional.

Quanto mais conhecimento, eu posso chegar lá no meu trabalho e apresentar meu certificado, querendo ou não na minha área profissional isso aí vai mudar bastante, por mais que eu estou exercendo o serviço, digamos quase que como um técnico laboratorista, mas isso pode me abrir outras portas na mesma empresa “né”, pra me elevar de cargo, alguma coisa assim, a gente nunca sabe “né” (Estudante E).

Para o estudante (J) a identificação com o curso técnico em alimentos está sendo fundamental para a permanência, pois inicialmente ingressou no curso de vendas e ao sentir que não tinha afinidade com essa área optou por mudar.

Se tu quer estudar e é aquilo que tu quer realmente. Que nem eu, o técnico em vendas é muito bom, o técnico em vendas é legal, mas eu não me via como vendedor. Eu não sou ligado a vendas “né”, mas agora um técnico em alimentos é totalmente diferente “né”. [...] Então o técnico em alimento eu sou apaixonado, por comida, cozinhar, fazer comida e eu e minha esposa nos acertamos pra fazer isso. Então o técnico em alimento não é, quem sabe o que eu gostaria de ser, mas é uma área que eu me identifico, uma área que eu gosto, entendeu.

Na fala do estudante observa-se a identificação com a área, além de outro fator importante para a permanência e êxito dos estudantes, no caso o apoio familiar.

Sobre a influência da família na permanência escolar, Rumberger e Lim (2008) e Dore et al (2014) afirmam que a família é um dos fatores que podem influenciar os resultados escolares dos alunos. Conforme Dore et al (2014, p. 406), a família está entre os fatores contextuais/institucionais e “abrange a estrutura (número e tipos de pessoas na família), os recursos familiares (financeiros e humanos) e as práticas da família (expectativas educacionais, suporte educativo e envolvimento escolar dos pais)”.

Na fala do estudante (E) a seguir, o estudante relata o apoio da esposa quando ouviram falar do curso em alimentos e que teria uma reunião de divulgação no IFFar.

Ela disse: vamos lá vê. Tu gosta da parte de alimentos. Vamos lá vê...Primeiro teve uma reunião né, explicando o que que é o curso de alimentos, a gente teve lá, daí até me lembro daquele auditório, estava cheio. Na verdade foi o primeiro ano do curso de alimentos, teve gente que ficou suplente “né”. (Estudante E).

O apoio familiar é fundamental para o estudante independente da modalidade de ensino, no entanto para os estudantes da EJA/EPT, os quais têm a responsabilidade de trabalhar e cuidar da família, o que torna a permanência e êxito mais difícil. No relato da estudante (N), é possível identificar essa dificuldade e o como foi importante o apoio familiar.

Eu vou me esforçar e vou novamente me levantar e agora estou aqui, graças a Deus, o apoio que eu tenho da família, o apoio que eu tive do filho com deficiência, o apoio que eu tive do meu esposo principalmente, que não só me levava como me trazia, me ajudava quando não tinha dinheiro pra passagem, como a gente sempre dava um jeito que eu consegui. Agora que ele também vai estudar comigo, então melhorou porque nós dois estamos juntos “né”, para um ajudar o outro. Ele também tinha muito pouco estudo (Estudante N).

Na fala do estudante, o apoio do filho e esposo foi fundamental, pois o incentivo não estava apenas nas palavras, como também na ajuda material/financeira para o estudante se deslocar até o IFFar para frequentar as aulas. Observa-se o envolvimento da família tanto que o esposo também

retornou aos estudos, o que demonstra a importância do envolvimento familiar e como esse processo contribuiu para a permanência no curso.

Para o estudante (E) o apoio dos colegas é muito importante, tanto que quando encontra algum colega com dificuldades ou desmotivado com o curso, tenta falar palavras de incentivo.

É o que eu falo com meus colegas, não desista. Vamos lá, se hoje não abre uma porta, não abriu uma oportunidade, mais cedo ou mais tarde vai abrir.

O ambiente escolar acolhedor contribui para o envolvimento dos estudantes com o curso. No relato do estudante (N), a seguir, demonstra como é importante o sentimento de pertencimento e a colaboração mútua entre colegas.

Graças a Deus que minha turma é muito boa para auxiliar, não se negam, mas tem, assim como tem uns que tem coragem de pedir uma ajuda para o colega, tem outros que tem vergonha de pedir uma ajuda ou certo medo do professor, se o professor não tiver paciência, se o professor não souber ser carinhoso, não ser a pessoa assim, ó escuta aqui, vamos conversar, vamos ajeitar isso aí “né”, vou te dar uma força. A gente não procura Márcio, às vezes eles falam pessoal quem tem dificuldade me liga, me fala, e a gente, no meu caso, eu não vou contar que eu estou com problema, com dificuldade.

Os estudos de Zamboni (2017) apontam como motivos para a permanência escolar dos alunos do Proeja o apoio dos colegas, dos professores e da família. No relato da aluna (N) percebeu-se que os alunos apresentam certo “medo” em pedir ajuda para os professores, mesmo que os professores estejam dispostos a ajudar. A busca por formas de aproximação com os estudantes é fundamental, mesmo que muitas vezes o próprio estudante tenha “vergonha”.

O relato do estudante (J), a seguir, evidenciou que a busca por estudantes com dificuldades deve ser realizada logo ao identificar alguma dificuldade dos estudantes.

Professor quando tu vê que um colega não está participando...Eu dizia: vai lá professora, vai lá visitar. A gente não sabe o que está acontecendo. Está meio desanimado, “né”? Não é interferir na vida. Dá uma ligada, insiste, conversa, não deixa desistir. Eu acho que esse apoio faz toda a diferença. O que tá acontecendo? Vamos lá! De repente, assim, tu está atrasado, tu não está conciliando o trabalho com a escola, Vamos achar um jeito aí. “né”? Vou te facilitar um pouco pra ti, daí faz com que a pessoa pelo menos no início se encaixa bem. E eu acho que é isso que falta, se colocar no lugar do outro.

Você também é um trabalhador e você também já foi estudante e é “né”?

Na fala do estudante ficam evidentes algumas situações comuns que os estudantes EJA/EPT enfrentam, dentre as quais, a dificuldade de conciliar o horário de trabalho com os estudos, a dificuldade de aprendizado e o excesso de atividades extraclasse. No entanto cabe a todos os envolvidos a busca de formas para superar essas dificuldades, em especial, coordenação de curso com a colaboração da CAE, pois, esta tem o pedagogo e psicólogo os quais podem contribuir nesse processo de diálogo com os estudantes. Além de propor alternativas que venham a contribuir com a permanência e êxito dos estudantes.

Passaremos a seguir ao detalhamento do produto educacional

4 PRODUTO EDUCACIONAL

Inicialmente o projeto de pesquisa previa a realização de um plano de ação como possibilidade de “intervenção” junto às turmas do PROEJA, a ideia inicial contava com a participação dos profissionais da CAE, onde se pretendia desenvolver atividades com a finalidade de reflexão sobre a PAE, mas diante do avanço da pandemia do COVID-19 não foi possível, pois gerou certa imprevisibilidade quanto ao início do período letivo e como se daria esse processo, assim tentar planejar algo que demandava um longo período de execução, poderia inviabilizar o produto educacional.

Ao refletir sobre algumas possibilidades como produto educacional, muitas dúvidas surgiram, entre algumas: Qual “produto” atenderia os estudantes do curso EJA/EPT levando em consideração suas características, condição de interação, aprendizagem e reflexão? Como fazer com que o produto seja potencialmente utilizado pelos profissionais da CAE, adaptando-o às diferentes proposições da PAE? Como fazer algo que não seja apenas um repositório ou transmissão de informações?

A partir dessas indagações, buscaram-se algumas possibilidades, sabendo das limitações, de qualquer proposição que surgisse, então, após leituras de pesquisas na área da educação, surgiu a possibilidade de desenvolver Rodas de Conversa com os estudantes do PROEJA, desenvolvendo assim uma metodologia que possibilite a promoção (discussão, problematização) da PAE com a participação dos estudantes.

Ao buscar na literatura alguns estudos que utilizaram a Roda de Conversa como técnica ou metodologia, as pesquisas que a utilizam são bem diversificadas. Na área educacional, pode-se citar alguns autores que desenvolvem suas pesquisas com essa metodologia: Waschauer (2017); Souza e Cruz (2014); Lima e Moura (2014) e Ryckebusch (2011).

Lima e Moura ao conceituar as Rodas de Conversa a descrevem como:

Um método de participação coletiva de debate acerca de determinada temática em que é possível dialogar com os sujeitos, que se expressam e escutam seus pares e a si mesmos por meio do exercício reflexivo. Um dos seus objetivos é de socializar saberes e implementar a troca de experiências, de conversas, de divulgação e de conhecimentos entre os envolvidos, na perspectiva de construir e

reconstruir novos conhecimentos sobre a temática proposta. (LIMA, MOURA, 2014, p.4).

Souza e Cruz (2014) destacam as potencialidades da Roda de Conversa como algo que vai além de uma técnica de pesquisa, como muitas vezes é utilizada, pois, as Rodas de Conversa possibilitam a abertura de espaços para que os sujeitos estabeleçam um espaço de diálogo e interação, ampliando suas percepções sobre si e sobre os outros no cotidiano escolar.

Waschauer (2017) desenvolve um extenso estudo com a metodologia de Rodas de Conversa, aplicando-a em diferentes ambientes, como: escolas, empresas, família. Em seus estudos, Waschauer propõe um esquema de Rodas de Conversa na tentativa de dar uma estrutura à metodologia. Contudo, alerta para o cuidado de não se tornar apenas uma técnica vazia. A autora demonstra que é a qualidade das trocas estabelecidas no processo partilhado que propicia o desenvolvimento criativo individual e grupal, não bastando à definição de estrutura, espaços e tempo para o encontro das pessoas em círculo.

A estrutura das Rodas de Conversa desenvolvida por Waschauer foi utilizado como base para o desenvolvimento da metodologia na presente pesquisa, conforme (APÊNDICE – D)

Assume-se, que a inspiração para a Roda de Conversa surgiu após a leitura de Paulo Freire, e sua metodologia progressista, onde se encontrou concepções que reforçam a possibilidade de desenvolver essa metodologia. Concepções nas quais o diálogo, reflexão e problematização são possíveis a partir da realidade dos estudantes.

Paulo Freire, em relação ao envolvimento entre educando e educador afirma que:

Na medida em que o educador apresenta aos educandos, como objeto de sua “admiração”, o conteúdo, qualquer que ele seja, do estudo a ser feito, “re-admira” a “admiração” que antes fez na “admiração que fazem os educandos. [...] o papel do educador problematizador é proporcionar, com os educandos, as condições em que se dê a superação do conhecimento no nível da “doxa” pelo verdadeiro conhecimento, que se dá no nível do “logos” (Freire,1987, pag.45).

Assim, segundo Freire (1987) a possibilidade de problematizar é proporcionar com os estudantes as condições em que ocorra o desvelamento da realidade, por meio da problematização, na busca da emersão das

consciências, de que resulte sua inserção crítica na realidade.

A Roda de Conversa como estratégia metodológica apresenta a possibilidade de promover espaços de diálogo, reflexão e problematização da PAE. A PAE ao ser compreendido em uma totalidade, na qual implica considerá-la com estreita ligação à vida dos estudantes, tanto no ambiente escolar como fora dele, pode ampliar a compreensão dos estudantes em relação aos seus direitos sociais.

Ainda de acordo com Freire (1987), o diálogo possibilita interações entre os participantes de forma horizontal, promovendo a participação democrática. Dessa forma, a Roda de Conversa pode possibilitar entre os participantes o pronunciamento da palavra, ou pronunciamento do mundo, e nessa relação de fala e escutam, os participantes têm contato com os diferentes posicionamentos em relação à PAE, podendo assim captar a percepção dos outros e se necessário rever ou reformular sua compreensão sobre ela.

Ainda para Freire (1987), toda e qualquer ação educativa deve ser um ato político que ajuda o homem a tomar consciência de sua posição no mundo, a se libertar de sua consciência oprimida, a fim de participar, de forma ativa e criadora, da história e da transformação da realidade na qual está inserido.

A seguir passaremos a descrição das etapas para elaboração do produto educacional.

4.1 DIRETRIZES ADOTADAS NA CONCEPÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Inicialmente é necessário destacar que o período no qual foram realizadas as rodas de conversa (RC) o panorama da pandemia do novo Coronavírus estava em um momento estável devido ao avanço da imunização no país, e que, as instituições de ensino retornaram as atividades presenciais. No entanto as atividades acadêmicas deveriam obedecer aos protocolos de saúde, tanto a nível federal como institucional.

Desse modo, todos os encontros levaram em consideração os cuidados estabelecidos nos regulamentos, como o uso de máscaras e o distanciamento social, o que de alguma forma fez com que tivéssemos que adaptar a

sequência em que os temas seriam abordados devido ao momento que vivenciávamos.

Para o planejamento inicial das rodas de conversa tínhamos os temas que emergiram das entrevistas, os quais balizaram nossos encontros, mas tivemos que reorganizar considerando a necessidade de abordarmos alguns temas como prioridade em relação à sequência planejada inicialmente, pois assim conseguiríamos associar o debate em relação ao tema, com a possibilidade de ação no contexto escolar. Isso ocorreu porque algumas ações de assistência estudantil, como os auxílios financeiros, ocorrem logo no início do ano letivo e a participação dos estudantes neste edital teve prioridade.

Todas as Rodas de conversas ocorreram em uma sala de aula do IFFar *campus* Santa Rosa, sala esta que serve de laboratório didático para os cursos das licenciaturas. Em cada encontro sentávamos em um grande círculo, pois as mesas com o seu formato oitavado nos proporcionava melhor distribuição no ambiente, contribuindo com a didática devido ao seu formato em roda.

Os registros foram realizados em áudios com a utilização de um celular com aplicativo de gravador de voz, pois o número de participantes era pequeno e a utilização de outros meios visuais demandaria maior cuidado, o que poderia interferir na atenção e na participação dos diálogos.

Com a intenção de tornar o momento mais acolhedor e para nos conhecermos melhor, todos os encontros dispomos em duas mesas ao lado da roda, sempre servidos de café, chá, bolos e algumas variedades de salgadinhos.

A primeira roda de conversa ocorrida em 04 de março de 2022, das 20h e 30min às 22h e 15 min, reunimos todos os nove participantes. Iniciamos apresentando os objetivos da pesquisa e a proposta metodológica, o TCLE foi apresentado e entregue duas cópias para cada participante, dúvidas foram retiradas quanto aos termos de uso de voz e imagem. Também realizamos alguns combinados quanto ao uso de celular e o cuidado em relação ao respeito e momento de fala dos participantes.

Logo após deu-se início a conversa, momento onde cada participante se apresentou, relatando um pouco sobre as experiências de vida, escolar e expectativas para o futuro. Após este momento aproveitou-se para criar o grupo de *whatsapp* “Roda de Conversa” o qual foi utilizado para a troca de

informações e para combinarmos os próximos encontros, no entanto não foi possível criar uma agenda com datas e horários fixos, porque seria necessário a cedência de períodos de aula pelos professores, devido à dificuldade dos estudantes participarem em outros horários fora do período de aula.

Quando exposto que abordaríamos a PAE como tema principal das rodas de conversa, os participantes sugeriram que deveríamos nos encontrar o mais breve possível devido ao edital do auxílio permanência estar aberto e como o prazo final de inscrição se aproximando. Então se decidiu que o abordaríamos na próxima RC.

A segunda RC ocorrida em 07 de março de 2022, das 20h e 30min às 22h e 15 min, reunimos todos os nove participantes da roda anterior na mesma sala de aula. Anteriormente ao encontro, compartilhamos no grupo de *Whatsapp* “Roda de conversa” o edital do auxílio permanência e pedimos que fizessem uma leitura prévia e trouxessem as principais dúvidas para debatermos no encontro. Com objetivo de organizar o encontro e como seria apresentado o tema, foi necessário desenvolver um plano de atividade contendo algumas proposições para ampliar o debate, participação e compreensão em relação ao tema “**edital**”, conforme quadro 4.

Quadro 4 – Plano de atividade tema: Edital

PLANO DE ATIVIDADE PARA RODA DE CONVERSA
1. Tema: Editais do IFFar
2. Objetivo: 2.1 Conhecer os aspectos legais do edital; 2.2 Apresentar a estrutura que compõem o edital; 2.3 Identificar os itens que se aplicam em cada situação familiar.
3. Recuso(s) Didático(s) utilizado(s): Perguntas provocativas, projetor de slides, figuras, imagens e Leis.
4. Atividades Propostas: - Abertura com uma mensagem introdutória; - Perguntas provocativas para saber o que o aluno sabe sobre editais; (Quem conhece e/ou participou de algum Edital? Onde foi? Como foi a experiência? Qual dificuldade teve?). - A apresentação do aspecto legal do edital no IFFar e nas instituições públicas; - leitura do edital, verificação da compreensão do texto e a exposição das dúvidas. - Recapitulação dos principais pontos tratados.

Fonte: O autor (2022).

No fechamento do segundo encontro foi definido que abordaríamos no próximo encontro o tema “SIGAA módulo BOLSA”.

O terceiro encontro ocorreu no dia 10 de março de 2022, com duração das 19h15min às 20h30min, o encontro ocorreu no laboratório de informática e teve como objetivo abordar os módulos SIGAA - bolsas e como proposta prática a inscrição dos estudantes no edital do auxílio permanência. Anteriormente ao encontro foram compartilhados no Grupo de Whatsapp os vídeos *Acolhida IFFar 2021*, produto educacional desenvolvido pelo Mestrando Regis no ProfEPT, o qual aborda o tema: SIGAA e Auxílios financeiros. A apresentação dos vídeos teve como objetivo promover o produto educacional e antecipar algumas informações que seriam abordadas no encontro. As atividades foram planejadas conforme quadro 5.

Quadro 5 – Plano de atividades: SIGAA – bolsas

PLANO DE ATIVIDADE PARA RODA DE CONVERSA
1. Tema: SIGAA módulo Bolsas e Cadastro único do IFFar
2. Objetivo: 3.1 Apresentar o módulo Bolsas do SIGAA; 3.2 Compreender os aspectos que compõem o cadastro único; 3.3 Executar a inscrição no Auxílio Permanência;
3. Recurso(s) Didático(s) utilizado(s): Projetor de slides, figuras, imagens, vídeos.
4. Atividades Propostas: Perguntas introdutórias e provocativas para saber o que o aluno sabe sobre o SIGAA, módulo bolsa e cadastro único do IFFar; Apresentação e fase de detalhamento: - A apresentação do módulo Bolsas no SIGAA; - Preenchimento do cadastro único; - Inscrição no auxílio permanência e a anexação dos documentos; - Exposição das dúvidas e recapitulação dos principais pontos - Sugestão de tema para o próximo encontro.

Fonte: O autor (2022).

Ao finalizarmos as atividades os participantes propuseram que deveria ocorrer um momento para a os estudantes que desejassem realizar a prova do ENEM 2022, então ficou acertado que marcaríamos um dia para essa atividade em específico, no entanto não realizaríamos a mesma abordagem das rodas anteriores por se tratar de um tema semelhante ao já debatido. Assim, no dia

20 de maio de 2022; das 19h15min às 20h30min no laboratório de informática realizamos as inscrições dos estudantes interessados. Para este momento foi desenvolvido um Guia Passo a Passo de inscrição, com a intenção de facilitar a compreensão dos estudantes do processo de inscrição. Este material também foi compartilhado no grupo de *Whatsapp RC*.

O quarto encontro ocorreu no dia 27 de junho de 2022, às 19h30min com duração até 22h10min, assim com as anteriores foi na sala de didática. Para o encontro, o tema definido no grupo seria a PAE no contexto do IFFar. Como material de apoio foi compartilhado para leitura prévia a resolução 12/2012 do IFFar e o Decreto 7.234 / 2010. As atividades foram planejadas conforme quadro 6.

Quadro 6 – Política de Assistência Estudantil no IFFAR

PLANO DE ATIVIDADE PARA RODA DE CONVERSA
<p>1. Tema: Política de Assistência Estudantil no IFFar.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resolução do Conselho Superior 12/2012 – Institui a Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFFar (PAE); - Decreto 7.234/2010 – Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).
<p>2. Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as normas que orientam a PAE no âmbito do IFFar; - identificar os programas e ações estabelecidos nos documentos; - Indicar os programas e ações no contexto do <i>campus</i> Santa Rosa do IFFar; - Refletir sobre os espaços de participação dos estudantes na PAE do IFFar.
<p>3. Recuso(s) Didático(s) utilizado(s): Projetor de slides, figuras, fotografias, regulamentos e Leis.</p>
<p>4. Atividades Propostas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Abertura com uma mensagem introdutória; - Perguntas introdutórias e provocativas para saber o que o aluno sabe sobre a PAE; - Apresentar os aspectos históricos da criação das PAE e do Decreto; - Instigar os participantes a relatarem suas experiências ou conhecimento em relação à assistência estudantil; - Apresentar os diferentes espaços de participação do estudante no ambiente escolar; - Sugestão de tema para o próximo encontro.

Fonte: O autor (2022)

No quinto e último encontro realizou-se no dia 30 de junho de 2022, no horário das 19h30min com duração até 22h10min. Para o encontro, o tema definido no grupo seria a Política de Atenção à Saúde discente no contexto do

IFFar. Como material de apoio foi compartilhado para leitura prévia a Resolução Consup 03/2022 - Aprova a Política de Atenção à Saúde dos Discentes. As atividades foram planejadas conforme quadro 7.

Quadro 7 - Política de Atenção à Saúde dos Discentes no IFFar.

PLANO DE ATIVIDADE PARA RODA DE CONVERSA	
1. Tema:	Política de Atenção a Saúde dos Discentes no IFFar. - Resolução 03/2022 - Aprova a Política de Atenção a Saúde dos Discentes.
2. Objetivos:	- Apresentar a norma que orienta a Política de Atenção à Saúde dos Discentes no âmbito do IFFar; - Identificar os programas e ações estabelecidos nos documentos; - Indicar os programas e ações no contexto do IFFar.
3. Recurso(s) Didático(s) utilizado(s):	Projetor de slides, figuras, fotografias, regulamentos e Leis.
4. Atividades Propostas:	- Abertura com uma mensagem; - Elaborar perguntas provocativas para saber o que o aluno sabe sobre Política de atenção a saúde; - Instigar os participantes a relatarem suas experiências ou conhecimento em relação Política de Atenção à Saúde; - Exposição das dúvidas.

Fonte: O autor (2022)

Após a execução da última roda de conversa, ficou combinado que os participantes seriam convidados para avaliar a metodologia da Roda de conversa, levando em consideração as experiências vivenciadas nesses cinco encontros. Para tanto seria elaborado um questionário no *google forms* que seria enviado no grupo *whatsapp* "Roda de conversa", e assim, ficando a critério de cada um acessar o link e responder, para isso, deixaríamos o questionário aberto por sete dias, assim foi postado no Grupo no dia 11 de junho 2022.

No próximo capítulo serão apresentados os resultados contendo as impressões dos participantes em relação à metodologia RC, cabe destacar que todos os participantes responderam o questionário.

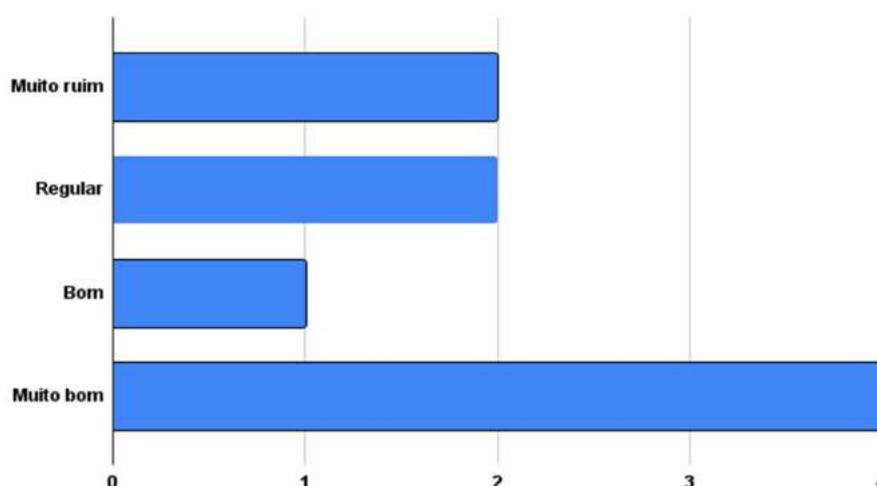
4.1.1 VALIDAÇÃO: AVALIAÇÃO DE PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES

Esse capítulo objetiva apresentar o resultado da avaliação da metodologia e as impressões dos participantes em relação às RC.

O questionário contém onze perguntas com as quais objetivou-se apresentar um panorama geral da percepção dos participantes tanto quanto a metodologia como seu conhecimento anteriormente a RC.

A primeira questão abordou o conhecimento dos participantes em relação à PAE antes da roda de conversa. O gráfico (18) apresenta o primeiro questionamento: “1) Como você avalia seu conhecimento sobre a Política de Assistência Estudantil do IFFar antes de participar das Rodas de Conversa?”

Gráfico 18 – Conhecimento da PAE antes da RC

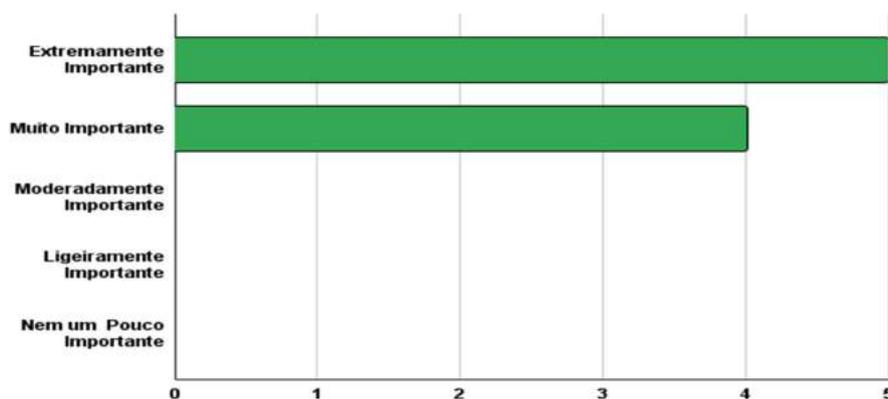


Fonte: O autor (2022).

Constata-se que a maioria dos participantes consideraram seus conhecimentos em relação à PAE com *muito bom* com quatro respostas e *bom* uma resposta. No entanto, dois participantes responderam *regular* e outros dois como *Muito ruim*. As respostas apontam que existiam diferentes níveis de conhecimento em relação à PAE entre os participantes, mostrando-se a importância de promover momentos com a participação dos estudantes com o objetivo de apresentar as diferentes ações e programas da PAE.

A questão 02 abordou: “Qual a importância das rodas de conversa para ampliar seu conhecimento sobre a Política de Assistência Estudantil?”, o gráfico 19 apresenta os resultados.

Gráfico 19 - Importância das RC para ampliar o conhecimento sobre a PAE

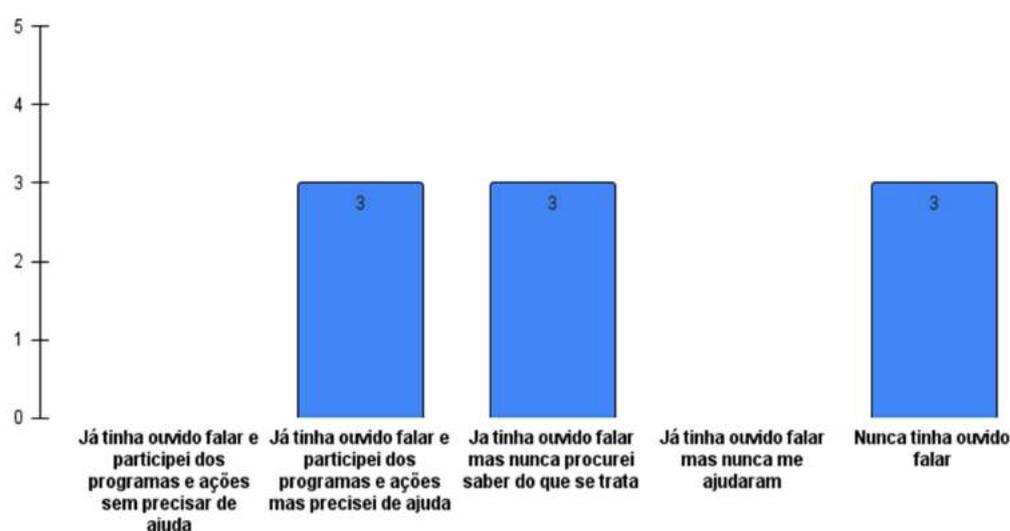


Fonte: O autor, (2022).

É possível constatar que as RC foram consideradas de extrema importância para cinco estudantes é muito importante para quatro estudantes, desse modo apontando que a metodologia adotada contribui para maior conhecimento dos temas relacionados à Assistência Estudantil (AE) no contexto do IFFar.

Na questão 03 abordou a experiências anteriores dos participantes em relação à PAE e como esta ocorreu, para tanto foi perguntado: “3) *Com relação ao tema "Política de Assistência Estudantil do IFFar?"* e foram apresentadas cinco opções de respostas, conforme seguem no gráfico abaixo.

Gráfico 20 - Participação nos programas e ações da PAE



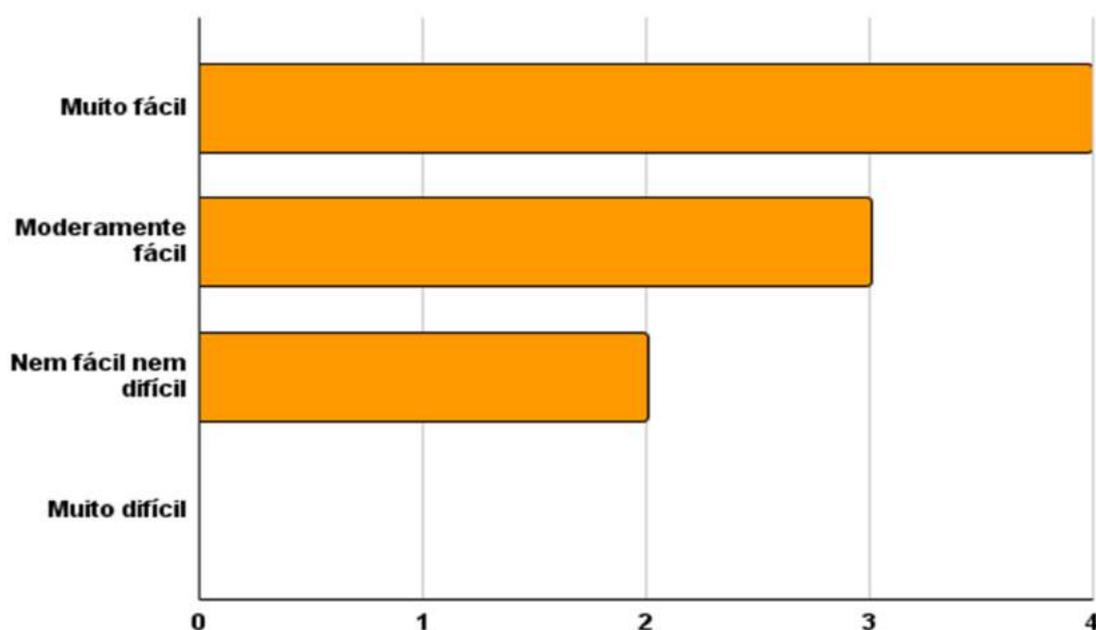
Fonte: O autor, (2022).

Os resultados apontam que a maioria dos participantes já tinha ouvido falar da PAE, no entanto três deles precisaram de alguma ajuda para acessar os programas e outros três preferiram não buscar mais informações sobre de que se trata. Ainda é possível observar que três estudantes nunca tinham ouvido falar da PAE.

Os resultados evidenciam a necessidade da utilização de metodologias que venham a promover a informação junto aos estudantes, como também despertar o interesse daqueles que já tinham ouvido falar, mas nunca buscaram conhecer a PAE. Uma das possíveis causas é a percepção que a AE seja apenas responsável por distribuição de auxílios financeiros, sem o conhecimento das demais ações. Nesse sentido, a RC mostrou-se como uma estratégia metodológica adequada para trabalhar com os estudantes devido à possibilidade de abordar as diversas ações que compõem a PAE.

Na quarta questão buscou-se avaliar o quanto estava fácil a linguagem adotada nas RC, pois ao propor a metodologia a preocupação estava em estabelecer um espaço de fácil compreensão dos conhecimentos que foram abordados. No gráfico 21, estão as respostas para a pergunta: *“4) Foi fácil entender a linguagem ou os termos utilizados nas Rodas de conversa ?”*

Gráfico 21- Avaliação da linguagem utilizada na RC

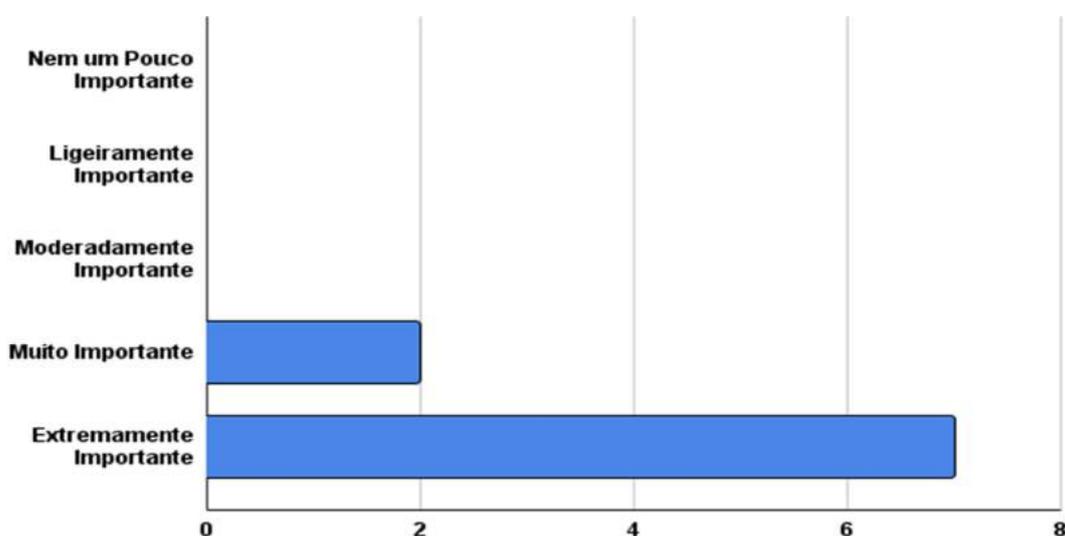


Fonte: Autor, (2022)

De acordo com as respostas a linguagem utilizada foi adequada à proposta, pois na avaliação dos participantes a maioria considerou a linguagem *muito fácil*, com quatro respostas e com três respostas *moderadamente fácil*. Já para dois participantes foi *nem fácil / nem difícil*, e nenhuma resposta para *muito difícil*.

Na questão 5 foi perguntado e “*Você considera importante esses diálogos sobre os temas trazidos para debate nas rodas de conversa? (Decreto 7.234-PNAES; Políticas de Assistência estudantil do IFFar; Política de Atenção à Saúde dos Discentes do IFFar, SIGAA, ENEM)*”. Como mostra o gráfico 22.

Gráfico 22- Avaliação dos temas abordados na RC



Fonte: O autor, (2022).

O resultado das respostas apontou que os participantes consideraram *muito importante*, duas respostas e os outros sete participantes como *extremamente importante*. Levando em consideração que os temas e a ordem de abordagem foram sugeridos pelos participantes, então explica o grau de importância assinalado.

No quadro 8, abaixo, estão as respostas quando questionados na sexta pergunta: “*O que você achou mais importante nas Rodas de Conversa?*”

Quadro 8- Aspectos considerados importantes na RC

(continua)

-Saber de coisas que nem imaginávamos que tinha.
-Ótimo, porque foram discutidos vários assuntos sobre a assistência estudantil.

Quadro 8- Aspectos considerados importantes na RC**(Conclusão)**

<i>-Saber sobre leis, e os direitos estudantil.</i>
<i>-Sobre os nossos direitos que nós alunos não sabíamos que tínhamos, e que o governo acabou cortando antes de nós podermos usufruir. (cortes no orçamento)</i>
<i>-Muito esclarecedoras.</i>
<i>-Conhecer mais sobre assistência estudantil e o que temos direito e deveres a serem cumprido.</i>
<i>-Explicações bem específicas</i>
<i>-O que realmente significa "Política de assistência estudantil" e a importância na vida dos estudantes. Acho que foi colocado de uma forma muito acolhedora, o nosso IFFAR está aí de braços abertos para acolher e dar suporte para todos os estudantes. Mas para isso precisa ter verba.</i>
<i>-Sobre os nossos direitos que nós alunos não sabíamos que tínhamos, e que o governo acabou cortando antes de nós podermos usufruir. (cortes no orçamento)</i>
<i>-Todas as minhas dúvidas que foram respondidas</i>

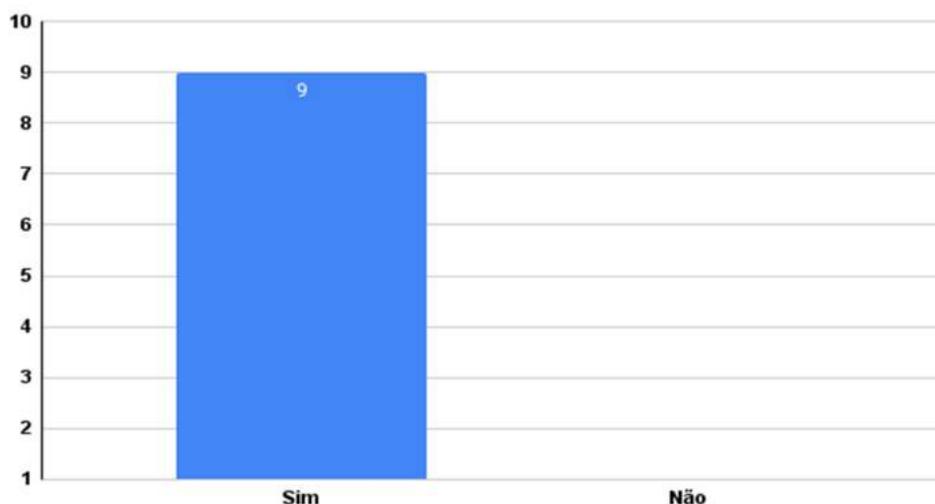
Fonte: O autor, (2022).

A partir dos relatos apresentados no quadro é possível constatar que os participantes expressaram que a partir da RC foi possível abordar temas que boa parte dos participantes desconhecia ou tinham uma compreensão relativamente baixa. Portanto é possível afirmar que a metodologia proposta contribuiu para ampliar a compreensão sobre os temas tratados.

Na questão 07, buscamos saber se a proposta metodológica contribuiu para ampliar os conhecimentos sobre os programas e ações que estão na PAE do IFFar, foi perguntado: *“Os conhecimentos adquiridos nas Rodas de Conversa contribuíram para ampliar sua percepção sobre os programas e ações que ocorrem no IFFar?”*

As respostas seguem conforme apresentado no segue no gráfico 23 a seguir.

Gráfico 23 - Contribuição da RC para ampliar o conhecimento da PAE



Fonte: O autor, (2022).

Todos os participantes responderam que a RC contribuiu para ampliar o conhecimento, assim a proposta metodologia de RC se apresenta como metodologia que promove a troca e construção de conhecimentos entre os participantes.

Na questão 07 foi solicitado que apontassem os aspectos positivos da RC. A compilação das respostas está no quadro 8 abaixo:

Quadro 9 – Aspectos positivos da RC

<i>Esclarecer assuntos sobre a assistência estudantil do IFFar.</i>
<i>Gostei muito em ser informada sobre médico, dentista, psicóloga,...</i>
<i>O diálogo e a aceitação de opinião</i>
<i>Poder conversar sobre as políticas da assistência estudantil</i>
<i>Os diálogos, entre os alunos e sobre a força que nós todos juntos temos em ir atrás dos nossos direitos como alunos.</i>
<i>Obter conhecimento</i>
<i>Diálogo, escutar os alunos também.</i>
<i>Todos têm o direito de estudar, e para isso precisamos lutar pelos nossos direitos, dos nossos filhos e netos, para um dia poder se formar e ter uma vida digna.</i>
<i>Clareza sobre do que se trata a Política estudantil.</i>

Fonte: O autor, (2022).

Já na questão 8 foi solicitado que apontassem os aspectos que consideravam como negativos na RC, as respostas estão compiladas no quadro abaixo:

Quadro 10 - Aspectos negativos na RC

<i>Nenhum.</i>
<i>Não vi nada de negativo.</i>
<i>Até o momento nenhum.</i>
<i>Nenhum.</i>
<i>Conversas aleatórias sem deixar o outro terminar o devido assunto que está sendo tratado.</i>
<i>Não vejo nenhum.</i>
<i>Nenhum.</i>
<i>Nenhum.</i>
<i>Não sei.</i>

Fonte: O autor, (2022).

A questão 09 teve como objetivo buscar temas de interesse dos participantes, os quais podem subsidiar a continuação de RC futuras, inclusive servir de sugestão para os profissionais da CAE do *campus* Santo Rosa desenvolver com os estudantes. Foi perguntado:” *Quais outros temas você gostaria de ter discutido nas Rodas de Conversa?*”. As respostas estão no quadro 11.

Quadro 11 - Outros temas para RC

<i>Cuidados com a Saúde</i>
<i>Todos os assuntos serão bem vindos, pois assim ficaremos bem informados.</i>
<i>Mais sobre a interação de outras turmas e planejamento para futuros projetos</i>
<i>Sobre os direitos de tudo que o aluno pode usufruir no Campus</i>
<i>Sobre as turmas serem mais unidas entre elas.</i>
<i>Não tenho um tema específico</i>
<i>A princípio nada a mais.</i>
<i>Temas que envolvam cuidados com a saúde.</i>
<i>Nada a sugerir</i>

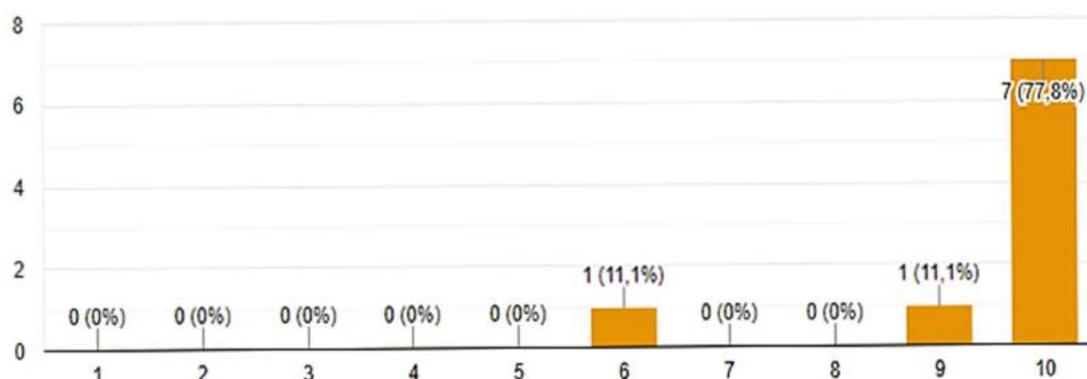
Fonte: O autor, (2022).

As respostas são bem sugestivas já que a PAE e a Política de Atenção à Saúde do IFFar aborda um amplo leque de temas, inclusive os sugeridos pelos participantes: cuidado com a saúde, relação entre colegas/turmas. Também foi sugerido abordar temas relacionados ao planejamento de futuros projetos para o IFFar.

Nesse sentido temas sugeridos poderão servir de subsídio para a continuação das RC com a turma, pois os temas fazem parte da Política de Atenção à Saúde discente.

Na questão 10 pediu-se que os participantes avaliassem a metodologia da roda de conversa numa escala de 1 a 10. No gráfico abaixo segue o resultado das respostas.

Gráfico 24 - Avaliação da metodologia RC

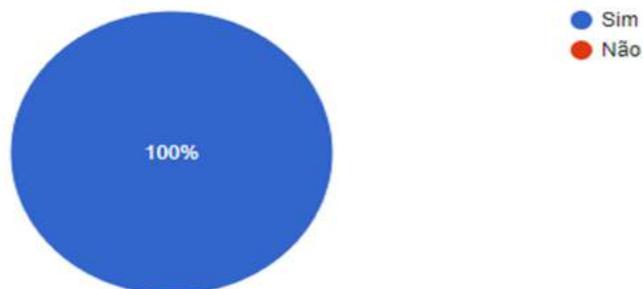


Fonte: O autor, (2022).

Conforme respostas, sete participantes atribuíram nota máxima para a metodologia, outro participante avaliou com nota 9 e apenas um com nota 6. Assim a maioria considerou que a metodologia é apropriada para tratar dos diversos temas que envolvem a assistência estudantil e a PAE.

Na décima primeira e última questão da avaliação foi perguntado: “*Você gostou de participar da atividade através da metodologia Roda de Conversa?*”, Resultado segue no gráfico 25 a seguir

Gráfico 25 - Avaliação se gostou de participar da metodologia RC



Fonte: O autor, (2022).

Todos os participantes responderam que gostaram de participar das atividades propostas por meio da metodologia RC. Sendo possível concluir que a metodologia pode ser adotada para abordar os mais variados temas, pois possibilita espaço de fala/escuta, troca de ideias, além de promove o exercício reflexivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar a Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha foi importante por permitir analisar as percepções do estudante que compõem o público alvo desse conjunto de ações, no caso os estudantes do curso Técnico em Alimentos da EJA/EPT.

Ao considerarmos a PAE como promotora da inclusão social dos estudantes, nas diferentes ações desenvolvidas, não apenas financeira, mas abrangendo os aspectos culturais, artístico, político científico, esportivos. A PAE tem a fundamental função de minimizar as desigualdades de acesso e permanência no processo educativo. Para DEMO (2000) não se pode dissociar a função educativa das condições materiais e subjetiva dos estudantes. Nesse sentido, não se concebe uma formação de indivíduos autônomos sem as condições mínimas de subsistência, e, para que haja uma formação cidadã, crítica, comprometida com formação integral do sujeito, é imprescindível que a assistência acompanhe àqueles excluídos socialmente pelo sistema capitalista e muitas vezes impedidos do direito básico de acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade.

Assim, o levantamento do perfil socioeconômico dos estudantes foi uma ação fundamental neste estudo, uma vez que possibilitou não só melhor conhecê-los como para intervir, mas compreendê-los diante das suas necessidades e dificuldades escolares, seja no tempo presente, seja quando renunciaram ao ensino regular. O resultado desse diagnóstico é que ocorre um perfil identitário dos estudantes do curso, tanto nos aspectos sociais quanto nos aspectos econômicos e estudantis. Em relação aos aspectos estudantis os alunos do Proeja na sua maioria já reprovaram ao menos uma vez durante o percurso escolar (63%), são predominante jovens com idade entre 18 a 24 anos (51%), e que não possuem filhos (54%), sendo na maioria do gênero feminino (61%), tendo pais e mãe que estudaram apenas até o ensino fundamental incompleto (42%). Já em relação à situação econômica a maioria possui casa própria (55%), no entanto residindo com familiares (87%). Em relação à renda familiar (34%) apresentou renda per capita abaixo de um

salário mínimo e meio, se destacando o elevado percentual de alunos que não trabalham (44%), conseqüentemente dependentes de familiares.

Sobre os sentidos que os estudantes do curso em alimentos PROEJA do IFFar *campus* Santa Rosa atribuem em relação à PAE e sua contribuição para permanência, os resultados apontaram uma baixa compreensão em relação aos programas e ações estabelecidas nos regulamentos que orientam a atuação da CAE. Por conseguinte a compreensão sobre a PAE fica limitada ao que se materializa a partir de demandas individualizadas e na oferta de auxílios financeiros.

O desafio que se apresenta é pensar meios e estratégias, em conjunto com os estudantes, professores e profissionais da CAE envolvendo-os mais ativamente para que pensem, formulem, construam e dialoguem acerca de como podem se ajudar mutuamente, e assim, elaborar meios para que a PAE tenha melhor alcance no curso do proeja e pensar ações para permanência dos estudantes, até porque na maioria das vezes o estudante sozinho não consegue promover a sua própria permanência, mas se a equipe pedagógica e multidisciplinar em conjunto com os estudantes, de modo a ouvi-los, sensibilizá-los, motivá-los e incluí-los, a ponto deles se verem nesse processo e sentirem-se motivado a ficar, é provável que se tenha essa promoção.

Cabe destacar que os auxílios financeiros, por mais que não atendam todas as necessidades dos estudantes, contribuem para que permaneçam e se levado em consideração o sentido material da permanência, a qual se refere ao fato de disporem de condições financeiras para se locomover até a escola, comer, comprar materiais escolares e demais equipamentos necessários à efetivação dos estudos e da sua sobrevivência. Já no sentido simbólico evidenciou-se que permanecem devido à sensação de pertencimento a um grupo, apoio de familiares, a relação com os professores do curso e com os colegas de turma, expectativas profissionais e a certificação.

Também se entende que para além da contribuição da PAE para a permanência e êxito dos estudantes é importante a instituição pensar, juntamente com os professores e alunos do curso modos a considerar as experiências e os conhecimentos trazidos pelo aluno da sua trajetória de vida e da sua relação com o mundo do trabalho, buscando incorporá-los no processo

de ensino aprendizagem, além da adoção de metodologias de ensino adequadas ao perfil dos estudantes, de modo a promover a permanência na escola.

Para tanto é necessário investir na formação continuada e específica de professores para atuarem na EJA integrada à EPT, ouvir o que os alunos têm a dizer, potencializar a sua voz e imagem na escola e fora dela. Desse modo, almeja-se contribuir com fortalecimento dessa modalidade de ensino em seu espaço formativo.

Para além das contribuições já evidenciadas, destaca-se que o **produto educacional** “E-Book Roda de Conversa como Estratégia para Reflexão da PAE do IFFar”, originária deste estudo é resultado de uma construção coletiva que possibilitou o enriquecimento do conhecimento para ambos os envolvidos, estudantes e pesquisador.

Para a construção da metodologia levou-se em consideração inicialmente os temas emergentes que surgiram após as entrevistas com os estudantes do curso Técnico de alimentos da EJA/EPT, nesse sentido a elaboração das Rodas de conversa abordaram questões relacionadas à PAE as quais os alunos consideravam importante tratar. Deste modo buscou-se a dar voz aos estudantes dessa modalidade de ensino, na tentativa de atender suas sugestões e melhorar a forma como é abordado a PAE do IFFar no *campus* Santa Rosa.

A E-book “roda de conversa” é um material orientativo que pode ser utilizado como estratégia metodológica para os profissionais da educação trabalharem temas educativos com e para os estudantes, em especial os que envolvem Assistência Estudantil. Além de potencialidade como estratégia metodológica no ato educativo, as rodas de conversa objetivaram dar espaço aos estudantes do PROEJA mediante seu protagonismo na construção do conhecimento.

Por fim, o desenvolvimento desta pesquisa se tornou uma experiência rica em termos de crescimento profissional e pessoal, pois escrever uma dissertação e desenvolver as rodas de conversa não foi tarefa fácil. Exigiu muito empenho e dedicação, sobretudo, em período de pandemia. Esta pesquisa é mais uma contribuição para se pensar a Educação Profissional e

Tecnológica e a sua necessária relação com a Educação de Jovens e Adultos no IFFar.

REFERÊNCIAS

ABNT – **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. NBR 14724: Informação e documentação. Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil; 2016.

Bayma-Freire, H., Roazzi, A., & Roazzi, M. (2015). **O nível de escolaridade dos pais interfere na permanência dos filhos na escola?** Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación, vol.2. (1)35-40.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**.1934..

_____. Decreto nº 5.478, de 23 de Jun. de 2005. **Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA**. Brasília, DF: 2005.

_____. Decreto n.5.840, de 13 de junho de 2006. **Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA**. Brasília, DF: 2006.

_____. Decreto n.6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**.

_____. Secretaria de Educação Profissional e tecnológica, Ministério da Educação. **Documento Base do Proeja**. Educação Profissional de Nível Médio/ Ensino Médio. Brasília, DF: SETEC/MEC, Ago. 2007.

_____. Decreto n.7.234, de 19 de julho de 2010. **Institui, Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**, Brasília, DF, 2010.

_____. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2008.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN**. Brasília, DF, 1996.

_____. Resolução CNE/CEB n. 1, de 5 de julho de 2000. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível:<http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/resolucao_CNE_CEB_01_2000.pdf>. Acesso em> 15 maio. 2020.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Resolução **CONSUP nº 178, de 28 de novembro de 2014. Aprova o projeto Programa Permanência e Êxito dos Estudantes do IFFar**. Santa Maria: MEC; IFFar, 2014b. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-elegisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/17889-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-178-2014-aprova-o-projeto-doprograma-perman%C3%Aancia-e-%C3%Aaxito-dos-estudantes-do-iffar>. Acesso em: 01 outubro de 2019.

BERNARDINI, Sidney Piochi, GNANN, Ana Lucia Valim; **O Princípio da Função Social da Propriedade e o Direito à Moradia**: conceitos que podem conflitar ou se complementar quando se trata da regulação do solo urbano.. In: ASOCIACIÓN DE ESCUELAS Y FACULTADES PÚBLICAS DE ARQUITECTURA DE AMÉRICA DEL SUR, 2019, Belo Horizonte. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/arquisur-2019/papers/o-principio-da-funcao-social-da-propriedade-e-o-direito-a-moradia--conceitos-que-podem-conflitar-ou-se-complementar-quan?lang=pt-br>>. Acesso em: 15 março, 2021.

BORGES, Dalmo Vinícius Coelho. **O PROEJA na história da educação de jovens e adultos no BRASIL**: mudanças e perspectivas, 2017. Disponível em: <<http://dialogoseducacionais.semed.capital.ms.gov.br/index.php/dialogos/article/view/212>> Acesso em: 03 de outubro de 2019.

DEMO, Pedro; **EDUCAÇÃO PELO AVEÇO**: Assistência como direito e como problema. São Paulo: Cortez, 2000.

DORE, R.; SALES, P. E. N.; CASTRO, T. L. Evasão nos cursos técnicos de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional de Minas Gerais. In: DORE, R.; ARAÚJO, A. C.; MENDES, J. S. (Orgs.). **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014. p. 379-413. Disponível em: <https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/eventos-proen/ii-forum-de-assistencia-estudantil/1300-livro-dore-et-al/file>. Acesso em: 30 de março. 2021.

CASTRO, Mad'Ana Desirée Ribeiro; MACHADO, Maria M. ALVES, Mirian Fábila. O Proeja como desafio na política de educação voltada para jovens e adultos Trabalhadores In: MACHADO, Maria Margarida; Oliveira, Joao Ferreira (org.) **A formação integrada do trabalhador desafios de um campo em construção**. São Paulo: Xamã, 2010.

CORREIA, Jociane Marta da Silva. **Os sentidos da política de assistência estudantil para estudantes do ensino médio integrado do Instituto Federal da Bahia (Campus Jacobina, 2014 – 2017)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, (138f) 2018.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na Educação Superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil**. Dissertação (Mestrado em

Sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. (203f.), 2010.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In. FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.p.83-105 Disponível em:<<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em: 13 de maio de 2020.

DI PIERRO, M.C.; VÓVIO, C.L.; ANDRADE, E.R. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática**. Brasília, DF: UNESCO, 2008.

DI PIERRO, M.C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V.M. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**. 2001. Caderno CEDES; vol.21; no.55; p.58-77. 2001. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf> > Acesso em: 05 de outubro de 2019.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções**. Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. UFU: PROEX, 2012. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/1_fc3b3rum-nacional-dos-prc3b3-reitores-de-assuntos-estudantis-e-comunitc3a1rios-25-anos3.pdf>. Acesso em: 02 fevereiro, 2021.

_____. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. 2001. Disponível em:<<http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/02/1-Plano-Nacional-de-Assist%C3%Aancia-Estudantil.pdf>> Acesso em 23 de fevereiro, 2021.

_____. **II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior: Relatório Final da Pesquisa**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Brasília: FONAPRACE, 2004. Disponível em:<<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/II-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES.pdf>> Acesso em 23 de fevereiro, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. -3ed.- São Paulo: Cortez, 2012.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, Jose E. (orgs). **Educação de jovens e adultos. Teoria, prática e proposta.** 12 ed. São Paulo. Cortez, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio; A. **Educação e a Crise do Capitalismo Real.** 3ª ed. Cortez editora: São Paulo, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 5ed. São Paulo. Atlas, 2010.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira.** – 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

GRACIANO, Mariângela; LUGLI, Rosário S. Genta. (Org.). **Direitos, diversidade, práticas e experiências educativas na educação de jovens e adultos.** 1ed. São Paulo: Alameda, 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **Estatísticas de gênero:** indicadores sociais das mulheres no Brasil / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. 2ed. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/Quadro_Sintetico/2021/pnadc_202107_quadroSintetico.pdf. Acesso em: 25 junho, 2021.

IMPERATORI; Thais Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira.** 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000200285&lng=pt&tlng=pt> Acesso em 06 de outubro de 2019.

IFFAR. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Alimento Integrado EJA/EPT (PROEJA).** Instituto Federal Farroupilha *Campus* Santa Rosa. 2020. Projeto Pedagógico do Curso aprovado pela Resolução CONSUP nº 45/2018, de 25 de junho de 2018. Ajuste curricular e PPC aprovado pela Resolução CONSUP nº 96 de 11 de dezembro de 2019.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, (180f.), 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida; **O trabalho como princípio educativo;** Caderno de Pesquisa; São Paulo n.68; 21-28 fev./1989. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1118>> Acesso em 15 de maio de 2019.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. 2012. – reimpr. - São Paulo: EPU., 2012

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil:** Atores e cenários ao longo da história; Jundiaí, Paco Editora: 2017.

MEC. SETEC. IFFARROUPILHA. **Resolução Consup 12/2012 - Aprova a Política de Assistência Estudantil.** Instituto Federal Farroupilha, 2012. Disponível em: < <https://www.iffarroupilha.edu.br/assist%C3%A2ncia-estudantil/apresentacao-ae> >. Acesso em 03 de outubro de 2019.

_____. IFFARROUPILHA. **Resolução Consup 03/2022 - Aprova a Política de Atenção à Saúde Discente.** Instituto Federal Farroupilha, 2022. Disponível em: < <https://www.iffarroupilha.edu.br/assist%C3%A2ncia-estudantil/apresentacao-ae#pol%C3%ADticas> >. Acesso em 30 de março de 2022.

MINAYO, Maria Cecilia; **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis. RJ, Vozes, 2013.

MELO, M. C. H. de; CRUZ, G. de C. **Roda de Conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no Ensino Médio.** *Imagens Da Educação*, 4(2), 31-39, 2014. Disponível em <<https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v4i2.22222>> Acesso em: 20 de agosto de 2020.

MOURA; Dante Henrique. **Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidade de integração** In: MOLL, Jaqueline e Colaboradores et al. (Org.) *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.* Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2009.

MOURA; Dante Henrique, A. L S.HENRIQUE **PROEJA: ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES.** Revista Holos, V2 , 2012. Disponível: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/issue/view/47> acesso em: 10 de outubro 2020.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Gloria. **A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa: Um instrumento metodológico possível.** Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.23, n.1, p.98-106, jan.-jun. 2014. Disponível em:< <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rteo/article/download/18338/11399/>> Acesso em: 20 de agosto de 2020.

NUNES, Reginaldo Flexa. **AS MEDIAÇÕES DO DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL NA REDE FEDERAL: INSERÇÃO E PERMANÊNCIA NO CURSO PROEJA DE EDIFICAÇÕES DO IFES-CAMPUS VITÓRIA 2010-2014.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. (149f.) 2017.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico.** 4 ed. São Paulo: Scipione, 97.

OLIVEIRA, Gleice Emerick; OLIVEIRA; Maria Rita Neto Sales. **A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil.** Revista eletrônica de educação, v.9, n.3, p.198-215, 2015. Disponível

em:<<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1299>> Acesso em: 03 de outubro de 2019.

PAÍN, Sara. **Subjetividade e Objetividade**: relação entre desejo e conhecimento. 2^oed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PEREIRA, Isabel Brasil e LIMA, Júlio Cesar França. **Dicionário da Educação em saúde**, - 2^oed. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

PESSANHA, J. H. DA S. **Uma questão é o acesso, outra é a permanência escolar**: um estudo do PROEJA a partir do Instituto Federal Fluminense campus Campos-Guarus. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF – **Dissertação** – (160f.), 2016.

RAMOS, Marise. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil**: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde, Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010.

_____ **Ensino médio integrado**: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline e Colaboradores et al. (Org.) Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2009.

RYCKEBUSCH, Claudia Gil. A “**Roda de Conversa**” na Educação Infantil: **uma abordagem crítico-colaborativa na produção de conhecimento**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos em Linguagem) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (s.n.), 2011.

RUMBERGER, R. W. **Dropping out of middle school**: a multilevel analysis of students and schools. American Educational Research Journal, v. 32, n. 3, p. 583-625, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1163325>. Acesso em: 20 março. 2021.

RUMBERGER, R. W.; LIM, S. A. **Why students drop out of school**: a review of 25 years of research. Research Report n.15, University of California, 2008. Disponível em: <https://www.issueab.org/resources/11658/11658.pdf>. Acesso em: 20 março. 2021.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos; Revista Brasileira de Educação, n.34, jan./abril 2007. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-247820070001&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 15 de maio de 2020.

_____ **Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil**: Abordagem histórica e situação atual. Educ. Soc. [online]. 2013, vol.34, n.124, pp.743-760 Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302013000300006&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 03 de outubro de 2019.

SILVA, Maria L. de Oliveira; BARBOSA, Maria J. de Souza. **Política de assistência estudantil como direito de permanecer na universidade pública.** Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social. Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social, Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22127>. Acesso em: 30 de março. 2021

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras.** (137f.), 2012.

SOUZA, Nina De Paula Martins Monteiro De et al.. **Buscando a emancipação: uma análise da influência familiar sobre a situação das mulheres na eja.** Anais I CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2014.

SPRICIGO, Fabricio. **A assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina:** em análise o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, (210f.), 2016.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TONET, I. **Educação e Ontologia Marxiana.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 135-145, 2011.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos, Disponíveis** em:<<http://ppgo.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/296/2017/12/educacao-jovens-adultos-trabalhadores-revendo-marcos.pdf>> Acesso em 13 de maio de 2020.

VASCONCELOS, Natália. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. *Revistada Católica, Uberlândia*, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em:<<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361/6598>> Acesso em: 05 de outubro de 2019.

VISQUETTI, Carminha A. **Contribuições da Política de Assistência Estudantil na permanência/não permanência dos educandos do proeja do IFMT Campus Várzea Grande.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cidade de Goiás, (168f), 2018.

WARSCHAUER, Cecília. **Entre na Roda!** [recurso eletrônico] – São Paulo: Paz e Terra, 2017.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4^oed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE
NACIONAL – PROFECT**

RODAS DE CONVERSA

como estratégia
para reflexão da
PAE do IFFar.

Tutorial para organização
e condução de Rodas de Conversa

**MÁRCIO JOSOÉ DA SILVA
AUTOR**

**DRA. MARCELE HOMRICH RAVASIO
ORIENTADORA**

Sumário

01	APRESENTAÇÃO.....	04
02	RODAS DE CONVERSA.....	05
2.1	Roda de conversa: potencialidades no espaço educativo.....	07
2.2	Princípios da roda de conversa.....	08
3	ORGANIZANDO A RODAS DE CONVERSA.....	09
3.1	Momentos da roda de conversa.....	10
4	PLANEJANDO AS ATIVIDADES.....	12
4.1	Modelo de Plano de Atividades.....	13
4.2	Planejamento da Rc sobre a PAE do IFFar.....	14
4.3	Momentos da RC sobre a PAE.....	15
4.4	Planejamento da Rc sobre a Política de Atenção à Saúde do IFFar.....	16
4.5	Momentos da RC sobre a Política de Atenção à Saúde discente do IFFar.....	17
5	REFERÊNCIAS.....	18

APRESENTAÇÃO

Este material é o produto educacional construído a partir da dissertação de mestrado intitulada "Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal Farroupilha: percepções dos estudantes do Proeja campus Santa Rosa", elaborado no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT.

Trata-se de um roteiro contendo o planejamento e as etapas das Rc realizadas com os estudantes da EJA/EPT sobre a PAE do IFFar.

Este material tem o objetivo auxiliar o desenvolvimento de RC sobre a Política de Assistência Estudantil (PAE) no Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica Farroupilha (IFFar), bem como em outros espaços educativos.

RODAS DE CONVERSA

Inicialmente é preciso destacar que a Roda de Conversa (RC) não é algo recente ou inovador, pois o ato de partilhar conhecimentos por meio do diálogo perpassa séculos, presente em povos indígenas e utilizada por filósofos. Nos dias atuais se faz presente nas rodas de chimarrão, conversas com amigos e momentos com familiares.

No ato educativo a RC não é apenas o encontro de pessoas reunidas em círculos para o exercício do diálogo, pelo contrário, trata-se de uma técnica que necessariamente precisa ser planejada e organizada para que tenha sentido.

No aspecto pedagógico por meio da conversa se problematiza a realidade para que a conscientização possa ocorrer. “Uma aprendizagem significativa, vista como a compreensão de significados, que se relacionam às experiências anteriores e vivências pessoais dos aprendizes, permitindo a formulação de problemas desafiantes que incentivam o aprender mais, o estabelecimento de diferentes tipos de relações entre fatos, objetos, acontecimentos, noções e conceitos, desencadeando modificações de comportamentos e contribuindo para a utilização do que é aprendido em diferentes situações” (MELO,et.al, 2016).



RODAS DE CONVERSA

A RC como estratégia metodológica formativa que tem o grande potencial articulador dos conhecimentos, da afetividade e respeito que permeiam os diálogos entre os participantes. “As RC também possibilitam experiências formativas porque propõem reflexão do vivido, criando um espaço de confrontação dos pontos de vista dos participantes” (WARSCHAUER, 2017).

Nesse sentido a RC como metodologia apresenta uma proposta de construção e reconstrução da realidade, por meio do ato educativo reflexivo, que acontece tanto por meio da fala e da escuta, quanto por meio da discussão e da participação.



RODAS DE CONVERSA: Potencialidades no espaço educativo

O ambiente educacional é repleto de oportunidades contidas na realidade dinâmica, que incluem situações e problemas próprios do dia a dia da escola e dos estudantes, assim, proporcionando a abordagem de diferentes temas/ ou problemas em material de estudo conectados com a realidade.

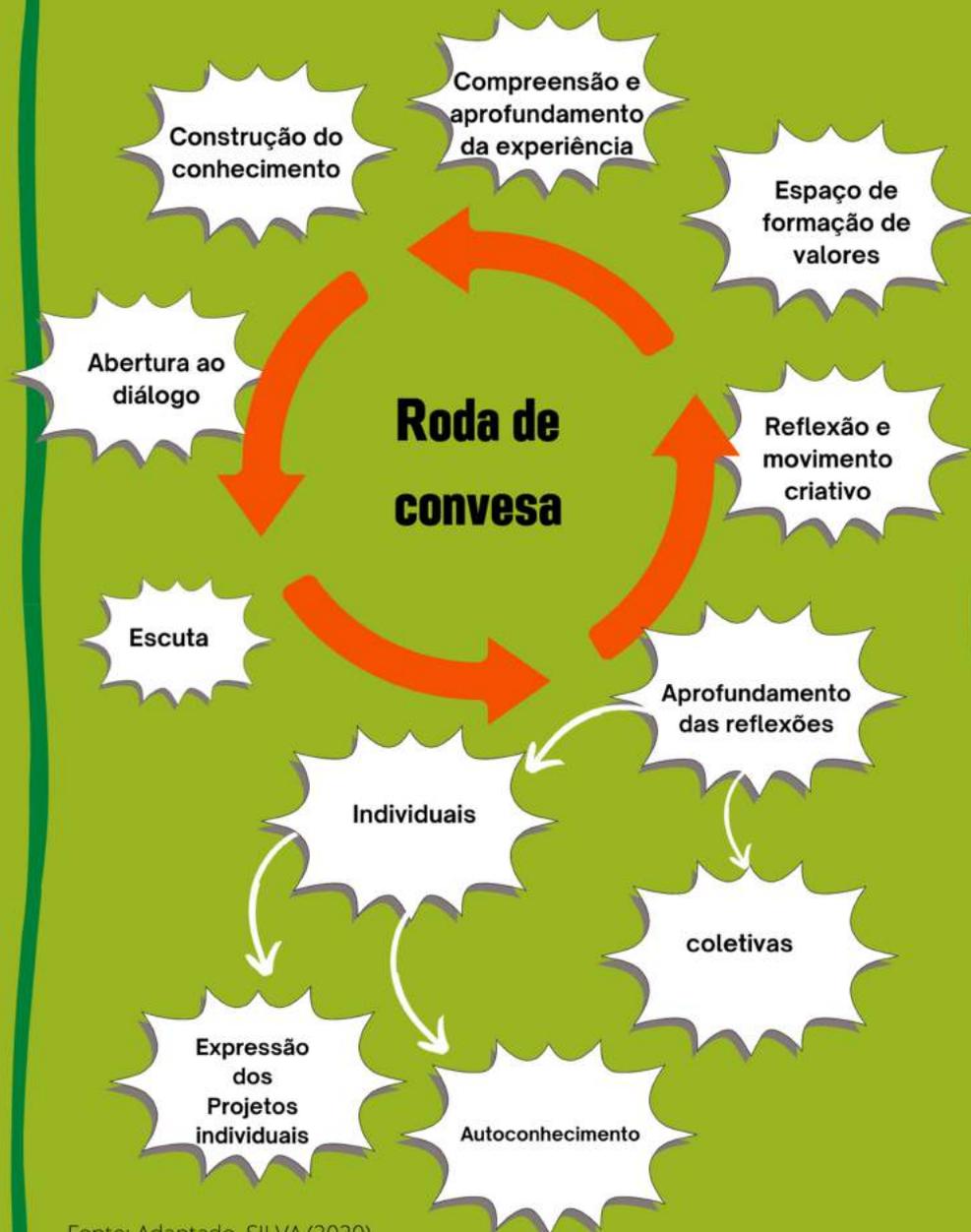
A prática de RC como ferramenta oferece a oportunidade para que a comunidade escolar busque soluções conjuntas pautadas na realidade de cada instituição de ensino e procurem junto resolver problemas.

Durante as rodas, a busca de sentido para as ações individuais e coletivas leva à reflexões profundas da prática, e ao partilhar, proporciona um processo de trans (formação) do pensar e agir.

O potencial formativo das RC está no reconhecimento de que somos seres inacabados, conectados às pessoas, em constante crescimento, sempre nos aperfeiçoando, influenciando e sendo influenciados nas relações construídas uns com os outros (WARSCHAUER, 2017).

Portanto, a RC tem vários benefícios, tanto ao grupo como nos indivíduos, pois os relacionamentos se transformam e estas mudanças começam primeiro em nós mesmos para refletirem em outros níveis de vínculo: entre colegas, professores , alunos, entre a escola e a sociedade.

PRINCÍPIOS DA RODA DE CONVERSA



Fonte: Adaptado, SILVA,(2020).



ORGANIZANDO A RODA DE CONVERSA

Desenvolver Rodas de Conversa requer alguns cuidados que antecedem a proposição da metodologia. É preciso inicialmente conhecer um pouco dos envolvidos para que seja levado em consideração suas características para estabelecer a abordagem mais adequada.

O convite ao encontro para sugerir a aplicação da metodologia pode ocorrer em momento que tenha a maior quantidade possíveis de participantes, como: numa aula, reunião, momento de lazer. No primeiro contato recomenda-se que a explicação da proposta da RC deve ocorrer por alguém que conheça os fundamentos da metodologia, ou pelo próprio proponente que pode explicar do que se trata aos demais.

Após o convite, o ideal é organizar uma maneira de os interessados se comunicarem para juntos decidirem o melhor horário para a reunião. Como sugestão, a construção de um grupo via aplicativo Whatsapp pode ser uma alternativa viável e ágil. Nesse grupo, de forma dinâmica, os participantes podem opinar sobre sua disponibilidade e acordarem dia e hora favoráveis ao encontro. Podem também ser enviados com antecedência links de textos, artigos ou outros materiais para serem discutidos pelo grupo.

Feita as tratativas iniciais, chega a hora de organizar os momentos da roda de conversa, para isso apresentamos em seguida um roteiro que objetiva contribuir com o planejamento



MOMENTOS DA RODAS DE CONVERSA

1 – ABERTURA

Acolhida: Todos sabem o nome de todos? A acolhida é também o momento de olhar para todos, cumprimentá-los e perceber como estão. Recebê-los com afeto, pois a afetividade está na base de tudo.

Montagem da pauta: O coordenador da Roda organiza a montagem. Propõe assuntos e perguntas: “Alguém quer introduzir um assunto?” A seguir, agrupa os itens semelhantes (se for o caso). Juntos, destacam as prioridades para aquele dia e definem a sequência.

2- DESENVOLVIMENTO

Os assuntos da pauta: são tratados, um a um, mas de forma não mecânica ou burocrática. A mediação do coordenador respeita a vitalidade das conversas, ao mesmo tempo que articula os pontos de vista, mostrando suas aproximações e divergências (se necessário). Registros individuais são feitos, durante as conversas, em fichário ou caderno individual. O coordenador pode pedir registros quanto a temas, para que todos possam pensar e registrar, antes de falar.

3 – FECHAMENTO

O coordenador reserva pelo menos os 10 minutos finais para o fechamento (mas esse tempo pode variar muito, dependendo dos objetivos de cada grupo e de cada roda específica). Esse é um momento privilegiado para a avaliação de sua dinâmica, pela tomada de distância do vivido. Essa avaliação constitui as proposições de mudança de rumo e atividades para as rodas seguintes.

MOMENTOS DA RODAS DE CONVERSA

Retomar a pauta inicial: verificar o que foi discutido e o que faltou. Quanto ao que foi discutido, verificar se as ações combinadas tem data para execução, se é necessário dividir tarefas etc. Quanto ao que faltou, verificar como e quando tratar dos temas podendo já deixá-los como pauta prévia para a RODA seguinte.

Reflexão de fechamento: pode ser uma avaliação oral da Roda, com uma síntese de seus pontos mais importantes, mas preferencialmente, é feito um registro individual para o qual o coordenador faz uma proposição pertinente àquela Roda específica. Exemplos: “O que ficou para mim da Roda específica?” “O que mais me chamou a atenção?” “O que levo para minha vida do que foi vivido aqui?” “O que mexeu com minhas emoções?” “O que aprendi?” “O que poderia ter sido melhor?” Etc.

Fonte: Adaptado, WARSCHAUER, (2017).



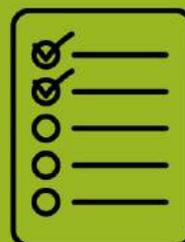
PLANEJANDO AS ATIVIDADES

Após breve descrição dos momentos que compõem a RC, passaremos a apresentar o planejamento desenvolvido para a RC com o tema "Política de Assistência Estudantil no IFFar"

Cabe destacar que o "plano de atividade" que será apresentado é apenas sugestivo, tendo como finalidade subsidiar o coordenador (mediador) da RC no planejamento das atividades que serão desenvolvidas. Nesse sentido é importante destacar que o planejamento não deve ser engessado, afetando a dinâmica natural da RC. Pelo contrário, o que deve prevalecer é o cuidado para que a RC seja impulsionadora do diálogo e da reflexão sobre o tema proposto.

O plano de atividade apresenta alguns pontos que devem ser considerado antes de desenvolver a RC, pois qualquer atividade educativa leva em consideração alguns cuidados importantes, como: Definir o tema que será abordado, o objetivo que se pretende alcançar, os materiais que serão utilizados e o tempo que será necessário.

Neste sentido elaboramos o quadro exemplificativo contendo estas informações.



MODELO DE PLANO DE ATIVIDADES

Planejamento das Rodas de Conversa

TEMA: Assunto que norteará as discussões na roda, poderá ser sugerido pelo mediador ou definido em conjunto com os participantes.

OBJETIVOS: Deve estar ligado como que se deseja que os participantes desenvolvam com os encontros

RECURSO(s) DIDÁTICO(S) UTILIZADO(S): Estabeleça os materiais de apoio que poderão auxiliar e facilitar o desenvolvimento das RC.

ATIVIDADES PROPOSTAS: Estabeleça como abordará o tema na Roda, e quais atividades serão desenvolvidas. Ex: Recortes, desenhos, filmes, fotografias, dinâmica de grupo.

TEMPO: O tempo deverá estar acordado com os participantes e de acordo com as atividades propostas. Recomenda-se o tempo de uma hora para não haver dispersão no grupo. Dependendo da quantidade de participantes será necessário um tempo maior incluindo um pequeno intervalo.



PRÁTICA QUE DEU CERTO

Planejamento da Rc sobre a PAE do IFFar.

TEMA : Política de Assistência Estudantil no IFFar.

- Resolução do Conselho Superior 12/2012 – Institui a Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFFar (PAE);
- Decreto 7.234/2010 – Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

OBJETIVOS:

- Conhecer as normas que orientam a PAE no âmbito do IFFar;
- Identificar os programas e ações estabelecidos nos documentos;
- Indicar os programas e ações no contexto do IFFar;
- Refletir sobre os espaços de participação dos estudantes na PAE do IFFar.

RECURSO(s) DIDÁTICOS(s) UTILIZADOS(s):

- Projetor de slides, figuras, fotografias, regulamentos e Leis.

ATIVIDADES PROPOSTAS:

- Abertura com uma mensagem;
- Elaborar perguntas provocativas para saber o que o aluno sabe sobre a PAE.
- Apresentar os aspectos históricos da criação da PAE e do Decreto;
- Instigar os participantes a relatarem suas experiências ou conhecimento em relação à assistência estudantil;
- Apresentar e discutir os diferentes espaços de participação do estudante no ambiente escolar;
- Sugestão de tema para o próximo encontro.

Possíveis questionamentos :

Quem ouviu falar ou conhece a PAE? De quais ações já participou ou ouviu falar? Como foi a experiência? Teve dificuldade para acessar, quais? Como foi criada a PAE? Em que momento histórico? Qual a finalidade da PAE? Quais são os espaços de participação dos estudantes?

TEMPO: 02H - intervalo 15 min

Momentos da RC sobre a PAE do IFFar.

1º Momento Abertura: (aproximadamente 25 minutos):

Acolhida: Tempo destina para que todos façam uma breve apresentação, falando de forma sucinta sobre quem são.

2º Momento: (aproximadamente 30 minutos):

Este momento de conversa tem como objetivo entender o quanto os participante conhecem da PAE e seguir aprofundando o debate sobre o tema

Questionamentos:

- O que entendem que seja a PAE ?
- De quais ações já participou ou ouviu falar?
- Qual é o objetivo da PAE?

3º Momento (aproximadamente 30 minutos): Conhecendo os regulamentos que regem a PAE - Decreto 7.234 e Resolução COSUP 12/2012

Para realização deste momento foram apresentados os regulamentos, detalhando os programas e ações e qual é os objetivos da PAE.

Questionamentos:

- Como surgiu a PAE? Em que momento da histórico do país?
- Quais são os espaços de participação dos estudantes na definição das ações de Assistência Estudantil no IFFar?

Fechamento (aproximadamente 20 minutos):

Neste momento foram utilizadas fotografias que retratam as ações no desenvolvidas no *campus* de acordo com o estabelecido na PAE.

- Exposição das dúvidas;
- Avaliação coletiva dos participantes;
- Reflexão de Fechamento.



PRÁTICA QUE DEU CERTO

Planejamento da Rc sobre a Política de Atenção à Saúde do IFFar.

TEMA : Política de Atenção à Saúde dos Discentes no IFFar

- Resolução 03/2022 - Aprova a Política de Atenção à Saúde dos Discentes.

OBJETIVOS:

- Conhecer o regulamento que orienta a Política de Atenção à Saúde dos Discentes no âmbito do IFFar;
- Identificar os programas e ações estabelecidos nos documentos;
- Indicar os programas e ações no contexto do *campus* Santa Rosa do IFFar;

RECURSO(s) DIDÁTICO(s) UTILIZADOS(s):

- Projetor de slides, figuras, fotografias, regulamentos.

ATIVIDADES PROPOSTAS:

- Abertura com uma mensagem;
- Elaborar perguntas provocativas para saber o que o aluno sabe sobre a Política de Atenção à Saúde dos Discentes no IFFar
- Instigar os participantes a relatarem suas experiências ou conhecimento em relação ao tema

Possíveis questionamentos :

Quem ouviu falar ou conhece a Política de Atenção à Saúde? Qual sua finalidade? Quais são as ações estabelecidas na Política? De quais ações já participou ou ouviu falar? Como foi a experiência? Como são desenvolvidas as ações de atenção à saúde discente?

TEMPO: 02H - intervalo 15 min

Momentos da RC sobre a Política de Atenção à Saúde discente do IFFar.

1º Momento Abertura: (aproximadamente 25 minutos):

Este momento de conversa tem como objetivo entender o quanto os participantes conhecem da Política de Atenção à Saúde discente e seguir aprofundando o debate sobre o tema.

Questionamentos:

Pedir para que comentem sobre o que conhecem da Política de Atenção à Saúde ?

De quais ações já participou ou ouviu falar?

Qual é o objetivo da Política de Atenção à Saúde?

Porque ela é importante para os estudantes?

2º Momento: (aproximadamente 30 minutos): Resolução 03/2022 - Aprova a Política de Atenção a Saúde dos Discentes.

Para realização deste momento foi apresentado o regulamento, detalhando os programas e os objetivos .

3º Momento (aproximadamente 50 minutos):

Neste momento foram utilizadas fotografias com a intenção de mostrar as ações de Saúde desenvolvidas no *campus* de acordo com o previsto na Política de Atenção à Saúde .

Exposição das dúvidas;

Avaliação coletiva dos participantes;

Reflexão de fechamento RC.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n.7.234, de 19 de julho de 2010. Institui, Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, DF: 2010; Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7234.htm> Acesso em: 01 de outubro de 2020.

MEC. SETEC. IFFARROUPILHA. Resolução 12/2012 - Aprova a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal Farroupilha, 2012. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/assist%C3%Aancia-estudantil/apresentacao-ae>>. Acesso em 03 de outubro de 2019.

MEC. SETEC. IFFARROUPILHA. Resolução Consup 03/2022 - Aprova a Política de Atenção à Saúde Discente. Instituto Federal Farroupilha, 2012. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/assist%C3%Aancia-estudantil/apresentacao-ae#pol%C3%ADticas>>. Acesso em 30 de março de 2022.

SAMPAIO, J.; SANTOS, G.C.; AGOSTINI, M.; SALVADOR, A.S. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado com a saúde: uma experiência com jovens no sertão de Pernambuco.

Interface. Botucatu, p. 1299-1312, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/icse/2014.v18suppl2/1299-1311/pt>> Acessado em: 01/03/2021.

SILVA, Ana Tereza Vital. Roda de conversa como metodologia para partilha de saberes docentes. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências) – Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/13104>> Acesso em: 04/03/ 2021.

WARSCHAUER, Cecília. Entre na Roda! [recurso eletrônico] – São Paulo: Paz e Terra, 2017.

WARSCHAUER, Cecília. Rodas e narrativas: caminhos para a autoria de pensamento, para a inclusão e a formação Disponível em: <https://www.academia.edu/2116274/Rodas_e_narrativas_caminhos_para_a_autoria_de_pensamento_para_a_inclus%C3%A3o_e_a_forma%C3%A7%C3%A3o> Acessado em: 01/03/2022.



APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal Farroupilha: A percepção dos estudantes do Proeja quanto sua contribuição para o acesso e permanência, que fará uma entrevista semiestruturada e tendo como objetivo geral compreender a percepção dos estudantes do ensino Médio de Jovens e Adultos (Proeja) do Instituto Federal Farroupilha *campus* Santa Rosa, quanto a contribuição da Política de Assistência Estudantil para sua permanência e que tem como objetivos específicos: levantar o perfil dos estudantes do ensino de jovens e adultos (Proeja) do *campus* Santa Rosa; identificar as ações desenvolvidas pela Assistência Estudantil de acordo com a Política de Assistência Estudantil (PAE) através do olhar do estudante do curso de Alimentos (Proeja); verificar o entendimento dos estudantes quanto a importância da integração dos programas da PAE no processo de ensino e aprendizagem; investigar as dificuldades e ou facilidades para acessar os programas, projetos e ações da PAE e propor um produto educacional que venha a contribuir com as ações e atividades da Política de Assistência Estudantil junto aos estudantes do Proeja, através do desenvolvimento de Rodas de conversa com esses estudantes.

Serão previamente marcados o local, a data e horário para realizar as perguntas, utilizando uma entrevista semiestruturada. Estas medidas serão realizadas em local reservado no *campus* Santa Rosa do Instituto Federal Farroupilha.

O (a) Senhor(a) não terá despesa e nem será remunerado pela participação na pesquisa. Todas as despesas decorrentes de sua participação serão ressarcidas. Em caso de dano durante a pesquisa, será garantida a indenização.

Os riscos destes procedimentos serão mínimos por envolver uma entrevista a qual pode gerar pequeno desconforto físico (cansaço) ao responder algum questionamento, o qual será minimizado pela estipulação de no máximo uma hora de entrevista e a definição de espaço reservado e confortável, em acordo com o pesquisador, e inquietação (aborrecimento) referente a algum questionamento que outrora o participante já tenha experienciado, nesse sentido buscar-se-á minimiza-lo pela opção do participante em deixar de responder qualquer questão que lhe traga algum desconforto e/ou constrangimento.

Fica o pesquisador responsável por fazer os encaminhamentos necessários ao setor de saúde do *campus* ou ao Sistema de Saúde do Município de Santa Rosa, em situação que venha a surgir no decorrer da pesquisa e que não tenha sido previamente identificada.

A sua identidade será preservada pois não será identificado por seu nome, mas por um codinome que utilizará uma das letras do alfabeto, escolhido a seu critério. O acesso aos dados da entrevista ficará restrito a equipe de pesquisa (pesquisador e orientador). Ainda, poderá durante o estudo, esclarecer suas dúvidas e ter acesso aos seus depoimentos e se não concordar, poderá retirá-los, além de ter acesso aos resultados da pesquisa.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo será maior clareza sobre os serviços prestados através da Política de Assistência Estudantil aos estudantes; Maior efetividade das ações desenvolvidas pela assistência estudantil junto ao estudante do Proeja, contribuindo para o acesso, permanência no curso.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores Márcio José da Silva, estudante do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal Farroupilha - *campus* Jaguari e Sandra Elisabet Bazana Nonenmacher,

Doutora em Educação das Ciências Químicas da Vida e Saúde, e Docente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal Farroupilha.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO: Márcio Josué da Silva

NÚMERO DO TELEFONE: (55)996110043

ENDEREÇO: Rua Alegrete, Nº43, Bairro Glória, Santa Rosa-RS

ASSINATURA DO PESQUISADOR:

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha

Alameda Santiago do Chile, 195 – Bairro Nossa Senhora das Dores – CEP: 97050 – 685

Santa Maria, Rio Grande do Sul–Fone/Fax: (55)32189850

e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SEPN 510, Norte, Bloco A, 3ºandar, Ed. Ex-
INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521 - Fone: (61)3315-5878/ 5879 – e-mail:
conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, participarei de uma entrevista semiestruturada, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome _____ por _____ extensão _____

Assinatura _____ Local: _____ Data: ____/____/____.

APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS ESTUDANTES DO TÉCNICO EM ALIMENTOS (PROEJA)

DADOS PESSOAIS

NOME:.....IDADE.....CODINOME.....

.....

ENDEREÇO:.....

.....

PROFISSÃO:.....ESTADO

CIVIL:.....

QUESTÕES:

- 1- Você pode me falar um pouco sobre seu percurso de estudante (apoio familiar) antes de entrar no IFFar e quais são suas expectativas após finalizar o curso?
- 2- Você poderia falar um pouco sobre o que compreendes ou entende sobre assistência estudantil?
- 3- Quais ações (atividades) desenvolvidas no *campus* para os estudantes que você lembra e considera como de assistência estudantil?
- 4- Você pode falar de alguma ação ou atividade desenvolvida pela assistência estudantil que considera importante para o processo de ensino? Porque?
- 5- Você pode falar um pouco sobre suas experiências com a assistência estudantil e se o retorno foi satisfatório ou não?
- 6- Como você percebe a contribuição da Política de Assistência Estudantil para sua permanência no curso?
- 7- Você concorda com os critérios estabelecidos para participação dos estudantes nas ações da Política de Assistência Estudantil?
- 8- Quais dificuldades você considera que os estudantes tenham para acessar as ações da Política de Assistência Estudantil do *campus*?
- 9- Você tem sugestões para melhorar o alcance da Política de Assistência Estudantil?

APÊNDICE D - ESTRUTURA PARA RODAS DE CONVERSA

Quadro 12 – Momentos da roda de conversa

MOMENTOS DA RODA DE CONVERSA
<p>1 – Abertura</p> <p>ACOLHIDA: Todos sabem o nome de todos? A acolhida é também o momento de olhar para todos, cumprimenta-los e perceber como estão. Recebê-los com afeto, pois a afetividade está na base de tudo.</p> <p>MONTAGEM DA PAUTA: O coordenador da Roda organiza a montagem. Propõe assuntos e perguntas: “Alguém quer introduzir um assunto?” A seguir, agrupa os itens semelhantes (se for o caso). Juntos, destacam as prioridades para aquele dia e definem a sequência. A pauta e o registro da abertura.</p> <p>2- Desenvolvimento</p> <p>OS ASSUNTOS DA PAUTA são tratados, um a um, mas de forma não mecânica ou burocrática. A mediação do coordenador respeita a vitalidade das conversas, ao mesmo tempo que articula os pontos de vista, mostrando suas aproximações e divergências (se necessário). Registros individuais são feitos, durante as conversas, em fichário ou caderno individual. O coordenador pode pedir registros quanto a temas, para que todos possam pensar e registrar, antes de falar.</p> <p>3 – Fechamento</p> <p>O COORDENADOR reserva pelo menos os 10 minutos finais para o fechamento (mas esse tempo pode variar muito, dependendo dos objetivos de cada grupo e de cada Roda específica). Esse é um momento privilegiado para a avaliação de sua dinâmica, pela tomada de distância do vivido. Essa avaliação constitui daí proposições de mudança de rumos e atividades para as Rodas seguintes.</p> <p>RETOMAR A PAUTA INICIAL: verificar o que foi discutido e o que faltou. Quanto ao que foi discutido, verificar se as ações combinadas tem data para execução, se é necessário dividir tarefas etc. Quanto ao que faltou, verificar como e quando tratar dos temas podendo já deixá-los como pauta prévia para a RODA seguinte ou dividir as tarefas.</p> <p>REFLEXÃO DE FECHAMENTO: pode ser uma avaliação oral da Roda, com uma síntese de seus pontos mais importantes, mas preferencialmente, é feito um registro individual para o qual o coordenador faz uma proposição pertinente àquela Roda específica. Exemplos: “O que ficou para mim da Roda específica?” “O que mais me chamou a atenção?” “O que levo para minha vida do que foi vivido aqui?” “O que mexeu com minhas emoções?” “O que aprendi?” “O que poderia ter sido melhor?” Etc.</p>

Fonte: warschauer, 2017.

APÊNDICE E – PARECER COMITÊ DE ÉTICA

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal Farroupilha: A percepção dos alunos do Proeja quanto sua contribuição para o acesso e permanência.

Pesquisador: Marcio josoe da silva

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 30384720.4.0000.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.003.619

Apresentação do Projeto:

Nada a declarar.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender a percepção dos estudantes do ensino Médio de Jovens e Adultos (Proeja) do Instituto Federal Farroupilha campus Santa Rosa, quanto a contribuição da Política de Assistência Estudantil para sua permanência e êxito.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Nada a declarar.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP acata o parecer do relator.

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

CEP: 97.110-767

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3217-0352

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA**



Continuação do Parecer: 4.003.619

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1519006.pdf	22/04/2020 21:51:09		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_1.pdf	22/04/2020 21:47:10	Marcio josoe da silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Marcio_Josoe_da_Silva_projeto_de_pesquisa.docx	06/04/2020 23:32:27	Marcio josoe da silva	Aceito
Cronograma	Cronograma_do_Projeto.pdf	15/03/2020 14:52:14	Marcio josoe da silva	Aceito
Orçamento	Recursos_materiais.pdf	15/03/2020 14:47:57	Marcio josoe da silva	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	15/03/2020 14:45:56	Marcio josoe da silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 02 de Maio de 2020

Assinado por:
GIANCARLO BAZARELE MACHADO BRUNO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Esmeralda, 355
Bairro: CAMOBI **CEP:** 97.110-767
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3217-0352 **E-mail:** cep@ifarroupilha.edu.br

APÊNDICE F – REGISTRO DAS RODAS

RODA DE CONVERSA 27/06/2022



RODA DE CONVERSA 30/06/2022

